ÍNDICE

Introdução 9

1 Enquadramento, objectivos e metodologia 11

1.1 Enquadramento legal e disposições regulamentares 11

1.2 Fundamentos e Objectivos 13

1.3 Metodologia 15

2 Descrição do objecto de avaliação 17

2.1 Justificação e fundamentos da elaboração do plano 17

2.2 Objectivos do plano e horizonte temporal 18

2.3 Conteúdo do Plano Director Municipal de Paredes 19

3 Identificação e análise dos factores críticos para a decisão 21

3.1 Questões estratégicas 23

3.2 Cenários para Paredes 24

3.2.1 Paredes "horizontal" 24

3.2.2 Paredes "vertical" 25

3.3 Fatores ambientais 25

3.4 Quadro de referência estratégico 27

3.5 Critérios de avaliação e indicadores 32

4 Análise e Avaliação dos fcd 39

4.1 Ordenamento do Território 39

4.1.1 Situação atual 39

4.1.2 Tendências de Evolução Sem Plano 65

4.1.3 Avaliação Estratégica de Impactes 66

4.2 Biodiversidade, recursos naturais e patrimoniais 87

4.2.1 Situação atual 87

4.2.2 Tendências de Evolução Sem Plano 96

4.2.3 Avaliação Estratégica de Impactes 97
4.3 Competitividade e actividade económica 121
4.3.1 Situação atual 121
4.3.2 Tendências de Evolução Sem Plano 141
4.3.3 Avaliação Estratégica de Impactes 142
4.4 Qualidade Ambiental 152
4.4.1 Situação Atual 152
4.4.2 Tendências de Evolução Sem Plano 167
4.4.3 Avaliação Estratégica de Impactes 168
5 Fases seguintes 180
5.1 Consulta publica e às entidades 180
5.2 Declaração ambiental 180
5.3 Seguimento 181
5.3.1 Programa de avaliação e controlo ambiental 181
6 Síntese da avaliação ambiental 190
7 Ponderação dos Pareceres Obtidos 196
8 Quadro da Governança 197
9 Conclusão 200
10 Bibliografia 202
11 Anexos 204

Quadro 1– Quadro das Questões Estratégicas e Objetivos Específicos 23

Quadro 2– Matriz referente aos fatores críticos e aos fatores ambientais 26

Quadro 3– Matriz referente ao FCD Ordenamento do território e ao QRE 28

Quadro 4– Matriz referente ao FCD Biodiversidade, Recursos naturais e Património e ao QRE 29

Quadro 5– Matriz referente ao FCD Competitividade e Atividades económicas e ao QRE 30

Quadro 6– Matriz referente ao FCD Qualidade Ambiental e ao QRE 31

Quadro 7– Relação do Quadro de Referência Estratégico por Fator Critico de Decisão 32

Quadro 8– Objetivos, critérios e indicadores de avaliação para o FCD Ordenamento do Território 33

Quadro 9– Objetivos, critérios e indicadores de avaliação para o FCD Biodiversidade, Recursos Naturais e Patrimoniais 35

Quadro 10– Objetivos, critérios e indicadores de avaliação para o FCD Competitividade e Atividade Económica 37

Quadro 11– Objetivos, critérios e indicadores de avaliação para o FCD Qualidade Ambiental 38

Quadro 12- Ocupação do Solo, grupos principais, para os anos de 1990, 2000 e 200 40

Quadro 13– Área (ha) das alterações verificadas na utilização/ocupação do solo entre 2000 e 2006, (Corine Land Cover,2006) 40

Quadro 14– Quadro referente à variação da floresta COS90, COS00 e COS06 42

Quadro 15- Áreas dos Usos do Solo , IFN 43

Quadro 16- Áreas dos tipos de Ocupação Florestal 43

Quadro 17- Áreas dos povoamentos florestais por espécie de árvore dominante 44

Quadro 18 – Área REN 1996 e área REN em vigor 45

Quadro 19 – Área RAN em vigor 45

Quadro 20– Ponto de Situação da Carta Educativa 46

Quadro 21- Passageiros transportados por linha suburbana 52

Quadro 22– Indicadores referentes a Médicos/ habitantes e Farmácias/habitante (INE) 59

Quadro 23- Solo Rural - Quantificação Final 68

Quadro 24– Solo Urbano 69

Quadro 25- Quadro síntese comparativo da REN de 1996, REN em Vigor e REN Proposta por sistemas . 70

Quadro 26- Quadro síntese das áreas a excluir por tipologia 71

Quadro 27- Quadro de Áreas RAN 73

Quadro 28- Síntese das Propostas de exclusão á RAN Bruta 73

Quadro 29 - Síntese dos Pedidos de Autorização de Utilização Não Agrícola da RAN 74

Quadro 30– Síntese das áreas excluídas da RAN, no âmbito da proposta de exclusão à RAN Bruta 74

Quadro 31– Síntese das autorizações de utilização de áreas de RAN para uso não agrícola 74

Quadro 32. Aglomerados Rurais 75

Quadro 33 -Aglomerados 75

Quadro 34- Análise SWOT do FCD- Ordenamento do Território 78

Quadro 35 – Avaliação estratégica do FCD - Ordenamento do Território 83

Quadro 36– Identificação dos efeitos para o Ordenamento do território 86

Quadro 37 – Sítio Valongo 87

Quadro 38- Habitats naturais e seminaturais constantes do anexo B-I do Decreto-Lei nº49/2005, presentes no Sítio de Valongo 89

Quadro 39- Espécies da Flora constantes do anexo B-II do Decreto-Lei nº49/2005, presentes no Sítio de Valongo: 90

Quadro 40- nº Imóveis Classificados e em Vias de Classificação 112

Quadro 41 – Análise SWOT do FCD – Biodiversidade, Recursos Naturais ePatrimoniais 114

Quadro 42 –Avaliação Estratégica do FCD - – Biodiversidade, Recursos Naturais ePatrimoniais 118

Quadro 43– Identificação dos Efeitos para o FC Biodiversidade, Recursos Naturais e Patrimoniais 120

Quadro 44 – Exportações de mercadorias 125

Quadro 45- Sociedades constituídas - Total 130

Quadro 46- Sociedades Constituídas - Segundo a classificação das atividades económicas 130

Quadro 47– Variação da área industrial 133

Quadro 48- População residente segundo o nível de instrução no Concelho de Paredes e região Tâmega, (INE, Censos 2011) 135

Quadro 49 – Análise SWOT do FCD – Competitividade e atividade económica 143

Quadro 50 – Avaliação estratégica do FCD - Competitividade e atividade económica 149

Quadro 51– Identificação dos Efeitos para o para o FC Competitividade e Atividade Económica 151

Quadro 52- Capitação (Kg/hab/dia) dos Municípios do Vale do Sousa de RSU 157

Quadro 53- Estimativas (em %) de população exposta a diferentes intervalos de níveis sonoros, para os indicadores de ruído *Lden* e *Ln*, nos dois cenários estudadas. *Lden* 162

Quadro 54– Tipo de acidente com vitimas.....163

Quadro 55- Área Ardida no Município de Paredes.....166

Quadro 56- Análise SWOT do FCD – Qualidade Ambiental 172

Quadro 57- Avaliação Estratégica do FCD- Qualidade Ambiental 177

Quadro 58– Identificação dos efeitos para o FC Qualidade Ambiental 179

Quadro 59– Programa de Avaliação e Controlo Ambiental 189

Quadro 60– Síntese da Avaliação Ambiental 195

Quadro 61 –Quadro da Governança 199

Figura 1 - Esquema das fases da Avaliação Ambiental Estratégica 16

Figura 2– Carta das alterações do solo entre 2000 e 2006, adaptado do Mapa Corine Land Cover changes 2000-2006 41

Figura 3 – Grandes eixos rodoviários 53

Figura 4 – Rede rodoviária do Concelho de Paredes.....56

Figura 5 – Rede de equipamentos.....59

Figura 6- Rede de equipamentos complementares 62

Figura 7–REN final 72

Figura 8- RAN Final 76

Figura 9– Valores Naturais em Vigor 91

Figura 10- Aferição dos Valores Naturais 98

Figura 11 - Área n.º 1.....99

Figura 12- área n.º 2 99

Figura 13 - Área n.º 3.....100

Figura 14- Área n.º 4.....100

Figura 15- Área n.º 5 101

Figura 16- Área n.º 6 102

Figura 17- Área n.º 7 103

Figura 18- Área n.º 8 103

Figura 19– Rede hidrográfica estruturante e áreas contíguas 105

Figura 20 – Proposta de delimitação da REN 106

Figura 21 – Proposta de delimitação da RAN 107

Figura 22 - Sitio de Valongo, Rede Natura 2000 108

Figura 23 – Sub-Regiões Homogéneas e Corredores Ecológicos definidos no PROF Tâmega 109

Figura 24 – Estrutura Ecológica Municipal 110

Figura 25 - Dispersão industrial no concelho 131

Figura 26 – Indústria 133

Figura 27 - Representação das Zonas e Aglomerações da Região Norte e localização das estações de monitorização 158

Figura 28– Carta de Perigosidade 165

Gráfico 1- Pop. Residente e deslocações efetuadas pelas mesmas; IMP; 2000; INE 50

Gráfico 2- Motivos da deslocação da Pop. Residente; IMP; 2000, INE 50

Gráfico 3- Total de empresas no Tâmega entre 1994 e 2006 121

Gráfico 4 - Total de Sociedades no Tâmega entre 1994 e 2006 122

Gráfico 5 - Volume de vendas nas Sociedades 123

Gráfico 6 - Volume de vendas nas Sociedades – Indústria transformadora 124

Gráfico 7 - Volume de vendas nas Sociedades – Comercio por grosso e a retalho 124

Gráfico 8 - Total de Empresas e Sociedades 126

Gráfico 9 -Sociedades 127

Gráfico 10 - Empresas segundo a CAE 128

Gráfico 11 - Pessoal ao serviço nas Sociedades segundo a CAE 129

Gráfico 12 – Sectores de Atividade (Censos 2011,INE) 135

Gráfico 13 – Sectores de Atividade por freguesia (Censos 2011,INE) 136

Gráfico 14 - Profissões dominantes, (Censos 2011,INE) 137

Gráfico 15 - Evolução do Desemprego por sexo 139

Gráfico 16 – Evolução do Desemprego por situação 140

Gráfico 17 – Recicláveis entregue à Ambisousa pelo Município de Paredes 155

Gráfico 18 – Papel entregue pelos Municípios do Vale do Sousa 155

Gráfico 19 – Vidro entregue pelos Municípios do Vale do Sousa 156

Gráfico 20 – Plástico entregue pelos Municípios do Vale do Sousa 156

Gráfico 21– Índice da qualidade do ar referente ao ano 2004 159

Gráfico 22– Índice da qualidade do ar referente ao ano 2005 159

Gráfico 23 – Índice da qualidade do ar referente ao ano 2006 160

Gráfico 24– Índice da qualidade do ar referente ao ano 2007 160

Gráfico 25– Índice da qualidade do ar referente ao ano 2008 161

Gráfico 26– Criminalidade por tipo de Crime 163

INTRODUÇÃO

O presente Relatório Ambiental da Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes (RPDMP) foi elaborado em consonância com o disposto no Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro e no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho.

Estes diplomas legais estabelecem o regime a que fica sujeita a avaliação ambiental dos efeitos de determinados planos e programas, suscetíveis de induzir efeitos significativos no ambiente, com o intuito de estabelecer um nível elevado de proteção do ambiente e contribuir para a integração das considerações ambientais na preparação e aprovação de planos e programas, com vista a promover um desenvolvimento sustentável. Enquanto instrumentos de ordenamento rural e urbano ou de utilização dos solos, os planos diretores municipais ficam assim sujeitos a um processo de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), competindo à Câmara Municipal de Paredes, enquanto entidade proponente do referido plano, a responsabilidade da AAE.

Segundo a alínea a) do número 1 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 232/2007 de 15 de Junho, estão sujeitos a avaliação ambiental, "os planos e programas para os sectores da agricultura, floresta, pescas, energia, indústria, transportes, gestão de resíduos, gestão das águas, telecomunicações, turismo, ordenamento urbano e rural ou utilização dos solos …", onde se incluem os Planos Municipais de Ordenamento do Território. A utilização de pequenas áreas a nível local e pequenas alterações aos planos, só devem ser objeto de Avaliação Ambiental, de acordo com o número 1 do artigo 4º, no caso de se determinar que os referidos planos são suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente, nos termos previstos no nº6 do artigo 3º.

A responsabilidade da Câmara Municipal de Paredes abarca a decisão de elaborar a AAE, a determinação do seu âmbito e alcance, bem como a consulta de entidades e do público estes aspetos, a preparação do Relatório Ambiental e respetivas consultas públicas e institucionais, e a apresentação da Declaração Ambiental à Agência Portuguesa do Ambiente.

A organização do presente documento encontra-se estruturada em vários capítulos, realçando-se que no primeiro está vertido o enquadramento legal da AAE e as disposições regulamentares relativas ao conteúdo do relatório, descriminados os fundamentos técnicos e os objetivos e descrita a metodologia adotada na elaboração.

No segundo capítulo, intitulado são mencionados os fundamentos do plano, a justificação para a sua revisão, os seus objetivos e horizonte temporal e o conteúdo do mesmo.

Nos Fatores Críticos para a Decisão, terceiro capítulo, remete-se as Questões Estratégicas (QE), os Fatores Ambientais o Quadro de Referência Estratégico Ambiental (QRE) e ainda os critérios e os indicadores de avaliação.

No quarto capítulo, é analisado, para cada FCD e respetivos critérios, a situação atual e tendências de evolução sem plano, e é efetuada a avaliação estratégica de impactes.

O quinto capítulo, apresenta os princípios gerais e abordagens recomendadas para o processo de gestão e seguimento da componente ambiental, representando o modo como a AAE se deverá manter ativa para apoiar a implementação do plano, nomeadamente, através da definição de indicadores e parâmetros monitorização e avaliação do desempenho ambiental.

No sexto capítulo é realizada uma síntese dos resultados da avaliação ambiental desenvolvida para os fatores críticos considerados.

A estrutura do presente relatório pretende incorporar os pareceres e sugestões entretanto obtidos, e adota o modelo que se pretende com o Relatório Ambiental.

1 ENQUADRAMENTO, OBJECTIVOS E METODOLOGIA

1.1 ENQUADRAMENTO LEGAL E DISPOSIÇÕES REGULAMENTARES

O Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, que transpõe para a ordem jurídica nacional as Diretivas n.º 2001/42/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Junho de 2001, e n.º 2003/35/CE, do Parlamento e do Conselho, de 26 de Maio, veio estabelecer o regime a que fica sujeita a avaliação ambiental dos efeitos de determinados planos e programas, nomeadamente os Planos Diretores Municipais enquanto instrumentos de ordenamento urbano e rural ou de utilização dos solos, suscetíveis de induzir efeitos significativos no ambiente.

A avaliação ambiental consiste, segundo a alínea a) do artigo 2º do referido Decreto-Lei, na identificação, descrição e avaliação dos eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes do plano, sendo realizada durante as fases de preparação e elaboração e antes de o mesmo ser aprovado ou submetido a uma eventual ratificação. Concretiza-se através da elaboração de um relatório ambiental e na realização de consultas, junto das entidades a quem possam interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do plano, pressupondo a ponderação dos resultados obtidos na decisão final e a sua divulgação pública.

A determinação do âmbito da avaliação a realizar, bem como o alcance e nível de pormenorização da informação a considerar, são da competência da Câmara Municipal, enquanto entidade responsável pela elaboração do PDM. No entanto, esta deve solicitar às entidades a quem, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, possam interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do plano, um parecer sobre o âmbito da avaliação ambiental e sobre o alcance da informação a incluir no relatório ambiental. De entre estas entidades, o diploma legal salienta a Agência Portuguesa do Ambiente, o Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidades, o Instituto da Água, a Administração da Região Hidrográfica do Douro, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte e a Direção Regional de Saúde Norte.

O relatório ambiental deverá identificar, descrever e avaliar os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do PDM, as suas alternativas razoáveis que tenham em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos. Este relatório deverá incluir os seguintes elementos:

- A descrição geral do conteúdo e dos principais objetivos do plano e das suas relações com outros planos e programas pertinentes;

- As características ambientais das zonas suscetíveis de serem significativamente afetadas, os aspetos pertinentes do estado atual do ambiente e a sua provável evolução se não forem aplicados a RPDM;
- Os problemas ambientais pertinentes para o plano, incluindo os relacionados com as zonas de especial importância ambiental, designadamente as áreas integradas na RN2000 (habitats naturais e da fauna e da flora selvagens);
- Os objetivos ambientais pertinentes a nível internacional, comunitário ou nacional que sejam pertinentes para o plano e a forma como estes objetivos foram considerados na sua preparação;
- Os eventuais efeitos significativos no ambiente com a aplicação do plano (secundários, cumulativos, sinergéticos, de curto, médio e longo prazos, permanentes e temporários, positivos e negativos) em aspetos relacionados com a biodiversidade, a população, a saúde humana, a fauna, a flora, o solo, a água, a atmosfera, os fatores climáticos, os bens materiais, o património cultural, incluindo o património arquitetónico e arqueológico, a paisagem e a inter-relação entre os fatores supracitados;
- As medidas destinadas a prevenir, reduzir e eliminar quaisquer efeitos adversos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano;
- As razões que justificam as alternativas escolhidas e uma descrição do modo como se procedeu à avaliação, incluindo todas as dificuldades encontradas na recolha das informações necessárias;
- Uma descrição das medidas de controlo previstas para identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos.

Refere-se ainda no ponto 2 do artigo 6º do referido Decreto-Lei, que o relatório ambiental inclui as informações que sejam razoavelmente consideradas como necessárias para a avaliação ambiental, tendo em conta os conhecimentos e métodos de avaliação disponíveis e o conteúdo e o nível de pormenor do plano.

O relatório ambiental, juntamente com o projeto de PDM, deverá ser submetido à apreciação por parte das entidades relevantes, atrás referidas, as quais se pronunciam sobre os mesmos no prazo de 30 dias, bem como a consulta pública, com uma duração não inferior a 30 dias, devendo esta ser publicitada através dos meios eletrónicos e da publicação, em pelo menos duas edições sucessivas, de um jornal de circulação local ou regional, caso seja justificado.

Após a aprovação do PDM, a Câmara Municipal deverá remeter à Agência Portuguesa do Ambiente uma declaração ambiental, da qual conste:

A forma como as considerações ambientais e o relatório ambiental foram integrados no Plano Diretor Municipal;

As observações apresentadas durante a consulta às entidades ambientais relevantes e agentes locais e os termos da respetiva ponderação, bem como a justificação do não acolhimento dessas observações;

As razões que fundaram a aprovação do plano à luz das alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração;

As medidas de controlo previstas com o intuito de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos.

1.2 FUNDAMENTOS E OBJECTIVOS

A avaliação ambiental do Plano Diretor Municipal situa-se, do ponto de vista teórico e metodológico, na da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE). Segundo Partidário (2007), a AAE constitui um instrumento de avaliação de impactes de natureza estratégica cujo objetivo é facilitar a integração ambiental e a avaliação de oportunidades e riscos de estratégias de ação no quadro de um desenvolvimento sustentável. Em termos gerais, os seus objetivos são:

- Contribuir para um processo de decisão ambiental e sustentável;
- Melhorar a qualidade das políticas, dos planos e dos programas;
- Fortalecer e facilitar a Avaliação de Impactes Ambientais dos projetos;
- Promover novas formas de tomada de decisão.

Do ponto de vista metodológico e com base na mesma autora, e, a AAE deve adotar uma abordagem estratégica assente numa perspetiva de longo prazo, holística, transversal e muito focalizada em poucos, mas significativos fatores de análise que são estratégicos para decisão. O âmbito da AAE inclui aspetos de natureza física, ecológica, social, cultural e económica, na medida em que são relevantes para determinar a qualidade da envolvente em que se vive.

Enquanto abordagem estratégica, a AAE prossegue três objetivos específicos:

- Assegurar a integração das considerações ambientais, sociais e económicas nos processos de planeamento, de programação e de elaboração política;
- Detetar oportunidades e riscos, avaliar e comparar soluções alternativas de desenvolvimento enquanto estas ainda se encontram em discussão;

- Contribuir para o estabelecimento de contextos de desenvolvimento mais adequados a futuras propostas de desenvolvimento.

Com estes objetivos, a AAE poderá contribuir igualmente para:

- Assegurar uma visão estratégica e uma perspetiva alargada em relação às questões ambientais, num quadro de sustentabilidade;
- Auxiliar na identificação, seleção e justificação de opções ganhadoras (win-win) face aos objetivos de ambiente e desenvolvimento;
- Contribuir para a discussão de grandes opções e para uma decisão mais sustentável (em termos ambientais, sociais e económicos);
- Detetar problemas e oportunidades estratégicos nas opções em análise e facilitar a consideração de impactes cumulativos;
- Sugerir programas de seguimento, através de monitorização estratégica;
- Assegurar a integração das questões ambientais no processo de decisão, enquanto as opções ainda estão em discussão;
- Assegurar processos participados e transparentes, que envolvam todos os agentes relevantes;
- Promover decisões mais integradas em relação aos diversos pontos de vista (definidos em função de fatores técnicos e de valores político-culturais).

1.3 METODOLOGIA

Na fase atual do desenvolvimento da AAE, que corresponde à Avaliação, a segunda das três etapas fundamentais da Avaliação Ambiental Estratégica, efetua-se a Análise e Avaliação em AAE que corresponde à realização de estudos técnicos de acordo com os Fatores Críticos para a Decisão, o nível de pormenorização e o alcance estabelecido na 1ª fase, permitindo efetuar a análise de tendências e a avaliação das oportunidades e riscos em termos ambientais e de sustentabilidade.

É uma fase onde a definição dos cenários com Plano e sem Plano tem um papel central na identificação e avaliação de opções estratégicas e, subsequentemente, das propostas que dão forma à estratégia de desenvolvimento.

Desta fase irão resultar conclusões relativamente às opções estratégicas consideradas no Plano, bem como o estabelecimento de diretrizes que constituam orientações ou recomendações da AAE e recomendações a serem aplicadas em fase de seguimento.

A análise e avaliação dos FCD`s contêm a descrição dos principais problemas ambientais para o Plano em dois momentos: situação atual e tendências de evolução sem as alterações que a proposta da Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes propõe.

A avaliação das oportunidades e riscos adotou como referencial os objetivos e metas de desenvolvimento sustentável estabelecido no Quadro de Referência Estratégico definido na fase anterior.

Como consequências dos estudos levados a cabo são depois definidas as diretrizes de planeamento, monitorização, gestão e avaliação, para cada FCD, a implementar na fase de seguimento.

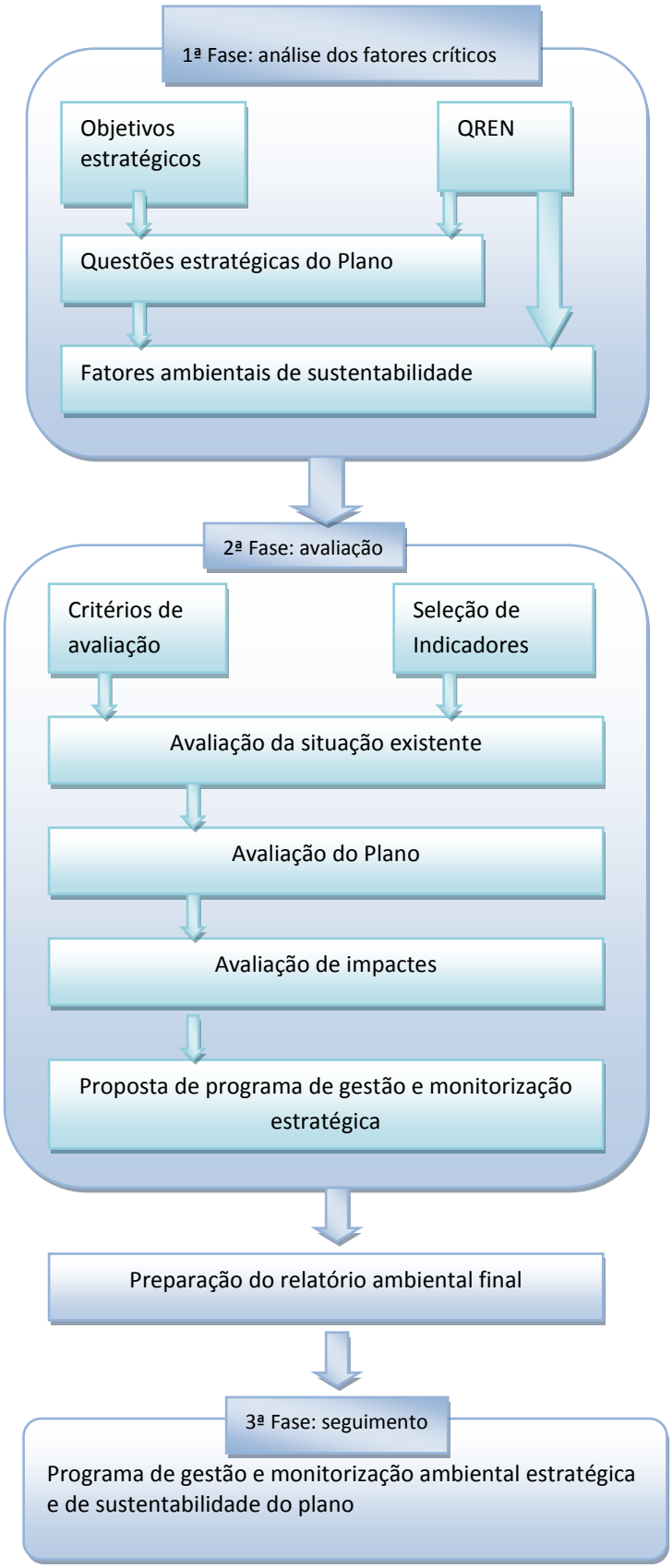

Figura 1 - Esquema das fases da Avaliação Ambiental Estratégica

2 DESCRIÇÃO DO OBJECTO DE AVALIAÇÃO

A avaliação ambiental incide sobre as opções estratégicas preconizadas na proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes. Esta revisão foi efetuada nos termos do disposto do quadro legal e normativo aplicável, nomeadamente a Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e do Urbanismo (Lei nº 48/98, de 11 de Agosto) e o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro e o Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Dezembro).

2.1 JUSTIFICAÇÃO E FUNDAMENTOS DA ELABORAÇÃO DO PLANO

De acordo com a legislação em vigor, os Planos Diretores Municipais são obrigatoriamente revisto ao fim de um período de 10 anos, a contar da data da sua aprovação e, eventualmente, ratificação.

De acordo com a fundamentação apensa à ata da reunião, o PDM de Paredes em vigor "não serve os objetivos do forte crescimento económico do concelho de Paredes, não contendo soluções para todos os problemas que, constantemente, são aflorados pelos nossos munícipes e potenciais investidores", "contém desajustamentos com a realidade do concelho e é agente obstaculizador por não permitir a resolução de problemas".

As circunstâncias justificadoras da revisão, abraçavam áreas como sejam: a experiência com o PDM em vigor, os acertos de fronteira com os concelhos vizinhos, a cartografia, a rede viária, o desenvolvimento dos aglomerados, os planos de urbanização e as zonas industriais, as correções da RAN e da REN, e o regulamento.

Considerando os quase cinco anos de aplicação prática do PDMP, tinham possibilitado aos vários intervenientes nomeadamente políticos, técnicos e/ou munícipes, uma avaliação mais precisa quanto às inexatidões. Assim como uma aferição mais concreta dos objetivos deste tipo de instrumento.

As imprecisões mencionadas advieram, de acordo com a fundamentação apresentada, das circunstâncias existentes na altura da elaboração do plano, entre as quais foram aludidas a falta de experiência do País, na preparação deste tipo de Plano Municipal do Ordenamento do Território (PMOT), a quase ausência de planos, o reduzido número de técnicos com conhecimentos nesta matéria, e sobretudo o desconhecimento desta temática por parte dos proprietários, designadamente quanto ao carácter vinculativo das suas determinações, pelo que só volvidos alguns anos da entrada em vigor deste instrumento de planeamento, estariam as pessoas devidamente mentalizadas sobre o seu impacte urbano e humano.

2.2 OBJECTIVOS DO PLANO E HORIZONTE TEMPORAL

No início do processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes foi estabelecido um conjunto de objetivos estratégicos e instrumentais quer para a proposta de plano, quer para a natureza das disposições técnicas e regulamentares nele contidas. De forma resumida esses objetivos são os seguintes e que no Relatório da Proposta da Revisão do PDM Paredes serão devidamente detalhados:

- Promoção da imagem como um todo;
- Potencialização do concelho;
- Promoção da competitividade;
- Programação da ocupação urbana;
- Contenção da dispersão;
- Reforço da identidade dos núcleos urbanos periféricos,
- Definição da estrutura ecológica;
- Definição da estrutura viária;
- Consolidação da rede de equipamentos;
- Promoção da qualidade de vida e do ambiente,
- Potencialização da atração de empresas para o concelho;
- Dotação de áreas de localização empresarial / industrial;
- Consolidação das áreas / industriais e promoção do seu desenvolvimento;
- Estimulação da relocalização de empresas no espaço industrial;
- Fomento do investimento turístico;
- Fomento e reforço da visibilidade internacional;
- Consolidação do posicionamento em redes internacionais;
- Promoção e estímulo de condições de proximidade entre diversos atores;
- Promoção e desenvolvimento do conhecimento e tecnologia;

- Valorização da inovação, investigação, conhecimento e tecnologia.
- Promoção e estímulo da educação e formação;
- Reforço e potenciação de políticas de complementaridade;
- Reforço e consolidação dos valores patrimoniais

O horizonte temporal previsto para o plano é de 10 anos. No entanto, e de acordo com a legislação em vigor, o plano poderá ser revisto antes desse limite temporal, desde que existam razões fundamentadas que o justifiquem.

2.3 CONTEÚDO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE PAREDES

Em termos de conteúdo a revisão terá as peças escritas e gráficas dispostas no Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro com a redação que lhe foi introduzida pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro e a Portaria n.º 138/2005, de 2 de Fevereiro.

A elaboração foi executada à escala 1/5 000, atentos à escala da cartografia de base utilizada.

A escala em apreço permite por um lado dar cumprimento ao disposto na alínea a), do número 4, do Artigo 4ª, do Decreto Regulamentar n.º 10/2009, de 29 de Maio, e por outro que sejam aferidos com o maior rigor possível situações pertinentes e relevantes para o ordenamento municipal, para além de por esta via se poder compatibilizar mais adequadamente com as demais propostas dos Planos de Urbanização, em elaboração e em vigor e Planos de Pormenor.

O PDMP será constituído por:

- Regulamento;
- Planta de Ordenamento;
- Planta Atualizada de Condicionantes;
- Planta anexa à Planta Atualizada de Condicionantes, com as áreas de perigosidade de incêndio classificadas como alta e muito alta e as áreas florestais percorridas por incêndio.

Sendo acompanhado por:

- Relatório - Estudos de Caracterização e Fundamentação;
- Relatório Ambiental;

- Programa, prevendo a execução das intervenções municipais, bem como os respectivos meios de financiamento;
- Planta de Enquadramento Regional;
- Planta da Situação existente;
- Ortofotomapa da Situação Existente;
- Planta com a indicação das licenças ou autorização de operações urbanísticas emitidas e informações prévias favoráveis em vigor;
- Planta da Estrutura Ecológica Municipal;
- Planta de Valores Naturais da Rede Natura 2000;
- Carta Educativa;
- Carta Arqueológica;
- Carta dos Recursos Geológicos;
- Participações recebidas em sede de Discussão Pública e respectivo relatório de ponderação;
- Cartas de áreas percorridas por incêndios;
- Mapa do Ruído.

3 IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS FACTORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

Os Fatores Críticos para a Decisão (FCD) estruturam a avaliação estratégica e são identificados em função dos instrumentos de Política a nível nacional e regional que permitem enquadrar a estratégia definida no Plano, constituem os temas fundamentais para a decisão sobre os quais a AAE se deve debruçar, uma vez que identificam os aspetos a ter em conta na conceção da estratégia e das ações que as implementam, para melhor satisfazer objetivos ambientais e um futuro mais sustentável (Partidário, 2007).

A identificação destes fatores resultou de uma análise integrada das questões estratégicas (QE) formulados para a Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes, das questões ambientais relevantes identificadas com base na legislação em vigor e no âmbito, natureza e alcance deste plano territorial e do Quadro de Referência Estratégico (QRE). Os Fatores Críticos para a Decisão, a seguir enunciados e sumariamente descritos, resultam ainda das sugestões e recomendações das entidades consultadas no âmbito dos procedimentos legalmente estabelecidos para a definição do âmbito da avaliação ambiental estratégica, cujos Pareceres se encontram em anexo.

Optou-se por eliminar o fator critico "Governaça", previamente definido em virtude da existência da discussão publica e da participação já obtida por diversos intervenientes nas diversas fases.

Incluiu-se neste capítulo os cenários para o Concelho de Paredes, os quais validam as questões estratégicas estabelecidas para a Revisão do Plano Director Municipal de Paredes. Esta opção baseia-se na necessidade de verificar se mantém válidas as opções previamente estabelecidas, atentos à conjuntura nacional e internacional.

FCD – Ordenamento do Território

Considerar as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas da Revisão do PDM de Paredes na melhoria da articulação territorial, da consolidação e do desenvolvimento; aumento da identidade e diminuição da vulnerabilidade face aos riscos.

FCD – Biodiversidade, recursos naturais e patrimoniais

Considerar as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas da Revisão do PDM de Paredes na integridade da qualidade física do ambiente, na conservação, proteção, utilização sustentável e valorização das componentes biodiversidade, recursos naturais e patrimoniais.

FCD – Competitividade e actividade económica

Considerar as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas da Revisão do PDM de Paredes no aumento e diversificação de atividades económicas competitivas,

certificadas e dissociadas do consumo de recursos, aumento na criação e qualificação de emprego. Melhoria na visibilidade internacional do Concelho

FCD – Qualidade Ambiental

Aborda a dimensão das condições e da qualidade de vida da população, incluindo os aspetos relacionados com os níveis de cobertura e a eficiência das redes de saneamento básico e resíduos, a qualidade da água e do ar, o ruído e os riscos naturais e tecnológicos (infraestruturas, equipamento e áreas públicas)

3.1 QUESTÕES ESTRATÉGICAS

A Avaliação Ambiental estratégica incide sobre as questões estratégicas estabelecidas para a Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes, a qual assenta em três questões fulcrais e que estruturam toda a dinâmica subjacente à sua elaboração. Cada uma destas questões, entendidas como objetivos estratégicos define um conjunto de objetivos específicos, traduzidos no quadro nº 1 e explanados em anexo.

De realçar que os objetivos estratégicos estão de acordo com as orientações emanadas por instrumentos e politicas de ordem superior.

Questões Estratégicas	Paredes Concelho Sustentável e Atrativo	Paredes Concelho Empresarial	Paredes Concelho Competitivo
Objetivos Específicos	1 - Promover a imagem do Concelho como um todo 2 - Programação da ocupação urbana 3 - Definição da estrutura ecológica 4 - Contenção da dispersão 5 - Reforçar a identidade dos núcleos urbanos periféricos 6 - Definição da estrutura viária 7 - Consolidação da rede de equipamentos 8 - Promover a qualidade de vida 9 - Promover a qualidade do ambiente 10 - Potenciar o Concelho	11 - Potenciar a atração de empresas no Concelho 12 - Dotar o Concelho de áreas de localização empresarial/industrial 13 - Estimular a relocalização de empresas no espaço industrial 14 - Fomentar o investimento turístico 15 - Fomentar/Reforçar a visibilidade internacional 16 - Promover e estimular condições de proximidade entre diversos atores 17 - Promover o desenvolvimento e tecnologia 18 - Consolidar as áreas empresariais e promover o seu desenvolvimento	19 - Reforçar a cooperação e potenciar políticas de complementaridade 20 - Reforçar e valorizar os valores patrimoniais 21 - Consolidar o posicionamento em Redes Internacionais 22 - Promover a competitividade 23 - Promover e estimular a educação e formação 24 - Valorizar a inovação, investigação, conhecimento e tecnologia

Quadro 1– Quadro das Questões Estratégicas e Objetivos Específicos

3.2 CENÁRIOS PARA PAREDES

Os Cenários que se irão abordar, de uma forma sumária neste ponto, para o Concelho de Paredes assentam nos pressupostos estabelecidos para a região Norte e para Portugal (em desenvolvimento em anexo).

Paredes detém, em contextos geográficos, uma localização privilegiada, permitindo que o Concelho exerça alguma atração no espaço regional em que se insere, numa complementaridade de interesses com a Grande Área Metropolitana do Porto (GAMP).

Realça-se que Paredes possui uma grande componente industrial, tendo sido esta o motor de muito o que existe e acontece neste município. É particularmente importante e forte a concentração da indústria do mobiliário, sendo esta ainda responsável por cerca de 65% do mobiliário produzido no país.

Assume-se um certo grau de incerteza derivado à atual conjuntura nacional e internacional, ao atual modelo de Financiamento autárquico, as regras de recurso ao endividamento e a dificuldade em encontrar receitas alternativas.

3.2.1 PAREDES "HORIZONTAL"

O cenário Paredes Horizontal reflete a continuidade da situação económica/financeira nacional e europeia, mantendo-se a manutenção da tendência dos indicadores locais atuais em conjugação com os indicadores nacionais, Este cenário é reflexo de uma conjugação entre o Cenário Tendencial e o Cenário Bem-vindos para Portugal.

A estrutura industrial observa um comportamento distinto, isto é, as empresas/industrias que não se inovaram e possuindo uma mão-de-obra pouco qualificada, apresentam uma clara dificuldade em se manterem em atividade, não garantindo a competitividade necessária para conseguirem ultrapassar a crise atual.

As empresas/indústrias com uma vertente diferenciada, com elevado padrão de qualidade, mão-de-obra especializada, caracterizando-se por uma forte aposta na exportação ou na diferenciação de produtos, aumentam a sua capacidade competitiva, garantindo a sua posição em termos de mercado.

O potencial de investimento nacional e internacional é condicionado, implicando uma menor capacidade de atração em temos de população, detendo ao nível da taxa de desemprego a sua manutenção.

A consolidação dos serviços de proximidade, garante um aumento da qualificação da sua população, consequentemente torna-se uma população mais exigente em termos de qualidade de vida.

3.2.2 PAREDES "VERTICAL"

O cenário Paredes Vertical reflete a alteração do rumo económico e financeiro em Paredes derivado da estabilização e confiança exterior de Portugal. É um cenário no mesmo eixo de orientação do verificado para o cenário "Não Podemos Falhar" e do cenário "Mudança".

Paredes é reconhecido a nível nacional e internacional como um Concelho impar.

As atividades industriais demonstram um crescimento acentuado, com uma dinâmica de melhoria contínua, potencializando o padrão de qualidade. A conceção dos produtos tem como principio a diferenciação e o seu ciclo de vida numa ótica de sustentabilidade.

A estrutura industrial apresenta um aumento nas exportações e um incremento substancial na competitividade. Verifica-se a existência de novas atividades industriais e diminuição na taxa de desemprego.

Assiste-se a uma procura e investimento Nacional e internacional, não só ao nível industrial/empresarial como também aos novos nichos do mercado turístico e serviços.

A população reforça e vincula a sua confiança nas instituições e serviços, estimula a convivência e aumenta a sua formação e qualidade de vida, reforçando a sua saúde. A vivência exterioriza-se, criando um movimento de novos residentes e de novas formas de estar.

3.3 FATORES AMBIENTAIS

Os fatores ambientais definem o âmbito ambiental relevante e deverão atender não só aos fatores ambientais legalmente estabelecidos mas também aos objetivos estratégicos do plano, à escala de avaliação e, consequentemente, a sua relevância.

Relativamente aos requisitos legais, a alínea e) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei 232/2007 refere explicitamente que o relatório ambiental deverá avaliar «os eventuais efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação do plano (…) considerando questões como a biodiversidade, a população, a saúde humana, a fauna, a flora, o solo, a água, a atmosfera, os fatores climáticos, os bens materiais e o património cultural, incluindo o património arquitetónico, arqueológico e a paisagem e a inter-relação entre os fatores supracitados.»

Tendo em conta os fatores ambientais contidos na legislação nacional, bem como as características do território municipal ou ainda a natureza, o alcance e as opções estratégicas preconizadas no Plano, procedeu-se à identificação das incidências de natureza ambiental e em termos de sustentabilidade para cada uma das opções e objetivos associados, Quadro 2, tendo sido selecionados os seguintes fatores:

FA / FC	Biodiversidade	População	Saúde humana	Fauna	Flora	Solo	Água	Atmosfera	Fatores climáticos	Bens materiais	Património cultural	Paisagem
Ordenamento do território	*	X	X	*	*	X	*	X	x	X	X	X
Biodiversidade, recursos naturais e patrimoniais	X	X	*	X	X	X	X	*	*	*	X	X
Competitividade e atividade económica	*	X	X	*	*	X	*	X	*	X	X	X
Qualidade Ambiental	*	X	X	X	X	X	X	X	X	X	*	X

Quadro 2– Matriz referente aos fatores críticos e aos fatores ambientais

3.4 QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO

O Quadro de Referência Estratégico Ambiental estabelece o macro enquadramento da avaliação ambiental, sendo constituído pelas estratégias, programas e planos que enquadram estrategicamente o PDM de Paredes e para o qual estabelecem objetivos e/ou metas de sustentabilidade. Tendo em conta o âmbito e os objetivos da avaliação, bem como a natureza do plano, foram identificados os seguintes instrumentos de enquadramento estratégico:

- Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável,
- Quadro de Referência Estratégico Nacional,
- Plano Nacional de Politica de Ordenamento do território,
- Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte,
- Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água,
- Plano Nacional da Bacia Hidrográfica do Douro,
- Plano Regional de Ordenamento Florestal do Tâmega,
- Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e Biodiversidade,
- Plano Nacional das Alterações Climáticas,
- Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos,
- Plano Estratégico de Abastecimento de Águas e Saneamento de Águas Residuais
- Plano Sectorial da Rede Natura 2000
- Plano Estratégico Nacional para o Turismo

Foram estruturadas matrizes nas quais são identificadas as estratégias, os programas e os planos que constituem o referencial estratégico de cada um dos FCD considerados. A análise destas opções permitiu-nos estabelecer as relações de relevância entre os FCD e os instrumentos de enquadramento identificados. Realça-se que os objetivos, critérios e indicadores, específicos aplicáveis a cada variável, constituem os referenciais ambientais a partir do qual a Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes será avaliada estrategicamente, serão descritos no próximo capítulo.

FCD	QRE	Objetivos Globais
Ordenamento do Território	ENDS	Melhor Conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território
	QREN	Mais Equidade, Igualdade de Oportunidades e Coesão Social
	PNPOT PROT	Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social, reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições e reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições Estruturar o sistema urbano e reforçar o policentrismo, envolvendo a qualificação funcional do Porto e da sua área metropolitana, o desenvolvimento de polarizações estruturantes na conurbação do litoral e o reforço dos pólos e eixos urbanos do interior, contrariar os fenómenos de urbanização e edificação difusa, adequado ordenamento agrícola e florestal do território, bem como de salvaguarda e valorização da paisagem, das áreas classificadas e de outras áreas ou corredores ecológicos relevantes, valorização das especificidades territoriais dos espaços sub-regionais e criação de complementaridades com vista ao reforço conjunto da competitividade e coesão regionais
	PNUEA	Habilitar e capacitar os agentes responsáveis pela conceção e gestão dos sistemas de abastecimento e dos equipamentos, através da produção e disponibilização de ferramentas de informação e de suporte à decisão
	PNB Douro	Articulação do ordenamento do território com o ordenamento do domínio hídrico
	PROF Tâmega	Compartimentar as áreas arborizadas contínuas e/ou mono específicas através do aproveitamento da regeneração natural de espécies autóctones menos suscetíveis aos incêndios ou ainda pela intercalação de áreas agrícolas ou de pastagens, criar unidades de gestão com dimensão significativa, com especial incidência no fomento do associativismo Promover a defesa do espaço florestal da pressão urbanística, evitando a disseminação da mesma
	PSRN 2000	Estabelecer diretrizes para o zonamento das áreas em função das respetivas características e prioridades de conservação
	PENT	Desenvolver ofertas distintivas para as regiões, capitalizando a vocação natural de cada região e desenvolvendo os seus fatores de qualificação

Quadro 3– Matriz referente ao FCD Ordenamento do território e ao QRE

FCD	QRE	Objetivos Globais
Biodiversidade, Recursos Naturais e Património	ENDS	Melhor Ambiente e Valorização do Património Natural
	QREN	Valorização e qualificação ambiental
	PNPOT	Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos e prevenir e minimizar os riscos
	PROT	A salvaguarda e valorização dos recursos patrimoniais, Adequado ordenamento agrícola e florestal do território, bem como de salvaguarda e valorização da paisagem, das áreas classificadas e de outras áreas ou corredores ecológicos relevantes
	PNB Douro	Proteção da Natureza
	PROF Tâmega	Criar zonas de preservação ambiental como objetivos de recreio e lazer e nichos ecológicos, com especial preocupação em defender e proteger os núcleos de quercíneas, e as manchas ripícolas
	ENCNB	Conservar a Natureza e a diversidade biológica, incluindo os elementos notáveis da geologia, geomorfologia e paleontologia, Promover a utilização sustentável dos recursos biológicos, Contribuir para a prossecução dos objetivos visados pelos processos de cooperação internacional na área da Conservação da Natureza em que Portugal está envolvido, em especial os objetivos definidos na Convenção sobre a Diversidade Biológica, designadamente a conservação da biodiversidade, a utilização sustentável dos seus componentes e a partilha justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos
	PSRN 2000	Estabelecer um conjunto de orientações estratégicas para a gestão do território do Sítio considerando os valores naturais que nele ocorrem
	PENT	Tornar a qualidade urbana, ambiental e paisagística numa componente fundamental do produto turístico para valorizar e qualificar o destino Portugal

Quadro 4– Matriz referente ao FCD Biodiversidade, Recursos naturais e Património e ao QRE

FCD	QRE	Objetivos Globais
Competitividade e Atividades económicas	ENDS	Crescimento Sustentado, Competitividade à escala Global, preparar para a "Sociedade do Conhecimento", Melhor Conectividade Internacional e Valorização Equilibrada do Território
	QREN	Promoção de operações para a excelência urbana e de redes para a competitividade e inovação
	PNPOT	Reforçar a competitividade territorial e a sua integração nos espaços ibérico, europeu e global
	PROT	A valorização da posição geoestratégica da região, valorização das especificidades territoriais dos espaços sub-regionais e criação de complementaridades com vista ao reforço conjunto da competitividade e coesão regionais
	PNUEA	Criar uma consciência nacional, nos cidadãos em geral e em particular nos gestores dos sistemas de abastecimento de água, para o uso eficiente da água
	PNB Douro	Gestão da procura, abastecimento de água às populações e atividades económicas
	PENT	Facilitar a interação das empresas com o Estado, promover a difusão do conhecimento, estimular a investigação e o desenvolvimento e a adoção de práticas inovadoras pelas empresas, incentivar a modernização empresarial

Quadro 5– Matriz referente ao FCD Competitividade e Atividades económicas e ao QRE

FCD	QRE	Objetivos Globais
Qualidade Ambiental	ENDS	Melhor Ambiente e Valorização do Património Natural
	QREN	Valorização e qualificação ambiental
	PNPOT	Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos e prevenir e minimizar os riscos
	PROT	Consolidar o sistema de proteção e valorização ambiental
	PNUEA	Habilitar e capacitar os agentes responsáveis pela conceção e gestão dos sistemas de abastecimento e dos equipamentos, através da produção e disponibilização de ferramentas de informação e de suporte à decisão Eliminar os desperdícios de água e reduzir para níveis aceitáveis as perdas de água nas redes, dando prioridade às iniciativas com os sistemas de natureza pública ou coletiva e onde os potenciais de redução de volumes e custos sejam mais promissores ou tenham melhores relações custos benefícios
	PNB Douro	Proteção das águas e controlo da poluição, proteção da Natureza, Proteção contra situações hidrológicas extremas e acidentes de poluição
	PROF Tâmega	Promover a requalificação dos povoamentos florestais e inverter a degradação destes, bem como, a sua subexploração, compartimentar as áreas arborizadas contínuas e/ou monoespecíficas através do aproveitamento da regeneração natural de espécies autóctones
	ENCNB	Promover a utilização sustentável dos recursos biológicos
	PNAC	Promoção da instalação de sistemas de água quente solar, implementação da Diretiva Embalagens, implementação da Diretiva Aterros - redução dos RSU destinados aos aterros
	PERSU II	Prevenção, Qualificação e Otimização da Gestão de Resíduos,

Quadro 6– Matriz referente ao FCD Qualidade Ambiental e ao QRE

	ENDS	QREN	PNPOT	PROT	PNUEA	PNB Douro	PROF Tâmega	ENCNB	PNAC	PERSU II	PEAASAR	PSRN 2000	PENT
Ordenamento do Território	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X		X
Biodiversidade, Recursos Naturais e Património	X	X	X	X	X	X	X	X			X	X	
Competitividade e Atividades económicas	X	X	X	X	X	X							X
Qualidade Ambiental	X	X	X	X	X	X	X			X	X		

Quadro 7– Relação do Quadro de Referência Estratégico por Fator Critico de Decisão

3.5 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E INDICADORES

Os Fatores Críticos de Decisão não pretendem descrever exaustivamente a situação tendencial existente mas realçar apenas os aspetos críticos mais relevantes para a AAE e as opções estratégicas de ordenamento e de desenvolvimento do Plano Diretor Municipal de Paredes.

Nos Quadro 8, Quadro 9, Quadro 10, Quadro 11 apresentam-se os objetivos, critérios e indicadores selecionados para cada FCD que suportarão a avaliação ambiental.

Os critérios adotados na fase de avaliação ambiental estratégica propriamente dita não correspondem exatamente à proposta indicativa formulada no documento de definição do âmbito e alcance da AAE oportunamente apresentado. As alterações introduzidas foram feitas com base nos contributos das entidades consultadas e no exercício de reflexão entretanto desenvolvida pela equipa técnica, atentos a outros exercícios similares.

Quanto aos indicadores, a sua escolha foi feita não só com base na sua pertinência para a avaliação estratégica, à luz dos objetivos preconizados para cada FCD e dos conteúdos dos diferentes critérios, mas também da efetiva disponibilidade da informação correspondente. De realçar que o levantamento desta informação foi feito a partir dos estudos elaborados no âmbito do processo de revisão do PDM, bem como outros estudos complementares ou ainda junto das entidades especializadas. Os indicadores sofreram algumas alterações, atentos à sua

disponibilidade, em contributos de entidades e na reflexão elaborada na execução do documento.

FCD - Ordenamento do Território		
Objetivo: Considerar as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas da Revisão do PDM de Paredes na melhoria da articulação territorial, da consolidação e do desenvolvimento; aumento da identidade e diminuição da vulnerabilidade face aos riscos		
Critérios	Descrição	Indicadores
Ocupação e uso do solo	Avaliação da consolidação e da dispersão da malha urbana, da alteração do uso do solo	Variação da área afeta à REN
		Variação da área afeta à RAN
		Variação do território ocupado por espaços agrícolas e florestais
		Percentagem da área edificada em espaços urbanizáveis e infraestruturados (consolidação da malha urbana)
Coesão e gestão territorial	Avaliação da racionalização das redes de infraestruturas, das condições de alojamento, acesso e cobertura das principais redes de equipamentos e serviços públicos coletivos, da mobilidade, das dinâmicas de urbanização e da programação da expansão urbana	Taxa de implementação da Carta Educativa
		Variação da cobertura da rede de apoio social
		Variação da cobertura dos serviços de transporte público
		Investimento por tipo de redes de infraestruturas
Qualificação territorial	Avaliação da qualidade da paisagem e da qualificação territorial derivadas de ações imateriais e materiais	Variação da qualidade da paisagem
		Nº de ações imateriais e materiais de qualificação territorial

Quadro 8– Objetivos, critérios e indicadores de avaliação para o FCD Ordenamento do Território

FCD - Biodiversidade, Recursos Naturais e Patrimoniais		
Objetivo: Considerar as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas da Revisão do PDM de Paredes na integridade da qualidade e na conservação, proteção, utilização sustentável e valorização das componentes biodiversidade, recursos naturais e patrimoniais.		
Critérios	Descrição	Indicadores
Biodiversidade	Avaliação da manutenção dos ecossistemas e espécies prioritárias e dos espaços florestais	Evolução da ocupação florestal
		Nº de projetos envolvendo os ecossistemas e espécies prioritárias
		Área de intervenção nos ecossistemas e espécies prioritárias
		Populações afetadas/habitats
		Grau de afetação das populações/habitats
		Efeitos ambientais observados sobre os
Estrutura Ecológica	Avaliação da proteção e salvaguarda dos ecossistemas e zonas de maior sensibilidade biofísica, da preservação e da valorização das componentes ecológicas, ambientais e paisagísticas do território concelhio e da promoção dos sistemas de recreio e lazer	Área da EEM, por sistema biofísico
		Área da REN, por sistema biofísico
		Pedidos de desafetação da REN
		Nº de Projetos de proteção, salvaguarda, preservação, valorização e promoção

Património	Avaliação da requalificação patrimonial e da promoção de atividades culturais associadas à valorização do património e a afetação de equipamentos e infraestruturas socioculturais.	Variação do património classificado ou em vias de classificação
		Estado de conservação do património classificado
		Investimento em património
		Nº de atividades culturais associadas ao património
		Nº de requalificações patrimoniais

Quadro 9– Objetivos, critérios e indicadores de avaliação para o FCD Biodiversidade, Recursos Naturais e Patrimoniais

FCD - Competitividade e Atividade Económica		
Objetivo: Considerar as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas da Revisão do PDM de Paredes no aumento e diversificação de atividades económicas competitivas, certificadas e dissociadas do consumo de recursos, aumento na criação e qualificação de emprego. Melhoria na visibilidade internacional do Concelho		
Critérios	Descrição	Indicadores
Competitividade e dinâmica empresarial	Avaliação das atividades económicas ao nível da diversificação, da complementaridade e modernização da base produtiva numa perspetiva de sustentabilidade	Variação do Nº e tipo das atividades económicas
		Nº de referências a nível internacional
		Nº de empreendimentos turísticos
Atividades industriais	Avaliação da requalificação de indústrias potencialmente causadoras de poluição	Nº de intervenções por tipo nas indústrias
		Taxa de ocupação dos espaços industria
		Nº de empresas e indústrias certificadas
Dimensão humana	Avaliação da qualificação dos recursos humanos, da criação e/ou aumento do emprego e da sua qualidade.	Variação da taxa de desemprego
		Variação da qualificação da população
		Variação da qualificação dos recursos humanos
		Variação da criação de emprego (Nº) e da sua qualificação

Quadro 10– Objetivos, critérios e indicadores de avaliação para o FCD Competitividade e Atividade Económica

FCD - Qualidade Ambiental		
Objetivo: Considerar as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas da Revisão do PDM de Paredes na dimensão das condições e da qualidade de vida da população, incluindo os aspetos relacionados com os níveis de cobertura e a eficiência das redes de saneamento básico e resíduos, a qualidade do ar, o ruído e os riscos naturais e tecnológicos.		
Critérios	Descrição	Indicadores
Saneamento e Abastecimento de Água	Avaliação do grau de cobertura das redes de saneamento e abastecimento de água	Taxa de cobertura da rede de drenagem das águas residuais
		Taxa de cobertura da rede de abastecimento de água
		Consume de água por habitante da rede pública
Resíduos	Avaliação do sistema de recolha de resíduos	Quantidade de recolha seletiva de resíduos sólidos urbanos
		Quantidade e tipo de produção de resíduos/habitante
Qualidade do Ar	Avaliação da qualidade do Ar	Nº de emissões que ultrapassam os limites
		Variação das emissões
Ruído	Avaliação do ruído	Quantidade de população afetada por níveis elevados de ruído
		Níveis de ruído

Riscos Naturais e Tecnológicos	Avaliação da suscetibilidade do território aos riscos naturais e tecnológicos.	Número de ocorrências de acidentes rodoviários
		Número de ocorrências de acidentes industriais
		Variação da área florestal ardida
		Variação do número de ocorrências de incêndios florestais

Quadro 11– Objetivos, critérios e indicadores de avaliação para o FCD Qualidade Ambiental

4 ANÁLISE E AVALIAÇÃO DOS FCD

Nesta secção é apresentada para cada FCD, uma descrição sumária, os objetivos e metas, a situação atual, tendências de evolução sem plano e a avaliação estratégica de impactes.

4.1 ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Considerar as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas da Revisão do PDM de Paredes na melhoria da articulação territorial, da consolidação e do desenvolvimento; aumento da identidade e diminuição da vulnerabilidade face aos riscos.

O conceito de ordenamento do território, é " resultado da implementação espacial coordenada das políticas económica, social, cultural e ecológica da sociedade. É simultaneamente uma disciplina científica, uma técnica administrativa e uma politica que se desenvolve numa perspetiva interdisciplinar e integrada tendente ao desenvolvimento equilibrado das regiões e à organização física do espaço segundo uma estratégia de conjunto".

De acordo com a Carta Europeia do Ordenamento do Território de 1984, "Deve articular múltiplos poderes de decisão, individuais e institucionais e, dentro destes, garantir a articulação e coordenação horizontal e vertical dos vários sectores e níveis da administração com competências no território. Deve também, ter em atenção a especificidade dos territórios, as diversidades das suas condições socioeconómicas, ambientais, dos seus mercados conciliando todos os fatores intervenientes da forma mais racional e harmoniosa possível."

Assim, o ordenamento do território será uma peça imprescindível para a consolidação e desenvolvimento do espaço urbano e rural, estruturando uma malha capaz de dar resposta aos objetivos propostos, bem como valorizar o espaço, compatibilizando e harmonizando a transição do espaço urbano/espaço rural.

4.1.1 SITUAÇÃO ATUAL

OCUPAÇÃO E USO DO SOLO

Este indicador pretende refletir a utilização do solo. A análise, baseou-se no Ortofotomapa de 2007 e 2011, visitas de campo e com base nas Cartas de Ocupação do Solo para os períodos de 1990, 2000 e 2006 (COS90, COS00, COS06) do Instituto Geográfico Português.

Efetua-se uma análise evolutiva dos usos agrícola e florestal, não obstante ser efetuada uma análise aos valores relativos aos usos do solo em 2006 para o concelho de Paredes e sua distribuição.

Entre 1990 e 2006 a área ocupada pela atividade agrícola tem vindo a diminuir progressivamente no concelho de Paredes, tendo passado de 36% para 33%. Á semelhança da ocupação agrícola também a ocupação florestal tem vindo a diminuir ao longo dos tempos, tendo passado de 57% em 1990 para 53% em 2006. A atividade florestal continua a ser a ocupação principal no concelho de Paredes, que juntamente com a atividade agrícola ocupa um total de 85% do concelho. Por sua vez a área urbana tem apresentado uma tendência oposta, tendo aumentado sucessivamente entre 1990 e 2006, passando de 5,2% para 14,2%. Este aumento da ocupação urbana fez-se sobretudo á custa das áreas florestais e das áreas agrícolas apesar de numa percentagem menor.

Em termos espaciais destaca-se o aumento da área de ocupação urbana no norte do concelho em especial junto aos aglomerados principais, as cidades de Paredes, Lordelo, Rebordosa e Gandra, as Vilas de Recarei, Sobreira e Baltar.

	COS 90		COS 00		COS 06	
	Ha	%	Ha	%	Ha	%
Ocupação Agrícola	5623	35,9	5249	33,5	5198	33,2
Ocupação Florestal	8959	57,15	8440	53,93	8256	52,67
Ocupação Urbana	814	5,2	1889	12,1	2221	14,2

Quadro 12- Ocupação do Solo, grupos principais, para os anos de 1990, 2000 e 200

CLC00-CLC06	ÁREA (ha)	CLC00-CLC06	ÁREA (ha)	CLC00-CLC06	ÁREA (ha)	CLC00-CLC06	ÁREA (ha)	CLC00-CLC06	ÁREA (ha)
133-112	19,44	211-133	5,79	311-334	163,21	313-122	15,69	324-312	136,68
312-112	6,76	212-133	9,24	312-133	10,35	313-133	20,43	324-313	37,16
133-121	5,5	311-112	5,88	313-334	117,43	313-324	1320,81	324-334	330,9
133-122	34,11	311-121	9,61	313-133	6,39	324-112	8,48	334-324	72,48
133-142	8,5	311-122	24,73	312-324	303,39	324-122	58,28		
211-112	19,16	311-133	20,02	313-112	28,33	324-133	71,55		
311-324	126,34	311-324	925,836	313-121	17,69	324-311	37,01		

Quadro 13– Área (ha) das alterações verificadas na utilização/ocupação do solo entre 2000 e 2006, (Corine Land Cover,2006)

Constata-se a discrepância entre o norte e o sul do concelho em termos de ocupação do solo em 2006, a área norte do concelho apresenta-se mais urbanizada e com algumas áreas ligadas á agricultura e a área sul do concelho privilegia uma ocupação florestal.

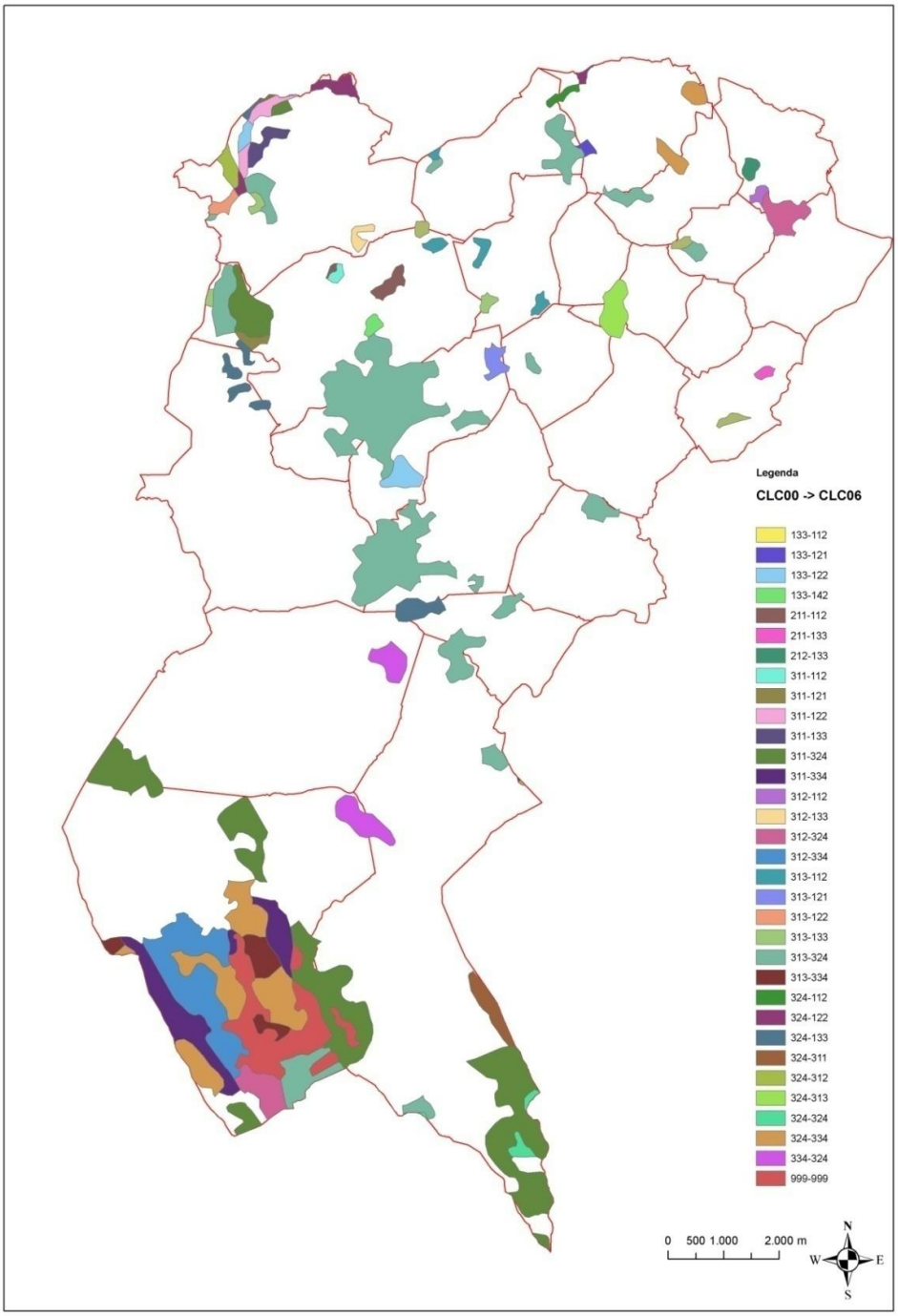

Figura 2– Carta das alterações do solo entre 2000 e 2006, adaptado do Mapa Corine Land Cover changes 2000-2006

A área ocupada pela floresta tem diminuído no concelho. Para além desta diminuição a área florestal tem vindo a deteriorar-se, denotando-se um aumento das áreas florestais degradadas, cortes e novas plantações que passaram a dominar as áreas florestais do concelho ocupando 36% da área florestal em 2006. Este aumento está associado sobretudo ao domínio das plantações de eucalipto no concelho de Paredes. Por sua vez as florestas mistas que dominavam em 1990, ocupando cerca de 44% da área florestal do concelho, ocupavam em 2006 apenas 20%. As florestas exclusivamente de folhosas também diminuíram passando de 11,5 para 6,2% da área florestal concelhia. E as florestas exclusivamente de resinosas praticamente extinguiram-se passando de 8 para 0,6%.

	COS 90		COS 00		COS 06	
	Ha	%	Ha	%	Ha	%
Espaços florestais degradados, cortes e novas plantações	3001	19,1	3789	24,2	5640	36
Florestas mistas	3553	43,6	2493	31,6	1552	20,1
Florestas de folhosas	941	11,5	1279	16,2	476	6,2
Florestas de resinosas	653	8	335	4,2	45	0,6
Matos	811	5,2	544	3,5	544	3,5

Quadro 14– Quadro referente à variação da floresta COS90, COS00 e COS06

Em termos espaciais a floresta ocupa praticamente toda a parte sul do concelho de Paredes. Tendo diminuindo fundamentalmente na parte norte. De uma maneira geral a área florestal do concelho de Paredes está dominada pelo eucalipto, áreas degradadas, cortes e novas plantações. Pontualmente em especial em algumas zonas do sul do concelho e junto a linhas de águas é possível encontrar castanheiros e carvalhos e outras folhosas autóctones.

Áreas dos usos do solo			
Município	**Uso**	**Área (ha)**	**Erro%**
Paredes	Floresta	5.749	10,3
	Matos	3.064	15,9
	Águas interiores	25	> 40
	Agricultura	3.909	13,6
	Outros usos	2.929	16,3

Quadro 15- Áreas dos Usos do Solo , IFN

Dos 5.749 ha de Espaço Florestal no Município de Paredes, cerca de 4.241 ha (74%) correspondem a áreas com Povoamentos Florestais, Já 25% (1.452 hectares) da área florestal corresponde a espaços florestais percorridos por Incêndios, áreas ardidas, a área restante subdividem-se em área de corte raso e outras formações lenhosas (1%).

Áreas dos tipos de ocupação florestal			
Concelho	**Ocupação florestal**	**Área (ha)**	**Erro%**
Paredes	**Povoamentos**	**4.241**	**12,9**
	Áreas ardidas	**1.452**	**24,5**
	Cortes rasos	**50**	**> 40**
	Outras formações lenhosas	**6**	**> 40**

Quadro 16- Áreas dos tipos de Ocupação Florestal

No que se refere às espécies dominantes nos povoamentos florestais existente no Concelho de Paredes de acordo com o Quadro 17 podemos verificar que a espécie dominante é o Eucalipto ocupando cerca de 3.084 hectares de área afeta ao povoamento Florestal, totalizando 73 % da mesma. Cerca de 16 % do povoamento Florestal corresponde a áreas de Pinheiro Bravo, numa extensão de 689 hectares, registando outras folhosas cerca de 11% da área dos povoamentos florestais.

Áreas dos povoamentos florestais por espécie de árvore dominante			
Concelho	Ocupação florestal	Área (ha)	Erro%
Paredes	Pinheiro-bravo	689	36,5
	Eucaliptos	3.084	15,8
	Carvalhos	4	> 40
	Outras folhosas	465	> 40

Quadro 17- Áreas dos povoamentos florestais por espécie de árvore dominante

A REN, de acordo com a legislação vigente é a Estrutura biofísica que integra o conjunto de áreas que, pelo valor e pela sensibilidade ecológica ou pela exposição e suscetibilidade perante os riscos naturais, são objeto de proteção especial. Constitui uma Restrição de utilidade pública, á qual se aplica a um regime territorial especial que estabelece um conjunto de condicionalismos á ocupação, uso e transformação do solo, identificado os usos e as ações compatíveis com os objetivos desse regime nos vários tipos de áreas.

Os elementos constituintes da Reserva Ecológica Nacional (REN) são considerados como valores e sistemas fundamentais para a proteção e valorização ambiental dos espaços rurais e urbanos.

	REN 1996	REN Vigor
Tipologia REN	**(ha)**	**(ha)**
Zonas Ameaçadas Pelas Cheias	-	-
Áreas de Máxima Infiltração	1016,03	1010,29
Cabeceiras de Linhas de Água	516,02	514,82
Áreas com Risco de Erosão	2644,94	2632,4
Escarpas e faixa de protção	-	-
TOTAL	**4176,99**	**4157,51**
Leitos de Cursos de Água (km^2)	684,9	629,3

Quadro 18 – Área REN 1996 e área REN em vigor

A RAN, nos termos do Decreto-Lei 73/2009 de 31 de Março, corresponde ao conjunto de áreas que em termos agroclimáticos, geomorfológicos e pedológicos apresentam maior aptidão para a atividade Agrícola, sendo a RAN uma restrição à utilidade pública, à qual se aplica um regime territorial específico, que estabelece um conjunto de condicionalismos à utilização não agrícola do solo. De acordo com o mesmo decreto-lei as áreas de RAN são obrigatoriamente identificadas a nível municipal nas plantas de condicionantes dos planos municipais de Ordenamento do território, devendo a sua delimitação ocorrer no âmbito da elaboração, alteração ou revisão de Plano Municipal de Ordenamento do Território.

As áreas classificadas como RAN, são um recurso endógeno pelo que a delimitação e a sua proteção permite assegurar a manutenção de áreas de maior produtividade agrícola que se constitui de alguma expressão na economia da região.

Quadro de Áreas (ha)	
RAN em vigor	**2751,36**

Quadro 19 – Área RAN em vigor

COESÃO E GESTÃO TERRITORIAL

Este indicador pretende refletir sobre as condições de alojamento, as redes de infra estruturas, redes de equipamento, serviços públicos coletivos, mobilidade e dinâmicas de urbanização e da programação da expansão urbana e da saúde.

Paredes apresenta um conjunto de equipamentos fundamentais e complementares, os quais se poderão visualizar nas figuras abaixo, e em maior detalhe no Relatório.

O grupo dos equipamentos fundamentais está sujeito a medidas de proteção específicas, constituindo os casos dos equipamentos de ensino, das unidades de saúde, das unidades de prevenção e segurança e dos cemitérios, e o grupo dos restantes equipamentos, nomeadamente equipamentos administrativos e principais serviços públicos, de cultura e lazer, desportivos, judiciais e prisionais. Os equipamentos de ensino alvo da proposta são os decorrentes da execução da Carta Educativa.O Ponto de situação no que concerne à Carta Educativa é o constante do quadro abaixo.

Centro Escolar	**Ponto da situação**
Centro Escolar EB1/JI de **Mouriz**	A funcionar
Centro Escolar EB1/JI de **Gandra**	A funcionar
Centro Escolar EB1/JI de **Vilela**	A funcionar
Centro Escolar EB1/JI de **Paredes**	A funcionar
Centro Escolar EB1/JI de **Rebordosa n.º1**	A funcionar
Centro Escolar EB1/JI de **Sobreira**	A funcionar
Centro Escolar EB1/JI de **Sobrosa**	A funcionar
Centro Escolar EB1/JI de **Duas Igrejas**	A funcionar
Centro Escolar EB1/JI de **Lordelo nº1**	Em construção
Centro Escolar EB1/JI de **Recarei**	A funcionar
Centro Escolar EB1/JI de **Cete**	Em construção
Centro Escolar EB1/JI de **Lordelo nº2**	Em construção
Centro Escolar EB1/JI de **Baltar**	Em construção
Centro Escolar EB1/JI de **Bitarães**	Em construção

Quadro 20– Ponto de Situação da Carta Educativa

Salienta-se a existência de uma instituição de ensino e formação profissional, designada de *CFPIMM - Centro de Formação Profissional das Indústrias da Madeira e do Mobiliário,* a qual se localiza na freguesia de Lordelo, tratando-se de um organismo de direito público sem fins lucrativos que disponibiliza a formação profissional, com equivalência ao ensino secundário.

É de realçar a presença da instituição de Ensino Superior, *Escola Superior de Saúde do Vale de Sousa*, situada na freguesia de Gandra e englobada no *Instituto Politécnico de Saúde do Norte* pertencente à *CESPU- Cooperativa de Ensino Politécnico e Universitário*, CRL. Os cursos Ministrados nesta instituição encontram-se inseridos nas temáticas da Saúde

No que se refere aos serviços públicos de saúde, Paredes detém o Hospital da Misericórdia de Paredes", situado na freguesia de Castelões de Cepeda (sede do concelho). Esta unidade de saúde é o resultado de uma parceria de diversas entidades, nomeadamente a Câmara Municipal de Paredes, a Santa Casa da Misericórdia de Paredes, o Grupo CESPU (Cooperativa de Ensino Superior Politécnico, Universitário), e o grupo "La Rosaleda". A sua atividade nos moldes atuais remonta ao início do ano de 2008, contudo a existência do hospital é bastante anterior, 1966. Servindo uma população de 80.034 no concelho de Paredes, mas com uma área de abrangência de 200.000 habitantes, residentes no Vale do Sousa, assumindo um carácter vincadamente regional.

No que se refere à Rede de Equipamentos de apoio à População Idosa do concelho, é composto por Centros de Convívio, Centros de Dia e por Lares com serviços de Centro de Dia.

A rede de Centros de Dia é composta por 4 unidades, trata-se de locais de permanência diária (diurna) dos idosos onde os mesmos para além poderem usufruir do convívio e de um serviço de cantina para as refeições, neste âmbito podemos aferir a presença destas unidades nas freguesias Beire, Vilela, Cete e Gandra. Refira-se que estes centros encontram-se conexos das seguintes associações: "Associação de Apoio à 3º Idade de S. Miguel" em Beire, "Centro Social e Paroquial de Vilela", em Vilela, e os "Centro Social de Cete" e o "Centro Social e Paroquial de S. Miguel de Gandra", em Cête e Gandra, respetivamente.

Outro dos Equipamentos que compõem a rede de equipamentos de Apoio à população idosa, são os Lares. Trata-se de equipamentos com a valência de residência permanente para os Idosos, nas unidades presentes no concelho de Paredes, podemos verificar que as mesmas acumulam esta valência com a de centro de dia, descrita anteriormente.

Esta Rede de Equipamentos no município de Paredes é composta por 4 Unidades, a "Quinta do Cabo" em Rebordosa, o "Lar Albano Amaral" em Lordelo, o "Centro Social e Paroquial de Baltar" em Baltar e o "Lar da Irmandade da Misericórdia" em Paredes, estes tal como os anteriores encontram-se também no âmbito de diversas Instituições de cariz social como a "Associação para o desenvolvimento de Rebordosa", a "Associação para o Desenvolvimento Integral de Lordelo", o "Centro Social e Paroquial de Baltar" e a "Irmandade da misericórdia de Paredes" em Paredes.

Os equipamentos de prevenção e segurança pública existentes no município são compostos pelas Corporações de Bombeiros (5), pelas unidades Territoriais da Guarda Nacional Republicana (2) e pela Policia Municipal.

Os Cemitérios são equipamentos com particular valor simbólico, cultural e cívico para a população em geral.

A rede de Equipamentos Administrativos e de Serviços Públicos é composta pelas Instituições Públicas de Administração, nomeadamente a sede da Câmara Municipal e as Juntas de freguesia do concelho. No que concerne aos restantes serviços a saber: Repartição de Finanças, Conservatória do Registo Predial e Civil e Posto de Atendimento da Segurança Social.

Salienta-se a presença dos serviços de comunicação escrita assegurados pelos CTT - Correios de Portugal S.A.. Esta instituição de carácter semipúblico, possui 6 postos de atendimento no Concelho, distribuídos pelas freguesias de Lordelo, Rebordosa, Baltar, Castelões de Cepeda, Cete e Recarei.

O concelho de Paredes possui no seu território um tribunal de Comarca, situado na freguesia de Castelões de Cepeda (Cidade de Paredes), tendo como âmbito territorial principal o concelho de Paredes. Este equipamento judicial encontra-se englobado num conjunto mais amplo denominado de Circulo Judicial de Paredes, que alberga os municípios de Paços de Ferreira e Lousada e os seus respetivos tribunais de comarca, a sede deste círculo judicial localiza-se no tribunal da Comarca de Paredes.

No que se refere aos equipamentos de Cultura e Lazer o concelho de Paredes possui diversos equipamentos que possuem uma índole cultural, neste conjunto salienta-se o "Palacete da Granja" em Castelões de Cepeda (Cidade de Paredes), designado de "*Casa da Cultura de Paredes*", a Academia de Música.

Ainda no que concerne ao conjunto de equipamentos onde se desenvolvem eventos de cariz lúdico / cultural, salienta-se as Casas do Povo e os Centros/Salões sociais ou paroquias que se encontram no concelho. Relativamente aos primeiros, existem no concelho duas Casas do Povo, trata-se de locais de convívio e de confraternização por excelência, e que possuem na sua génese o associativismo local, visando o desenvolvimento das comunidades em que se inserem.

O Concelho de Paredes possui um leque bastante abrangente de equipamentos desportivos, do conjunto de equipamentos desportivos há a destacar o pavilhão multiuso, denominado de "Pavilhão *Rota dos Moveis"*, localizado na freguesia de Lordelo, junto ao limite administrativo com a freguesia de Rebordosa. Este equipamento assume particular relevo no contexto desportivo municipal, atentos a que acolher jogos das competições nacionais e internacionais de basquetebol, nomeadamente jogos da seleção nacional.

Outros dos equipamentos com bastante importância no contexto desportivo municipal são a Piscinas Municipais. No concelho de Paredes podemos encontrar quatro equipamentos do

género: a Piscina Municipal de Lordelo, a Piscina Municipal de Rebordosa, a Piscina Municipal de Paredes, em Castelões de Cepeda, e a Piscina Municipal do Sul do Concelho, na freguesia de Recarei, e tal como o próprio nome indica, pretende servir a população residente no Sul do concelho. Estes equipamentos proporcionam um serviço regular, assegurado pela existência de aulas de natação entre outras atividades.

O equipamento desportivo mais presente no concelho, são os campos de futebol de 11, que se encontram em todas as freguesias, com a exceção das freguesias de Vilela, Astromil e Madalena.

Ainda no que se refere a este conjunto de infraestruturas salienta-se a que se encontra em desenvolvimento no norte da freguesia de Mouriz e que se engloba num projeto mais amplo designado de "Cidade Desportiva de Paredes", que no futuro constituirá um dos maiores complexos desportivos do norte do país, possuindo: um campo relvado, dois campos de piso sintético para treinos e jogos de futebol de 5 e de onze, um Pavilhão Gimnodesportivo multiuso, uma academia de ténis com 3 courts em terra batida e 4 em piso rápido, uma pista de Tartan para todas a modalidades de atletismo, um centro hípico com escola de equitação, um velódromo e uma Piscina Olímpica.

Ainda no que concerne à atividade desportiva salienta-se também a presença de um equipamento singular o "*Kartódromo e Pista de Baltar*", que se localiza na freguesia de Baltar e acolhe eventos relacionados com o desporto motorizados, pelas suas características possui uma atratividade supra concelhia.

Paredes detém ainda um *Centro de Meios Aéreos de Baltar*, inaugurado em 9 de Julho de 2010,constituído por um Heliporto de base permanente para helicópteros, ao *Serviço do Ministério da Administração Interna* (MAI), nomeadamente da *Autoridade Nacional de Proteção Civil* (ANPC), sendo a primeira base do género a funcionar na Região Norte, possuindo como base territorial de ação a região Norte.

De acordo com os dados recolhidos no "*Inquérito à Mobilidade"* realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) no ano 2000, nos concelhos pertencentes à NUT III do Tâmega, entre outros, as deslocações da população residente assumem uma particular importância uma vez que o número de viagens, deslocações com uma origem e um destino final, é quase o dobro do número de residentes, revelando uma elevada mobilidade daquela população.

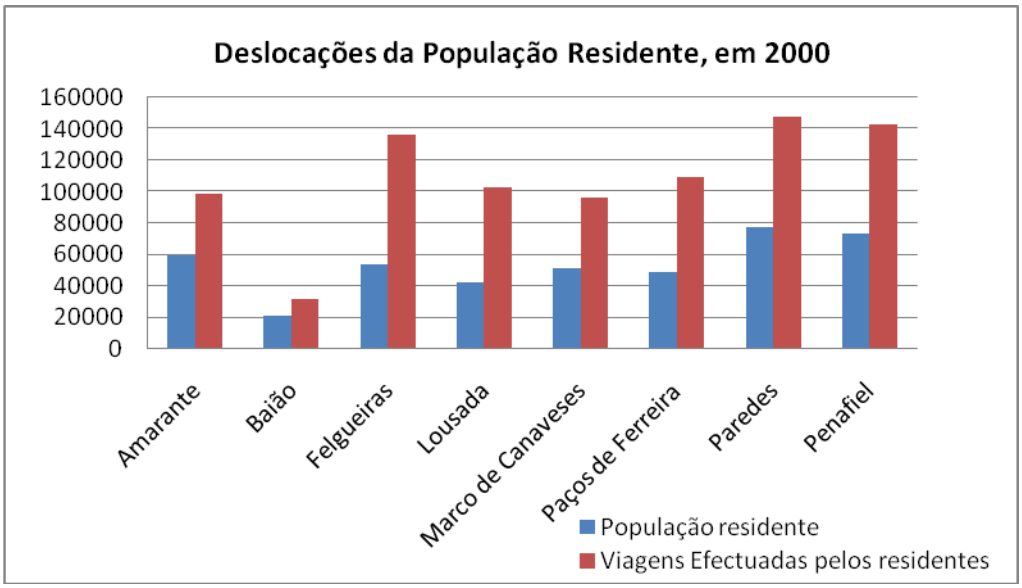

Gráfico 1- Pop. Residente e deslocações efetuadas pelas mesmas; IMP; 2000; INE

No que concerne às motivações, e nos termos do disposto no gráfico 2, 56% das deslocações são causadas pelo exercício de uma atividade profissional (trabalho), 18 % das deslocações devem-se a atividades escolares (escola), 11% das deslocações resultam de atividades ligadas ao lazer e 3 % das deslocações são motivadas por compras.

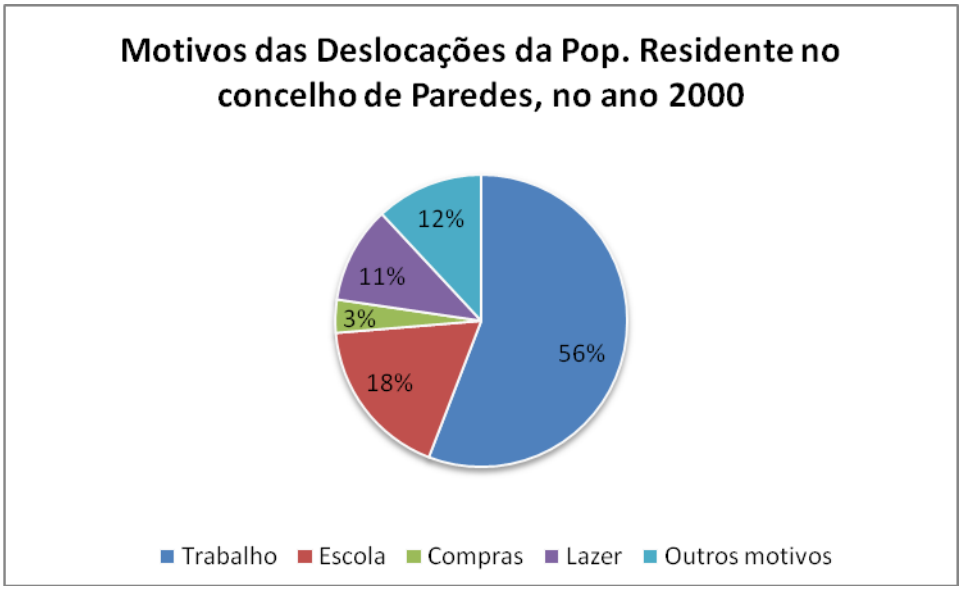

Gráfico 2- Motivos da deslocação da Pop. Residente; IMP; 2000, INE

A rede de transportes coletivos de Passageiros no concelho de Paredes é assegurada por quatro empresas: Albano Esteves Martins e Filhos, Lda.; Auto Viação Landim/Auto Viação Pacense, Gondomarense S.A e Valpi-Bus S.A..

A rede em análise é composta por 29 percursos, daqueles 3 encontram-se afetos à empresa Albano Esteves Martins e Filhos, Lda., 9 encontram-se concessionados à Auto Viação Landim/Auto Viação Pacense, 6 encontram-se a ser explorados pela empresa Gondomarense S.A., enquanto que os restantes 11 percursos estão afetos à empresa Valpi-Bus S. A.

Dos 29 percursos descritos somente 2 não possuem a origem ou o destino no concelho de Paredes, isto é, estabelecem a ligação entre outras cidades sedes de concelho, nomeadamente Penafiel e o Porto, 9 dos percursos estabelecem a ligação entre dois pontos no concelho de Paredes, isto é, possuem o ponto de origem e o ponto de destino no concelho de Paredes.

No que concerne ao âmbito territorial das linhas/percursos em análise, estas abrangem todas as freguesias do concelho. Contudo o serviço disponibilizado a algumas freguesias assume um carácter Bi-diário, isto é ocorre apenas 2 vezes por dia, normalmente de manhã faz-se a recolha e no final do dia a distribuição contrária. Este tipo de serviço condiciona as deslocações da população que utiliza este meio de transporte, potenciando a utilização de outros meios, nomeadamente o automóvel. Em outras freguesias o serviço assume um carácter intermédio e mesmo regular; no primeiro o percurso é efetuado entre 3 a 6 vezes durante por dia, no segundo o mesmo ocorre mais de 6 vezes durante o dia, assumindo um carácter de alguma regularidade no contexto do município.

A rede ferroviária no Concelho de Paredes é constituída por 2 Estações: "Recarei-Sobreira e Cete e 4 Apeadeiros: Terronhas, Trancoso, Parada e Paredes. Contudo no que concerne a esta ultima infraestrutura (Apeadeiro de Paredes), a mesma é referenciada pela entidade exploradora da linha (CP - Comboios de Portugal) como Estação, encontrando-se associada aos serviços Sub - Urbanos prestados pela CP no Grande Porto.

Serviço disponibilizado na linha é do tipo inter-regional, regional e Suburbano. O primeiro estabelece a ligação entre as principais cidades ou estações, possuindo uma frequência menos regular que as restantes, sendo um serviço mais rápido.

Os dois serviços restantes (regional e o suburbano), são mais regulares que o regional, isto é, possui uma frequência maior. Estes tipos de serviços tendem também a estabelecer a ligação entre praticamente todos os pontos de acesso à infraestrutura, estações e apeadeiros, sendo o serviço mais utilizado pelos cidadãos.

Relativamente aos passageiros transportados pelo serviço suburbano do Grande Porto, o concelho de Paredes encontra-se inserido na linha Porto – Caíde. Esta linha apresenta-se como a terceira linha mais utilizada do conjunto de linhas que constituem o serviço suburbano do Grande Porto, transportando cerca de 4 267 passageiros por dia, cerca de 26 % do total de passageiros transportados pelo serviço suburbano do Grande Porto.

Linha	Passageiros Transportados	Passageiros (%)
Aveiro - Porto	6 507	39,2
Caíde - Porto	4 267	25,7
Braga Porto	979	5,9
Guimarães - Porto	4 847	29,2
Total	16 600	100

Quadro 21- Passageiros transportados por linha suburbana

A rede rodoviária é constituída por troços da rede nacional, regional, municipal e local. A rede rodoviária municipal e constituída pela rede municipal fundamental principal e secundária.

A rede rodoviária nacional e regional integra as vias incluídas no Plano Rodoviário Nacional, designadamente: A4, A41, A42, A29, EN 15, EN 209-1, EN 319-2, EN 209, EN 15.3, ER 319.

No que se refere aos grandes eixos viários que influenciam a circulação no concelho de Paredes, assume particular destaque o Itinerário Principal nº 4 (IP4), ou a Autoestrada nº 4 (A4).

Este eixo viário estabelece a ligação entre a Cidade do Porto e a Espanha, sendo um dos principais eixos de circulação do território nacional pela ligação ao Itinerário Principal nº 1 (A1), que liga Lisboa ao Porto.

A A4 atravessa o Concelho de Paredes sensivelmente a meio, no sentido Oeste - Este, e assume uma grande importância na circulação automóvel do concelho, uma vez que serve praticamente toda a população residente, proporcionando um fácil acesso ao Grande Porto, sendo que município de Paredes é servido por quatro nós de acesso, a saber: Baltar - Parada, Cidade de Paredes, Campo – Valongo, e Guilhufe – Penafiel. Os dois últimos localizam-se nos concelhos vizinhos, contudo muito próximos dos limites administrativos do concelho de Paredes.

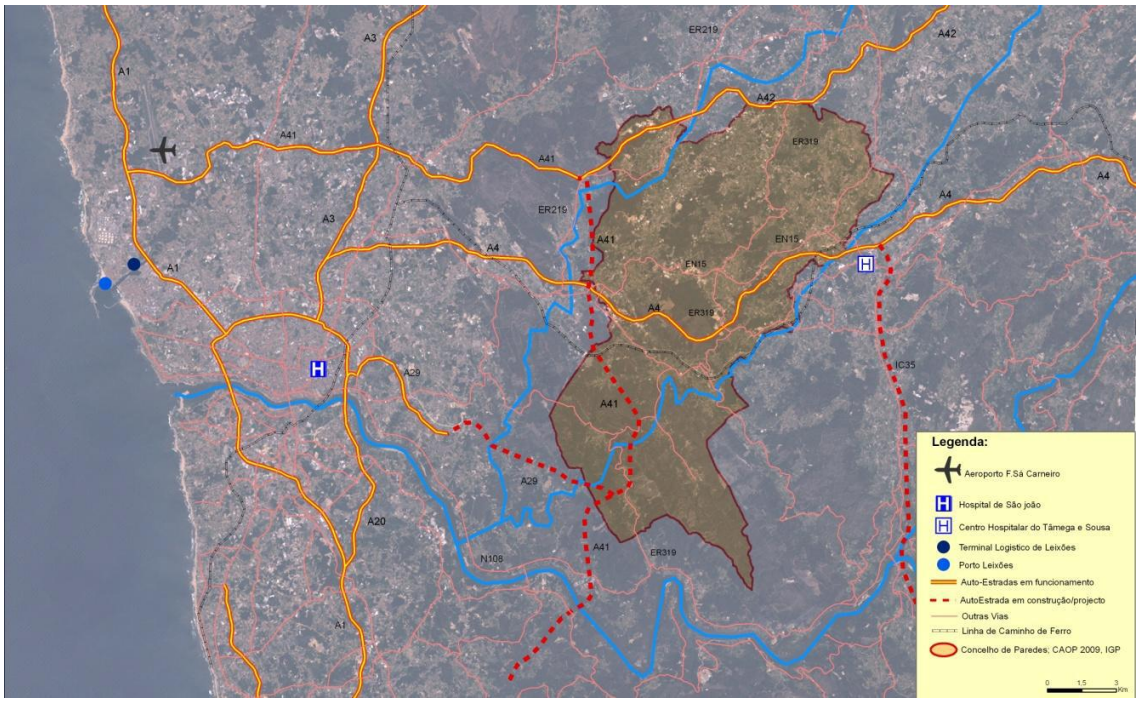

Figura 3 – Grandes eixos rodoviários

Refira-se que de acordo com os dados recolhidos junto do *Instituto Nacional de Infraestruturas Rodoviárias, IP* (INIR) e conforme se pode averiguar na tabela 1, a taxa média de circulação na A4 no ano de 2008, cifrou-se em 36 945 automóveis por mês.

No que concerne ao tráfego médio mensal registado nos troços pertencentes ao concelho de Paredes, há a referir o troço Campo – Baltar que regista a maior taxa média de circulação, com cerca de 29 106 automóveis mensais. De acordo com a informação constante da tabela, a taxa de circulação média mensal vai diminuindo à medida que nos afastamos da cidade do Porto, isto é à medida que seguimos para Este.

Ano	Via	Taxa média de circulação
2008	A4/IP4	36945
	Troço	
	Campo-Baltar	29106
	Baltar-Paredes	24865
	Paredes-Guilhufe	21593

A A42, estabelece a ligação entre o Norte da GAMP, e os concelhos do Vale do Sousa e do Tâmega, como são os casos dos concelhos de Paços de Ferreira, Paredes, Lousada, Felgueiras e Amarante. Esta via possui o mesmo sentido que a A4, Oeste - Este, configurando um dos acessos principais às freguesias do Norte do concelho de Paredes (Lordelo, Rebordosa, Vilela, Sobrosa, Beire e Louredo) e também para a Cidade de Paredes.

Já a A41, inaugurada em Abril de 2011, constitui-se como a *Circular Regional Externa à Cidade do Porto- CRIP*, estabelecendo a ligação entre as cidades de Matosinhos e Espinho. No seu percurso interseta o concelho de Paredes a Oeste, numa orientação Norte-Sul.

Este eixo poderá contribuir para a alteração dos padrões de circulação automóvel existente no concelho, uma vez que permitirá uma acentuada melhoria nos acessos aos concelhos, em particular ao Sul, ás freguesias de Aguiar de Sousa, Recarei e Sobreira.

Aluda-se que o município de Paredes possui três nós de acesso aquele itinerário, a saber: Alvre, em Aguiar de Sousa, Zona Industrial de Terronhas/Vilarinho, em Recarei e o nó de Gandra, esta via apresenta-se por si só uma alternativa à circulação rodoviária regional, instituindo-se como uma opção aos eixos rodoviários da Cidade do Porto, frequentemente congestionados.

No que concerne à circulação registada na A42 e de acordo com os dados constantes do *"Relatório de Tráfego de 2008"* do *Instituto Nacional de Infraestruturas Rodoviárias,* IP (INIR) o volume de tráfego cifra-se em 23 054 automóveis por mês. Os troços que servem o município de Paredes possuem valores superiores à média mensal de tráfego registada na A42.

As estradas nacionais foram inicialmente criadas para estabelecerem a ligação entre a rede de cidades médias e lugares que compõem o território, contudo e com o passar dos anos e o consequente aumento da circulação e da pressão urbanística em torno das mesmas, estas têm vindo a perder as características iniciais e a sua eficácia, deixando de ser estradas para passarem a funcionar como ruas, assumindo sobretudo um papel de distribuição do fluxo automóvel que emana das vias de carácter nacional nomeadamente IP e IC.

O concelho de Paredes possui um leque diversificado de vias nacionais, como é observável pela figura 2, destacando-se as Estrada Nacionais 15, 209-1 e a 319-2.

A EN15 estabelece a ligação com as Cidades de Valongo e do Porto, a Oeste, e a de Penafiel a Este. Esta via continua a ser uma via bastante utilizada uma vez que constitui uma alternativa à A4, que possui taxas de circulação. Contudo hoje em dia assume sobretudo um carácter distribuidor do fluxo proveniente das grandes vias, nomeadamente a A4 que possui um trajeto em alguns locais paralelo à EN15 e também um carácter de rua, veja-se os casos de Baltar.

A EN 15 para além do papel distribuir do tráfego e de ligação dos grandes núcleos urbanos regionais, possui também o papel importante para o concelho, ligando diversos aglomerados entre si como é o caso da Cidade de Gandra, da Vila de Baltar e da Cidade de Paredes

A EN 209-1 faz a ligação de Gondomar a Aguiar de Sousa, no Sul do Concelho.

A EN 319-2 faz a ligação de Aguiar de Sousa a Melres, igualmente no Sul do Concelho. A EN 319-2 e a 209-1 funcionam atualmente como os principais eixos viários do Sul do Concelho.

Figura 4 – Rede rodoviária do Concelho de Paredes

Como Estradas Regionais há a referir a Estrada Regional 319 e a 209.

A ER 319 atravessa praticamente todo o concelho de Paredes, possuindo um sentido Norte-Sul, estabelecendo a ligação entre os diversos lugares e vilas, e também entre as cidades de Paredes e Paços de Ferreira.

A ER 209 Liga Gondomar a Paços de Ferreira, passando na Cidade de Lordelo, deste Concelho, portanto no limite Norte do Concelho.

Tal como acontece nas estradas nacionais estas vias deixaram de ser estradas para funcionarem, na maior parte do seu percurso, como ruas.

As vias de hierarquia inferior como são as vias de carácter Municipal e Local, conjuntamente com as vias de carácter superior, anteriormente referidas e constantes da figura 2, assumem particular importância na distribuição do tráfego provenientes das estradas nacionais e regionais. Mas também adotam outro tipo de carácter, o de ligar os lugares e aglomerados entre si.

No que se refere ao concelho de Paredes este tipo de vias possui uma densidade significativa a norte da Autoestrada A4, situando-se aí grande parte dos aglomerados populacionais existentes, refira-se a título de exemplo a importância que vias como as Estradas Municipais 597 e 600 assumem neste contexto, uma vez que estabelecem a ligação entre os alguns dos principais aglomerados do concelho, as cidades de Lordelo e de Rebordosa, passando por Vilela.

A Autarquia tem efetuado um esforço de melhoramento / requalificação das vias de carácter local e municipais existentes no concelho, corrigindo as situações de conflito entre o tráfego circulante e os peões, e as condições gerais das vias; este melhoramento consubstancia-se através do alargamento e beneficiação do piso de circulação, dotando-as das condições desejáveis para a circulação, como é o caso das Estradas Municipais 595 e 598, entre outras. Em casos onde esta beneficiação se manifesta de difícil resolução, fruto da pressão urbanística existe sobre a vias, tem-se optado pela criação de alternativas às vias existentes, permitindo o melhoramento do fluxo de tráfego, são exemplos disso a via “Rota dos Moveis”, circular às Cidades de Lordelo e Rebordosa e com acessos a Gandra e a Vilela, e com ligação à A42 e à A41, ou a ligação entre os Lugares da Sobreira e Santa Comba na Freguesia da Sobreira.

De acordo com Keller and Wilson, the human need for nature is linked not just to the material exploitation of the environment but also the influence of the natural world on our emotional, cognitive, aesthetic and even spiritual deelopment (apud Pretty 2003, p.16). Subjacente a esta hipótese está portanto a ideia de que o contacto com a natureza é fundamental para o bem-estar humano.

Existem numerosos estudos sobre os efeitos da vegetação na saúde e no bem-estar, em que as tendências principais refletem sobre os efeitos da vegetação na saúde física, nas quais as principais associações podem ser estabelecidas na relação entre saúde, exercício físico e áreas verdes e a relação entre saúde, poluição atmosférica e áreas verdes. A outra tendência que explora as relações entre o contacto com a natureza e a saúde psíquica, debruçando-se

designadamente sobre os benefícios emocionais, sociais e comportamentais do contacto com a natureza.

Como se pode constatar pelas plantas baixo, o Concelho de paredes detém uma rede de equipamentos de saúde, realça-se que o Município de Paredes encontra-se no âmbito do *"Centro Hospital do Tâmega e Sousa",* vulgarmente designado de *"Hospital do Padre Américo".* Esta unidade de saúde, localiza-se na freguesia de Guilhufe (Concelho de Penafiel), próximo do limite administrativo dos concelhos de Paredes e de Penafiel.

Outras das unidades de saúde de referência no concelho é o "Hospital da Misericórdia de Paredes", situado na freguesia de Castelões de Cepeda (sede do concelho), a sua atividade nos moldes atuais remonta ao inicio do ano de 2008, contudo a existência do hospital é bastante anterior, 1966.

No que se refere aos serviços públicos de saúde para além do "Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa", anteriormente mencionado, há a referir a existência de: 2 Centros de Saúde o *"Centro de Saúde de Paredes"* e o "Centro de Saúde de Rebordosa" em Castelões de Cepeda e Rebordosa, de 6 Unidades de Saúde Familiar a saber, a U*nidade de Saúde Familiar de Baltar*, em Baltar; a *Unidade de Saúde Familiar de S. Salvador*, em Lordelo; *a Unidade de Saúde Familiar Tempo de Cuidar* em Gandra; Unidade de Saúde Nova Era, na Sobreira, a *Unidade de Saúde Familiar Terras do Sousa*, em Castelões de Cepeda e a *Unidade de Saúde Familiar de S. Miguel Arcanjo*, em Rebordosa, funcionado as duas últimas nos edifícios de Centro de Saúde respetivos. De referir também a existência de uma extensão a Extensão de Saúde, a Extensão de Saúde de Cristelo, em Cristelo.

No que concerne ao Centro de Saúde de Paredes, para além das valências referidas anteriormente salienta-se o fato de aqui funcionarem ainda o Centro de Atendimento de Situações Urgentes de Paredes a Unidade de cuidados de saúde personalizada de Paredes assim como a Unidade de Saúde Pública do Concelho. De referir também a existência da Unidade de cuidados de saúde personalizada de Cristelo a funcionar na extensão de Saúde da freguesia.

Constata-se ainda a existências de 17 farmácias distribuídas pelo município. A freguesia que possui o maior número de farmácias é a de Castelões de Cepeda (sede de concelho), com 4 farmácias. Mais se afere a presença de 2 farmácias nas freguesias de Rebordosa e da Sobreira. As restantes farmácias encontram-se nas freguesias de Lordelo, Vilela, Cristelo, Beire, Gandra, Vandoma, Baltar, Cete e Recarei, com uma farmácia cada.

Os indicadores de Saúde do concelho demonstram que o serviço prestado é ainda baixo com um rácio de médicos/1000 habitantes inferior à unidade antes do ano de 2010. O grande salto qualitativo foi dado ao nível dos cuidados de saúde infantil e pré-natal, com uma evolução favorável da taxa de mortalidade infantil.

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Médicos por 1 000 habitantes	0,6	06	0,6	0,8	0,8	0,7	0,8	0,9	1,0	1,1
Farmácias por 1 000 habitantes	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2

Quadro 22– Indicadores referentes a Médicos/ habitantes e Farmácias/habitante (INE)

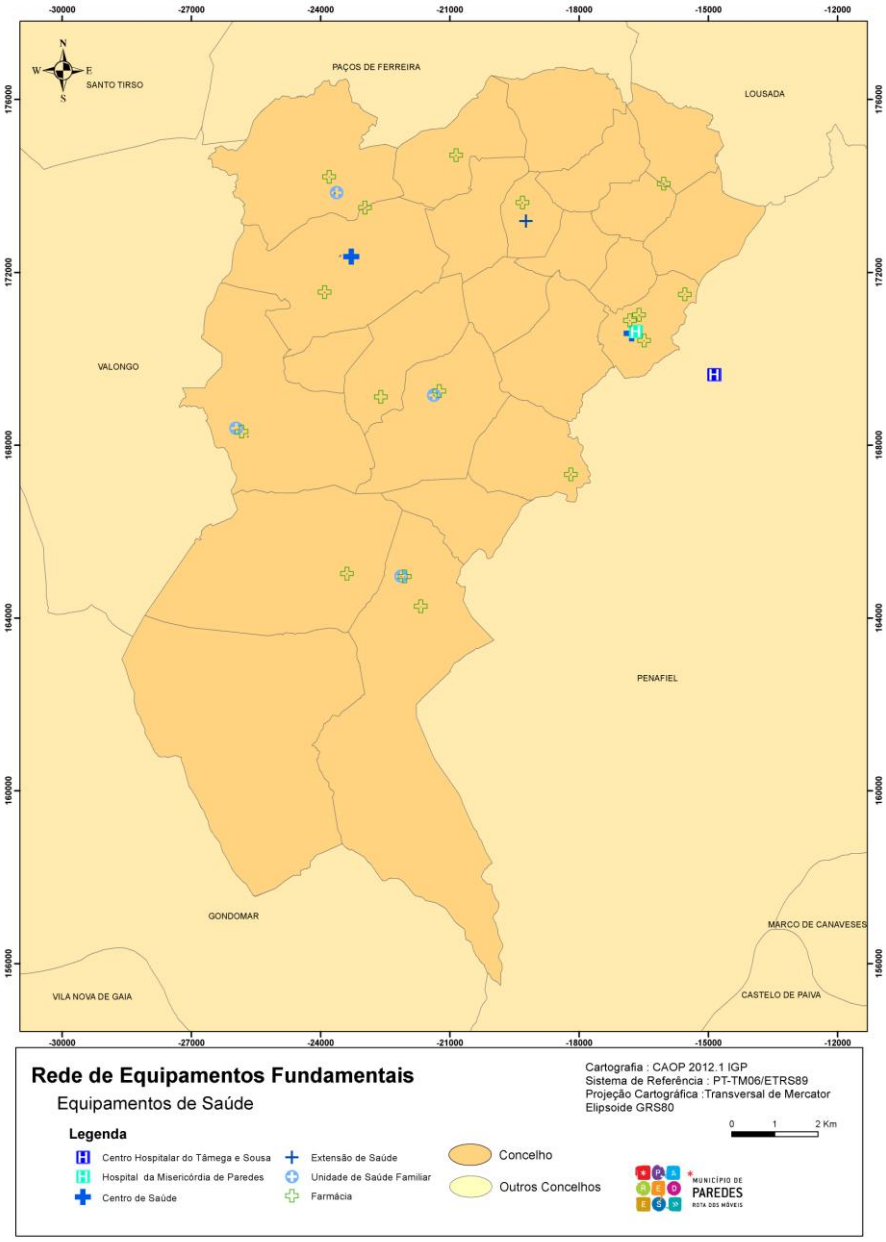

Figura 5 – Rede de equipamentos

O Concelho de Paredes possui um leque bastante abrangente de equipamentos desportivos, conforme podemos averiguar através da informação constante na figura 11.

Do conjunto de equipamentos desportivos há a destacar o pavilhão multiuso, denominado de "Pavilhão Rota dos Moveis", localizado na freguesia de Lordelo, junto ao limite administrativo com a freguesia de Rebordosa. Este equipamento assume particular relevo no contexto desportivo municipal, atentos a acolher jogos das competições nacionais e internacionais de basquetebol, voleibol e hóquei em patins, nomeadamente jogos da seleção nacional.

Outros dos equipamentos com bastante importância no contexto desportivo municipal são a Piscinas Municipais. No concelho de Paredes podemos encontrar quatro equipamentos do género: a Piscina Municipal de Lordelo, a Piscina Municipal de Rebordosa, a Piscina Municipal de Paredes, em Castelões de Cepeda, e a Piscina Municipal do Sul do Concelho, na freguesia de Recarei, e tal como o próprio nome indica, pretende servir a população residente no Sul do concelho. Estes equipamentos proporcionam um serviço regular, assegurado pela existência aulas de natação entre outras atividades.

Contudo o equipamento desportivo mais presente no concelho, são os campos de futebol de 11, que se encontram praticamente em todas as freguesias, com a exceção das freguesias de Vilela, Astromil e Madalena. Já a freguesia de Castelões de Cepeda (Cidade de Paredes) possui um recinto que encontra-se desativado no âmbito da criação da "Cidade Desportiva de Paredes", adiante descrito, pelo que não foi equacionado no presente dossier, refira-se que as freguesias de maior dimensão espacial, como Gandra, Recarei, Sobreira e Aguiar de Sousa, possuem mais do que uma infraestrutura. A totalidade das infraestruturas encontra-se sobre a gestão das diversas coletividades desportivas do concelho.

Ainda no que se refere a este conjunto de infraestruturas salienta-se a que se encontra em desenvolvimento no norte da freguesia de Mouriz e que se engloba num projeto mais amplo designado de "Cidade Desportiva de Paredes", que no futuro constituirá um dos maiores complexos desportivos do norte do país, possuindo: um campo relvado, dois campos de piso sintético para treinos e jogos de futebol de 5 e de onze, um Pavilhão Gimnodesportivo multiuso, uma academia de ténis com 3 courts em terra batida e 4 em piso rápido, uma pista de Tartan para todas a modalidades de atletismo, um centro hípico com escola de equitação, um velódromo e uma Piscina Olímpica.

Outros dos equipamentos desportivos de referência no concelho são os complexos desportivos da "Belavista" e o do "Rebordosa Atlético Clube", situando-se o primeiro na freguesia de Lordelo e sendo composto por dois recintos de futebol de 11, havendo um campo principal e um campo secundário e o segundo localiza-se em Rebordosa, sendo utilizado pela coletividade mencionada, sendo composto por um recinto de futebol de 11.

Em avançado estado de desenvolvimento encontram-se também os complexos desportivos de Gandra e de Recarei, tal como o complexo desportivo de Vandoma e Baltar, estes dois últimos em fase final de projeto.

A rede de equipamentos desportivos é também composta por diversos polidesportivos, que se podem agrupar em dois grupos principais, os polidesportivos descobertos ou ao ar livre e polidesportivos cobertos.

Os polidesportivos descobertos ou ao ar livre, num total de 19 recintos do género distribuídos pelo concelho, são resultado de parcerias entre a Câmara Municipal e as respetivas juntas de freguesias, às quais cabe a gestão dos mesmos.

Os polidesportivos cobertos podem ser divididos em dois grupos: os pavilhões cobertos escolares, num total de 10, os quais servem principalmente a população escolar mas também a comunidade em geral, fora do horário letivo, e os pavilhões cobertos, de caracter público, como é o caso do Pavilhão Manuel Moreira Neto em Rebordosa, ou possuir um carácter associativo, como são os casos do Pavilhão Ernesto Silva na Sobreira, pertença da Casa do "Povo da Sobreira" e do Pavilhão dos Bombeiros Voluntários de Rebordosa em Rebordosa, pertença da coletividade com o mesmo nome.

Relativamente ao conjunto de pavilhões cobertos, salienta-se ainda o facto de se encontram em Aprovados/ Construção 6 pavilhões Gimnodesportivos nas freguesias de Cristelo, Castelões de Cepeda, Gandra, Recarei, Vandoma e Vilela

Ainda no que concerne à atividade desportiva salienta-se também a presença de um equipamento singular o "Kartódromo e Pista de Baltar", que se localiza na freguesia de Baltar e acolhe eventos relacionados com o desporto motorizados, pelas suas características possui uma atratividade supra -concelhia.

Relativamente aos parques ao ar livre que existem no município, trata-se de infraestruturas de excelência que surgiram nas últimas décadas, sendo o resultado de uma aposta da política municipal. Neste âmbito há a salientar o Parque da Cidade de Paredes, em Castelões de Cepeda, e o Parque do Rio Ferreira nas Freguesias de Lordelo e Rebordosa, relativamente a este último, parte encontra-se à data em funcionamento, cidade de Lordelo, e a outra encontra-se na cidade de Rebordosa.

Foto 1- Parque Rio Ferreira

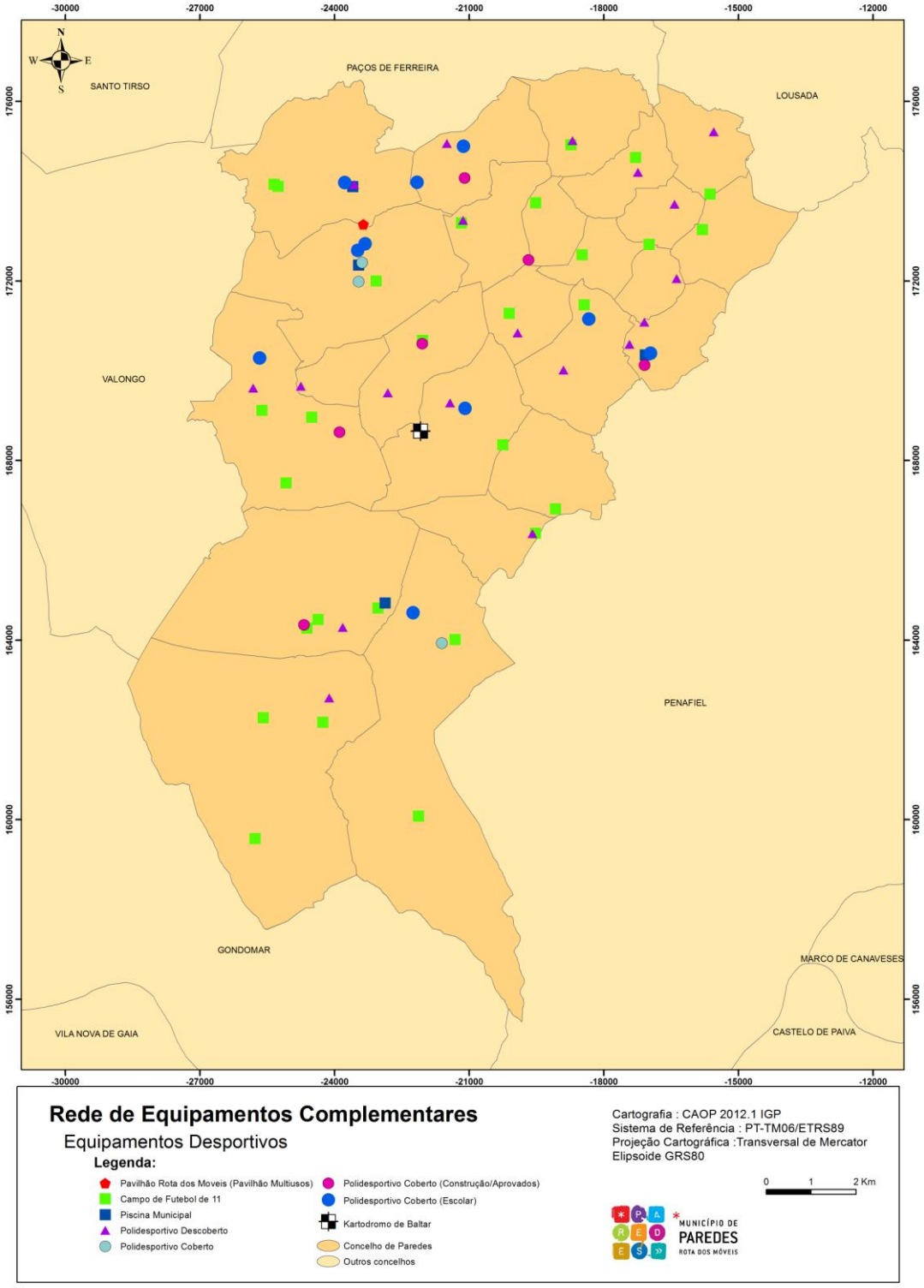

Figura 6- Rede de equipamentos complementares

QUALIFICAÇÃO TERRITORIAL

A qualificação territorial visa refletir a qualificação no espaço, com o reflexo na paisagem. Considerando o conceito de paisagem enquanto porção do território visível, a paisagem engloba, por conseguinte, uma diversidade de fatores que atuam entre si, fruto das interações dos meios abióticos e bióticos e da presença antrópica, com estrutura, forma, função e qualidades cénicas dependentes das mesmas e das atividades aí decorrentes.

Contudo, a definição de unidades de paisagem, passível de individualização num contexto complexo, torna-se possível com recurso à análise do carácter e da função pelas quais essas unidades se apercebem/diferenciam no meio.

A sensibilidade dos observadores e a quantidade de pessoas, fatores inerentes ao universo dos observadores, condicionam inevitavelmente a avaliação da qualificação territorial e da paisagem.

A qualidade visual de uma paisagem resulta das suas características, dos valores culturais, das intrusões visuais e ainda da variação do grau dos atributos de qualidade visual (ordem, diversidade, valor cénico).

Consideram-se valores culturais aqueles valores que estão associados à cultura de um povo que habitou ou habita determinada área geográfica e que se encontram assinalados e inventariados no âmbito do património histórico.

A diversidade visual da paisagem define-se pela presença ou ausência das componentes paisagísticas principais, sendo maior com o aumento do número de componentes presentes (luz, cor, forma e textura) e vice-versa.

O modo como as componentes paisagísticas principais se relacionam, distribuem, harmonizam e se equilibram entre si, interferem na organização espacial, natural ou resultam da intervenção do homem, estabelecendo uma determinada ordem da paisagem. Este atributo identifica o grau de disciplina e composição espacial definido pelo uso equilibrado, ou não, dos recursos, assim como reflete a organização espacial da paisagem e suas características mais expressivas. É determinada pela ocupação do território.

O impacto sensorial que uma dada unidade de análise provoca no observador define o valor cénico da paisagem. Este depende da forma como os elementos visuais se relacionam e como variam.

Considera-se como paisagem cultural e natural, o conjunto de valores culturais e naturais, que através do seu carácter referencial, ecológico e sensorial, contribuem decididamente para a identidade e perenidade sustentável.

Definem-se valores naturais os elementos paisagísticos em que a componente natural é significativa em relação à componente humana, a qual marca o seu metabolismo, carácter referencial, ecológico e sensorial.

As características físicas e simbólicas de um determinado elemento ou unidade territorial, assim como a localização e importância na memória e no imaginário coletivos definem o valor referencial. Este é determinante na definição, significado e identidade da unidade de paisagem onde se insere.

A diversidade da Flora e da Fauna, a maturidade e importância dos ecossistemas criados ou espontâneos, as relações e equilíbrios determinados e a presença de indicadores de estados climáticos ou pré-climáticos (elementos florísticos ou faunísticos de elevado perfil ambiental e paisagístico), designam o valor ecológico.

A definição de valor sensorial associa-se genericamente ao impacto visual, auditivo e olfativo que determinadas características físicas – forma, cor, exposição solar, localização, presença da bacia visual, som e cheiro – que um elemento ou unidade de paisagem provoca num observador.

A fragilidade da paisagem, definida como a maior ou menor capacidade que uma determinada unidade de território tem em suportar alterações, sem contudo se modificarem a qualidade sensorial e ecológica da sua situação de referência, obtém-se cruzando os dados sobre a qualidade da paisagem e de exposição/absorção visual.

A elevada qualidade de uma unidade paisagística determina menor capacidade de suportar alterações à sua situação de referência, sem ser profundamente afetada. Quanto maior for a fragilidade da paisagem maior são as probabilidades de ocorrerem impactes paisagísticos negativos.

A paisagem e a qualificação territorial já era alvo de preocupação no anterior PDM atente-se a alínea c do artigo 2º do Regulamento do Plano Diretor Municipal, "Promover uma gestão criteriosa dos recursos naturais que assente na salvaguarda dos seus valores e na melhoria da qualidade de vida das populações.", ou a alínea a do nº 2 do artigo 21º, "Nas zonas industriais em que esteja prevista uma área de proteção ao longo da sua periferia, sempre que for instalada uma nova industria fora dos limites, será obrigatório que essa área de proteção seja reposta por forma a garantir uma proteção visual adequada;" bem como se manifesta o interesse da paisagem, ainda que de uma forma indireta, a qual se encontra vertida nas zonas de turismo e recreio, nos termos do artigo 42º que menciona o seguinte:

"Considera-se os seguintes tipos de zonas turísticas:

- Grandes áreas naturais, em que deverá ser privilegiado o turismo de ambiente;
- Troços de cursos de água, nomeadamente do rio Sousa, em que é possível apreciar a paisagem natural, aliado à prática do desporto, nomeadamente canoagem;

- Percursos turísticos nos quais podem ser observados elementos do património edificado, bem como a paisagem característica do minifúndio, aliado ao usufruto das tradições gastronómicas da região;
- Áreas com vocação cinegética".

4.1.2 TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO SEM PLANO

OCUPAÇÃO E USO DO SOLO

No que concerne à REN, da avaliação que foi sendo efetuada ao longo do período de vigência da delimitação da REN no Concelho de Paredes foi possível constatar a existência de numerosas incorreções, não desprezáveis, que colocaram dificuldades à gestão do território. Pelo que se prevê uma tendência negativa, pese embora as alterações efetuadas com a elaboração de alguns Planos de Urbanização.

Relativamente à RAN, constatou-se uma proliferação de construções sem uso agrícola, descaraterizando a paisagem, aumentando a área impermeável do solo e diminuindo a área de solo agrícola, pelo que sem plano existiria uma tendência negativa, embora minimizado pela recente alteração ao regime da Reserva Agrícola Nacional.

No critério, uso do solo, prognostica-se a continuidade da dispersão de construção habitacional e da localização de indústria em áreas não vocacionadas para o efeito, pelo que se prevê uma evolução negativa nesse critério.

COESÃO E GESTÃO TERRITORIAL

A política que tem vigorado ao nível da coesão e gestão territorial mantém um padrão de qualidade a este nível, atente-se a implementação da Carta Educativa, no entanto salienta-se que o PDM em vigor não previa a elaboração da mesma.

Mais se constata que não existe no PDM em vigor referencia a equipamentos, exceto se considerarmos os equipamentos desportivos afetos às zonas de turismo e recreio, conforme legenda da planta de ordenamento.

Ao nível da rede de infraestruturas, verifica-se a existência de construção de infraestruturas viárias em locais não previsto no PDM, mais se informa a inexistência de vias propostas no PDM em vigor.

O PDM é omisso nas infraestruturas relacionadas com a fibra ótica, telecomunicações, gaz e saneamento, pelo que atentos a omissão, apenas é aplicável a lei geral, prevendo-se desta forma uma tendência negativa.

Ao longo dos anos a gestão municipal efetuou investimento em equipamentos desportivos pelo que é previsível a evolução positiva para a prática desportiva, apesar de não se encontrarem contemplados no PDM em vigor.

À semelhança dos equipamentos desportivos, existiu um esforço e investimento em Parques como por exemplo o Parque da Cidade ou o Parque do Rio Ferreira, é previsível a evolução positiva na capitação de espaços verdes

É facilmente reconhecido a adesão da população a este tipo de equipamentos, à prática desportiva, principalmente caminhadas, salienta-se, no entanto, a necessidade de planeamento de localização de novos parques, dando prioridade aos espaços fora das áreas de influência dos equipamentos existentes.

Com a criação das unidades de saúde familiar, o número de atendimento melhorou pelo que é expectável a evolução positiva ao nível do atendimento.

QUALIFICAÇÃO TERRITORIAL

Os esforços institucionais no sentido da qualificação do território revelam sinais, ainda que pontuais e cingidos às áreas intervencionadas, uma melhoria importante, com influência na paisagem de uma forma positiva.

Contudo, em virtude do abandono da atividade agrícola e de ausência de práticas de gestão e manutenção de combustíveis florestais, do número de incêndios e da área ardida, verifica-se uma degradação ao nível da paisagem, sendo que o PDM em vigor não tem conseguido alterar a tendência negativa nem se prespetiva uma melhoria.

4.1.3 AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE IMPACTES

Na presente revisão do PDM de Paredes o uso do solo é classificado, nos termos do nº 1 do artigo 10º da proposta de regulamento como solo rural e solo urbano. As categorias e subcategorias que materializam a qualificação de solo rural é: Espaço Natural, Espaço Agrícola, Espaço Florestal (integrando as subcategorias - área florestal de conservação e área florestal de produção) Espaço de Uso Múltiplo Agrícola e Florestal, Espaço de Equipamentos e Outras Ocupações Compatíveis com o Solo Rural (integrando as subcategorias - área de equipamentos e área de recreio e lazer) e Aglomerados Rurais.

O solo urbano integra as categorias operativas de solo urbanizado e solo urbanizável. Em função do uso dominante, o Solo Urbanizado integra as seguintes categorias e subcategorias, Espaço Central, Espaço Residencial (integrando as subcategorias, área residencial de alta densidade – nível 1, área residencial de alta densidade – nível 2, área residencial de alta densidade – nível 3, área residencial de média densidade – nível 1, área residencial de média densidade – nível 2, área residencial de média densidade – nível 3, área residencial de baixa densidade, área residencial dispersa), Espaço de Atividades Económicas – Área industrial, Espaço de Uso Especial – Equipamentos, Espaço Verde (integrando as subcategorias, área verde de utilização coletiva e área verde de proteção e Enquadramento).

O Solo urbanizável, em função do uso dominante, integra as seguintes categorias e subcategorias, Espaço Residencial (integrando as subcategorias, área residencial de alta densidade – nível3 e área residencial de baixa densidade), Espaço de Uso Especial – Equipamentos e Espaço de Atividades Económicas – Área industrial.

O estabelecimento da estrutura espacial de ordenamento, foi estabelecida com base nos objetivos previamente estabelecidos, e para a sua operacionalização/ efetivação foi adotado as seguintes orientações e estratégias:

Articulação entre os objetivos de desenvolvimento e de ordenamento físico do território

Utilização racional do recurso "território", tendo em conta as suas características físicas, a vocação preferencial, as necessidades e expectativas locais e a compatibilização de usos possíveis

Concertação dos interesses dos agentes e entidades envolvidas e a otimização de soluções que previnam e minimizam potenciais conflitos

Minimização dos riscos naturais e tecnológicos, prevenindo e corrigindo situações críticas (erosão, inundação, incêndio, etc.)

Consolidação do modelo de povoamento concentrado, controlando os processos de urbanização difusa e da edificação dispersa

Excecionalidade da reclassificação do solo rural em solo urbano, de forma a controlar o aumento significativo da capacidade edificatória na generalidade dos perímetros urbanos

Reclassificação do solo urbano em solo rural

Aproveitamento das redes de infraestruturas existentes, procurando potencializar e racionalizar a sua utilização e exploração

Preservação e valorização dos recursos e valores naturais, numa perspetiva de desenvolvimento integrado e sustentado

Preservação e valorização dos bens patrimoniais culturais, numa perspetiva de proteção e aproveitamento

Promoção da Imagem como um todo

Potencialização do Espaço Industrial

Qualificação do espaço público

Salienta-se que o Regulamento do PDM previne a questão da incompatibilidade de usos e atividades e define as regras aplicáveis à autorização de atividades compatíveis com o uso dominante e estatuto de utilização para a categoria ou subcategoria de espaços em que se localizem, bem como define parâmetros e índices de ocupação do solo.

	Vigor (hectares)	**Proposta de novembro de 2012 (hectares)**	**Saldo Final (vigor/atual proposta)**
Espaço Agrícola	_	2407.98	-
Espaço Florestal	-	4637.58	-
Espaço Uso Múltiplo	-	2040.54	-
Espaço Natural	_	97.63	-
Espaço de Equipamentos e Outros Usos Compatíveis com o Solo Rural	_	671.16	-
SOLO RURAL	9090.55	9856.89	+ 766.34

Quadro 23- Solo Rural - Quantificação Final

	Vigor (hectares)	Proposta novembro (hectares)	Saldo Final
Solo Urbanizado - Espaço Central	-	36.92	+ 36.92
Solo Urbanizado - Espaço Residencial	4445.08	4433.87	- 11.21
Solo Urbanizado - Espaço de Atividades Económicas	759.05	882.3	+ 123.25
Solo Urbanizado - Espaço de Uso Especial Equipamento	206.09	296.94	+ 90.85
Solo Urbanizado - Espaço Verde	274,0	49.34	- 224.66
Solo Urbanizável - Espaço de Uso Especial Equipamento	-	15.17	+ 15.17
Solo Urbanizável - Espaço Residencial	-	8.3	+ 8.3
Solo Urbanizável - Espaço de Atividades Económicas	-	96.87	+ 96.87
Outros Usos	1132.14	-	-
SOLO URBANO	6816.36	5819.71	- 996.65

Quadro 24– Solo Urbano

Dos valores apresentados nos quadros, podemos concluir que no concelho de Paredes o solo rural é predominante (9731.75 hectares versus 5944.85 hectares).

Dos espaços apresentados o espaço florestal é o mais frequente (4637.58 hectares), logo seguido do espaço residencial (4433.87 hectares), e em terceiro lugar surge o espaço agrícola (2417.59 hectares).

O solo rural encontra-se sobretudo localizado na zona Sul do concelho e em sentido oposto a zona Norte é mais urbanizada.

Na contabilidade final ressalta que 62% do território é solo rural e os restantes 38% solo urbano.

Relativamente à REN e na sequência da finalização da delimitação da REN Bruta pode-se constatar que comparativamente com a delimitação da REN Original de 1996 e com a REN em Vigor, fruto das alterações introduzidas pelos Planos de Urbanização entretanto aprovados, a REN sofreu um ligeiro aumento. De entre os sistemas que compõem a REN do concelho de Paredes evidencia-se um aumento no que se refere às áreas de máxima infiltração, às cabeceiras de linhas de água e uma diminuição das áreas com risco de erosão. De salientar ainda a redução significativa dos leitos de cursos de água representados na REN, em resultado da metodologia utilizada e emanada das orientações da CCDR-N.

Tipologia REN	REN 1996 (ha)	REN Vigor (ha)	REN Proposta (já sem as áreas comprometidas e áreas a excluir) (ha)	Diferença REN Proposta / REN 1996 (ha)	Diferença REN Proposta / REN Vigor (ha)
Zonas Ameaçadas Pelas Cheias	-	-	330,48	-	-
Áreas de Máxima Infiltração	1016,03	1010,29	1172,25	156,22	161,96
Cabeceiras de Linhas de Água	516,02	514,82	926,27	410,25	411,45
Áreas com Risco de Erosão	2644,94	2632,4	2834,12	189,18	201,72
Escarpas e faixa de proteção	-	-	94,2	94,2	94,2
TOTAL	**4176,99**	**4157,51**	**5357,32**	**849,85**	**869,33**
Leitos de Cursos de Água (km)	684,9	629,3	346,58	-338,32	- 282,72

Quadro 25- Quadro síntese comparativo da REN de 1996, REN em Vigor e REN Proposta por sistemas

Em suma, da proposta de delimitação da resulta uma REN com cerca de 5357,32 hectares. Um acréscimo de cerca de 869 hectares em relação á REN em vigor

Tipologia REN	Áreas efetivamente já comprometidas			Áreas a excluir para satisfação de carências existentes		
	Superfície (ha)	% referente á tipologia	% da superfície do concelho	Superfície (ha)	% referente á tipologia	% da superfície do concelho
Zonas Ameaçadas Pelas Cheias	0,09	0,03	0,001	0	0	0
Áreas de Máxima Infiltração	44	3,56	0,28	36,45	2,95	0,23
Cabeceiras de Linhas de Água	2,99	0,35	0,02	11,54	1,36	0,07
Áreas com Risco de Erosão	71,69	2,35	0,46	79,6	2,6	0,51
Escarpas	0,00	0,00	0,00	0	0	0
Faixa de Protecção às Escarpas	0,00	0,00	0,00	0,06	0,14	0,0004
TOTAL	**118,77**	**2,15**	**0,76**	**127,65**	**7,30**	**0,84**

Quadro 26- Quadro síntese das áreas a excluir por tipologia

A proposta de REN para o concelho de Paredes conforma a estratégia de ordenamento concelhia adotada pelo processo de revisão do PDM.

A proposta de delimitação da REN para o concelho de Paredes que conforma a estratégia de ordenamento concelhia que resulta da revisão do PDM, foi submetida a apreciação da CCDR-N, da Comissão de Acompanhamento e da CNREN tendo obtido parecer favorável com exceção das manchas C53, C55, C126, E4, E6, E10, E20, E27, E63, E69, E74, E76, E80, E99, E102, E109, E128, E131, E160, E180, E189, cujas cópias dos pareceres se anexam.

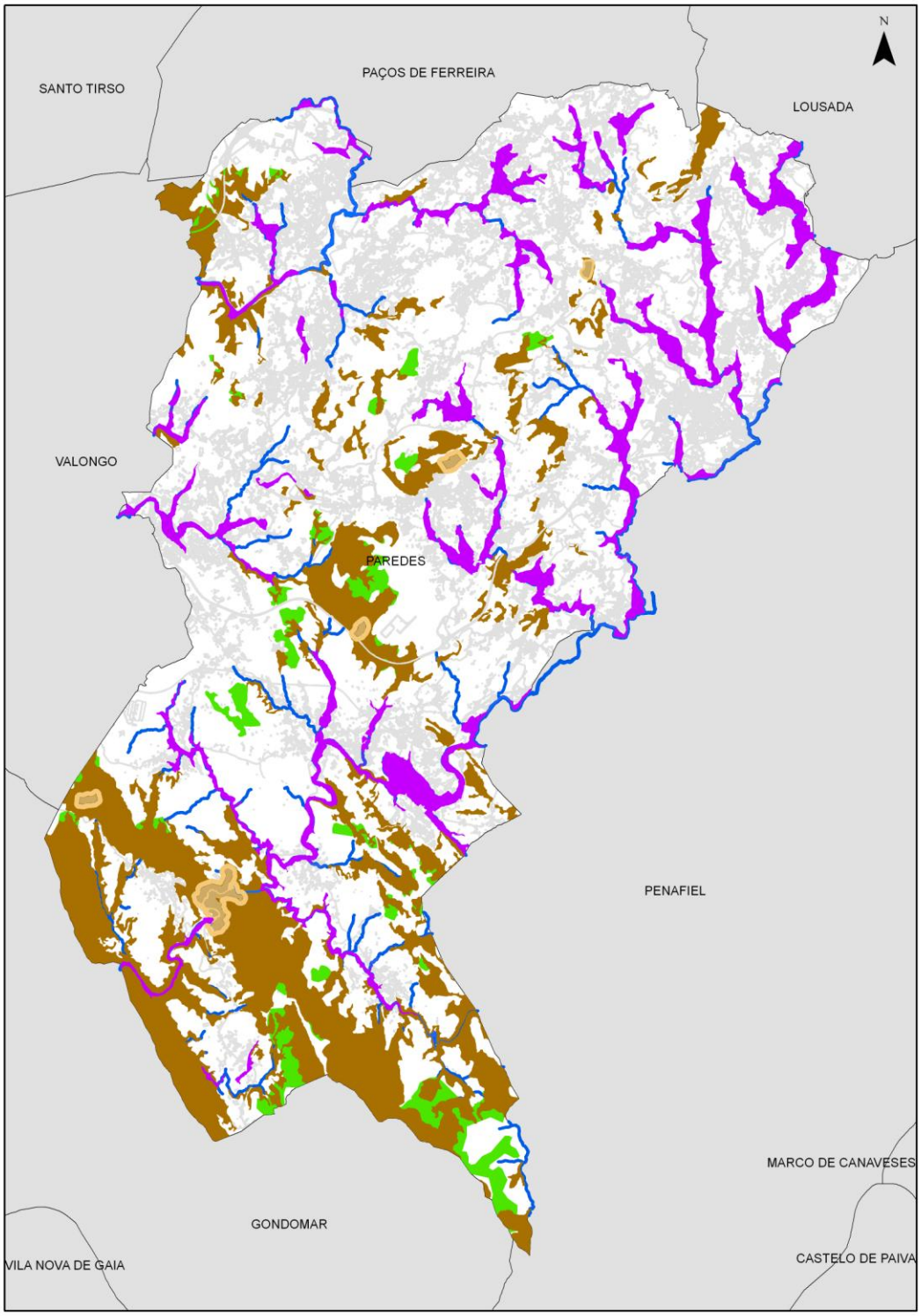

Figura 7–REN final

No que se refere à RAN, tendo em conta a legislação aplicável e a documentação técnica da DRAPN proposta para o efeito, foi elaborada a vectorização da RAN publicada em sede de PDM, a elaboração e aprovação da RAN Bruta, a elaboração do processo de exclusões à RAN Bruta, o qual foi apreciado em sede da 3ª reunião da Comissão de Acompanhamento.

De uma forma sucinta, a tabela demonstra as áreas para cada uma das fases.

Reserva Agricola Nacional - RAN	Área (ha)
RAN (em Vigor)	2 751,36
RAN Bruta	2986,90
RAN final	2755,22

Quadro 27- Quadro de Áreas RAN

A tabela abaixo consubstancia uma síntese das propostas de exclusão, encontrando-se subdivido segundo dois grandes grupos: exclusões á RAN e pedidos de utilização não agrícolas de áreas RAN, expressas em espaços verdes de recreio e lazer e espaços de equipamentos compatíveis com a RAN.

Proposta (s) de Exclusão à RAN (Tipo)	Área (ha)
Ajuste Cartográficos e/ou Cadastrais	**11,83**
Acerto Urbano	**53,04**
Colmatação Espaço	**11,74**
Expansão Urbana	**51,49**
Espaço de Equipamento	**34,71**
Espaço Industrial	**5,05**
Espaço verde	**0,91**
Infraestruturas Diversas	**3,44**
Outras situações	**1,58**
∑	**207,12**

Quadro 28- Síntese das Propostas de exclusão á RAN Bruta

Pedidos de Autorização de utilização de Solos RAN como:	Área (ha)
Espaço de Equipamentos	**0,77**
Espaço Verde (em espaço Rural)	**32,57**
∑	**33,34**

Quadro 29 - Síntese dos Pedidos de Autorização de Utilização Não Agrícola da RAN

Após aferição da Proposta de Exclusão á RAN Bruta, a entidade de tutela DRAPN - Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte emitiu parecer favorável a 365 das 385 propostas apresentadas.

Exclusão à RAN (Tipo)	Área (ha)
Ajuste Cartográficos e/ou Cadastrais	**11,62**
Acerto Urbano	**48,49**
Colmatação Espaço	**11,74**
Expansão Urbana	**42,59**
Espaço de Equipamento	**34,71**
Espaço Industrial	**2,76**
Espaço verde	**0,62**
Infraestruturas Diversas	**3,44**
Outras situações	**1,23**
∑	**190,54**

Quadro 30– Síntese das áreas excluídas da RAN, no âmbito da proposta de exclusão à RAN Bruta

Autorização para utilização de Solos RAN como :	Área (ha)
Espaço de Equipamentos	**0,77**
Espaço Verde (em espaço Rural)	**32,57**
∑	**33,34**

Quadro 31– Síntese das autorizações de utilização de áreas de RAN para uso não agrícola

Na sequência das alterações propostas e aceites pela entidade de tutela, a RAN Final para o concelho de Paredes totaliza uma área aproximada de 2 814, 9 hectares, verificando-se um aumento de 1,12 % da área RAN do concelho, comparativamente com a RAN inicial.

Na 4ª Reunião da Comissão de Acompanhamento da RPDM de Paredes, foram propostas, pela entidade de tutela da RAN, novas orientações para a RAN. Este novo conjunto de diretrizes advém do quadro normativo entretanto aprovado e propõem a delimitação de aglomerados rurais na RAN aprovada para a RPDMP.

Neste sentido, foi apresentada pela CMP a proposta de delimitação dos aglomerados rurais, os quais foram analisados na reunião sectorial de 14-09-2012, nas instalações da DRAP-N. Na reunião foram debatidos os aglomerados rurais propostos pela CMP, tendo-se consensualizado a existência de 7 aglomerados rurais e ainda 3 outras áreas que embora possuíssem as características de aglomerado rural, não podiam ser consideradas, pois eram contiguas ao perímetro urbano, nestas situações propôs a CMP que fossem excluídas da RAN, tendo em conta as características e as dinâmicas dos locais, recolhendo a anuência de todos os presentes. Na sequencia foram acordadas as exclusões de 8, 02 hectares da RAN final

aprovada, por se tratar de aglomerados rurais e ainda 3 outras situações pelos motivos anteriormente referidos.

Aglomerados Rurais	Áreas (ha)
2	0,74
5	1,59
7	2,01
10	0,55
14	2,04
17	0,57
19	0,52
∑	**8,02**

Quadro 32. Aglomerados Rurais

Aglomerados	Uso proposto	Área (ha)
1	Espaço Urbano	0,85
6	Espaço Urbano	0,26
7[1]	Espaço de Uso múltiplo	0,31
9	Espaço Urbano	0,44
	∑	**1,86**

Quadro 33 -Aglomerados

Em consequência, a Carta da RAN Final, a integrar nos estudos de Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes totalizará uma área de cerca de 2 805,2 ha.

[1] - Área remanescente, a norte, do espaço considerado como Aglomerado rural, n.º 7

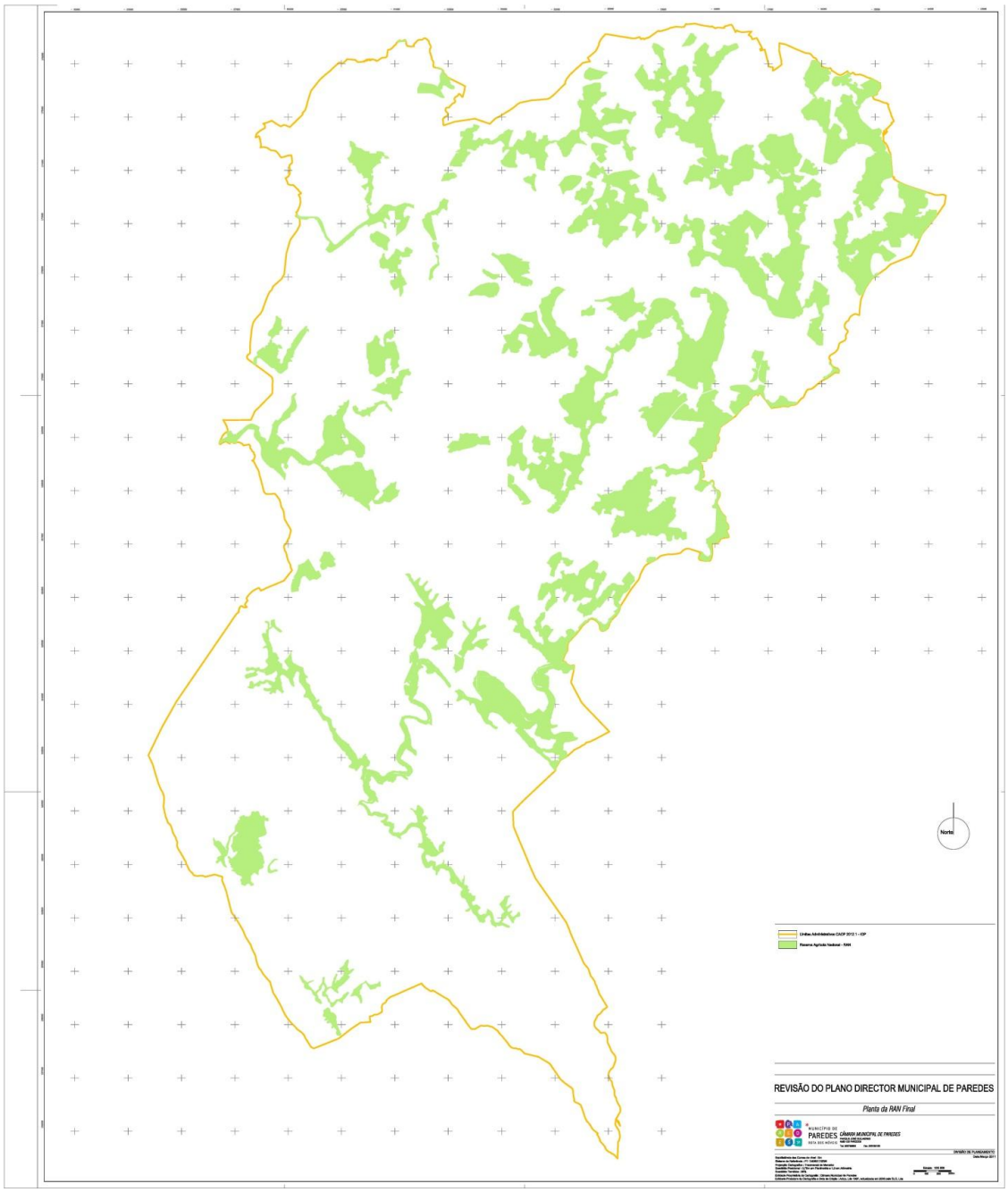

Figura 8- RAN Final

No que concerne à rede de infraestruturas, e particularmente à rede viária, esta é constituída pela rede rodoviária principal, distribuidora (fundamental e secundária) e local.

A rede rodoviária distribuidora fundamental constitui a base do sistema viário municipal, permitindo grandes deslocações quer entre qualquer ponto do município e o exterior quer vice-versa, nomeadamente permitindo o acesso à rede rodoviária principal destinando-se, fundamentalmente, a um trânsito de passagem. De salientar na proposta de revisão do PDM Paredes a Circular Rodoviária Externa à Cidade de Paredes (CRECP) que circula parte da

Cidade de Paredes e visa evitar que transito pesado e de atravessamento cruze a Cidade de Paredes, permitindo ainda uma ligação mais adequada ao concelho vizinho de Penafiel, assim como ao Hospital Padre Américo e à Cidade Desportiva de Paredes, e, a Variante à EN 15, entre a Cidade de Gandra e a freguesia de Baltar e visa no essencial desviar o tráfego de atravessamento e muito particularmente o de e para a A4, dos centros urbanos, assim como permitir uma maior acessibilidade à rede nacional, no caso a A4.

Realça-se a existência de parâmetros para rede viária e para o controlo normativo.

Relativamente à qualificação territorial e mais em pormenor a paisagem, esta é amplamente vertida na proposta da Revisão do PDM de Paredes, atente-se a alínea d) do nº 2 do artigo 13º referente a compatibilidade de usos e atividades que menciona que "são razões suficientes de incompatibilidade … prejudiquem a salvaguarda e a valorização do património classificado ou de reconhecido valor cultural, paisagístico ou ambiental".

O artigo 31º - Bacia Visual do Mosteiro de Cete, revela desde logo, pela sua nomenclatura, o valor atribuído à paisagem.

A estrutura ecológica municipal (Subsecção IV do regulamento), tem "como objetivo a proteção e salvaguarda dos ecossistemas e zonas de maior sensibilidade biofísica, a preservação e a valorização das componentes ecológicas, ambientais e paisagísticas do território concelhio e a promoção dos sistemas de recreio e lazer". Sendo componente da estrutura ecológica complementar as áreas de elevado valor paisagístico.

Ao nível da saúde, está previsto um conjunto de espaços designadamente Área de Recreio e lazer em Solo Rural e Espaço Verde em Solo Urbano.

No entanto deve-se potenciar a Estrutura Ecológica Municipal no sentido de se criarem percursos pedonais e clicáveis de utilização pública.

Em seguida apresenta-se a análise SWOT e a Avaliação estratégica para este FCD.

	Pontos Fortes	Pontos fracos	Ameaças	Oportunidades
Ocupação e uso do solo	- Controlo normativo do solo rural e do solo urbano, - Contenção da dispersão, reclassificação do solo urbano para rural, - Nova delimitação da REN e da RAN	- Artificialização dos solos, - Fragmentação e degradação ambiental de sistemas ecológicos	- Degradação do espaço rural, Edificação em solo rural	- Contribuição da eficaz ocupação do solo na preservação dos valores em presença e minimização dos riscos
Coesão e Gestão Territorial	- Maior equidade no acesso a bens, serviços e equipamentos fundamentais - Área de espaços verdes com possibilidade de prática desportiva, - Fomento da prática desportiva - Cobertura da rede de serviços de saúde primária	- Diferenciação entre o Norte e o Sul do concelho	- Construção de rede viária em solos com aptidão florestal e agrícola - Capacidade económica a nível individual	- Contribuição para a maior coesão social, -Melhor aproveitamento e gestão dos equipamentos, - Dinamização e rentabilização das redes de infraestruturas viárias - Aumento dos parques e espaços verdes
Qualificação Territorial	- Definição de regras para a proteção e preservação da paisagem, - Beneficiação da estrutura viária, Consolidação do espaço urbano		- Abandono da atividade agrícola, - Carater dinâmico da paisagem	- Valorização da paisagem e do território

Quadro 34- Análise SWOT do FCD- Ordenamento do Território

		Impactes positivos	Impactes negativos	Recomendações
Paredes Concelho Sustentável e Atrativo	Promover a imagem do Concelho como um todo	Impactes significativos, uma vez que o objetivo do plano é promover uma correta qualificação do solo, minimizando conflitos de uso e ocupação, incutindo-lhe uma imagem estruturada e coerente, e vertidos nas peças desenhadas e escritas que compõem o plano	Poderão ocorrer impactes negativos decorrentes da construção de infraestruturas viárias em solo rural, derivando numa fragmentação e degradação ambiental incluindo a paisagem	Enquadramento paisagístico das infraestruturas, Concertação de áreas-tampão Controlo e operacionalização das normas regulamentares e propostas de ocupação e transformação do território definidas no modelo de ordenamento do território Promoção da Imagem Paredes
	Programação da ocupação urbana	Impactes significativos derivado da racionalização e rentabilização das infraestruturas, equipamentos e dinâmicas urbanas	Eventual impacte negativo ao nível das prioridades dos aglomerados rurais	Estabelecimento de critérios para a definição de prioridades, para salvaguarda dos aglomerados rurais
	Definição da estrutura ecológica urbana e municipal	Impactes significativos na conservação e valorização da biodiversidade, destacando-se as espécies protegidas e autóctones Minimização da fragmentação dos ecossistemas e impermeabilização dos solos	Não existem impactes negativos	Fomentar a educação ambiental neste âmbito e ações que promovam a biodiversidade
	Contenção da dispersão	Impactes significativos decorrentes da racionalização da expansão urbana,	Não existem impactes negativos	Deve ser promovida a requalificação e a ocupação em habitação vagas em

		preservação do solo e menor fragmentação dos ecossistemas		detrimento da construção nova, evitando maior índice de impermeabilização do solo
	Reforçar a identidade dos núcleos urbanos periféricos	Impactes significativos derivados do reforço do núcleo da freguesia	Não existem impactes negativos	Deve priorizar-se o fomento da coesão e consolidação dos espaços intersticiais com base numa gestão urbanística consistente.
	Definição da estrutura viária	Impacte significativos pois a estrutura viária estabelece toda a estruturação do modelo, além de que contribuirá de forma expressiva para o aumento da mobilidade e das acessibilidades intra-concelhia	Poderão ocorrer impactes negativos decorrentes da construção de infraestruturas viárias em solo rural, derivando numa fragmentação e degradação ambiental incluindo a paisagem	Enquadramento paisagístico das infraestruturas, Concertação de áreas-tampão
	Consolidação da rede de equipamentos	Impactes significativos atentos à reestruturação dos equipamentos, nomeadamente educacionais e desportivos, com enfâse na sua ótica de otimização.	Não existem impactes negativos	Elaboração de carta temática no sentido de serem apuradas as necessidades.
	Promover a qualidade de vida	Impactes significativos devido à melhoria do conforto, em especial em solo urbano, propiciando um aumento de bem-estar físico, social e mental	Não existem impactes negativos	Deverá ser monitorizado o grau de satisfação dos munícipes
	Promover a qualidade do ambiente	Impacte significativo em virtude de se melhorar o enquadramento /articulação e entre o solo rural, solo urbano, na criação da estrutura ecológica, na criação de espaços verdes	Não existem impactes negativos	Privilegiar ações no espaço público envolvente ao património edificado que o valorize Privilegiar a continuidade dos espaços verdes públicos.
	Potenciar o Concelho	Impactes positivos indiretos derivados de uma maior sensibilidade para as	Não existem impactes negativos	Promover ações de sensibilização para as fragilidades do território e para os

		fragilidades do território		impactes a que o sujeitamos com as práticas quotidianas
Paredes Concelho Empresarial	Potenciar a atração de empresas no Concelho	Impacte positivo derivado do aumento da coesão territorial, baseada nas atividades empresariais e atividades logísticas.	A instalação de indústrias pressupõe a necessidade de solo, pelo que irá aumentar a área impermeabilizada	Deverá ser promovida a instalação de novas empresas em locais apropriadas e privilegiar instalações existentes mas desocupadas
	Dotar o Concelho de áreas de localização empresarial/industrial	A correta política de localização das unidades industriais evita a descaracterização da paisagem e do património cultural associada à dispersão destas unidades no território	As áreas de localização empresarial/industrial têm um impacte negativo na paisagem, com expressão ao nível visual e estético	As instalações industriais devolutas devem ser alvo de ações conducentes a uma correta integração paisagística com a envolvente, evitando a sua degradação física e visual
	Estimular a relocalização de empresas no espaço industrial	Impacte significativo atendendo aos ganhos na diminuição de potencial poluição junto da população bem como a diminuição de tráfego pesado junto de áreas vocacionadas para a habitação	A instalação de indústrias pressupõe a necessidade de solo, pelo que irá aumentar a área impermeabilizada	Motivação da relocalização de empresas com apoio ao ganho de escala
	Fomentar o investimento turístico	Impactes significativos porque ao incentivar induz a uma melhoria no enquadramento paisagístico, no património	Não existem impactes negativos	Integração em Rotas temáticas os valores naturais e o património
	Fomentar/Reforçar a visibilidade internacional	Impacte significativo em virtude de o Concelho se tornar mais atrativo para o investimento estrangeiro e para os atores que agem numa perspetiva global	Não existem impactes negativos	Promover ações de marketing territorial

	Promover e estimular condições de proximidade entre diversos atores	Impactes positivos indiretos derivados de uma maior dinâmica da economia local	Não existem impactes negativos	Deverá ser promovida e dinamizada a aproximação entre diferentes agentes, incluindo a criação de parcerias
	Promover o desenvolvimento e tecnologia	Impactes positivos derivados da maior rentabilidade empresarial	Não existem impactes negativos	Estimular parcerias com as entidades científicas e tecnológicas
	Consolidar as áreas empresariais e promover o seu desenvolvimento	Impacte significativo devido à criação de espaços devidamente infraestruturados, equipados e geridos	A instalação de infraestruturas pressupõe a necessidade de solo, pelo que irá aumentar a área impermeabilizada	Controlo e operacionalização das normas regulamentares
Paredes Concelho Competitivo	Reforçar a cooperação e potenciar políticas de complementaridade	Impactes positivos derivados da qualificação de indústrias tradicionais	Não existem impactes negativos	Deverá ser promovida a criação de sinergias e de redes
	Reforçar e valorizar os valores patrimoniais	Impactes significativos derivados da melhoria da condição do património. Constitui-se uma oportunidade para projetar o património	Não existem impactes negativos	Deverá ser efetuada a classificação de imóveis, conjuntos ou sítios considerando os de interesse municipal e pretendendo assegurar por este meio a sua manutenção e recuperação.
	Consolidar o posicionamento em Redes Internacionais	Impactes positivos indiretos derivados de uma maior dinâmica da economia local	Não existem impactes negativos	Deverá ser reforçado e alargado o leque de redes existentes
	Promover a competitividade	Impactes positivos derivados da dinâmica	Não existem impactes negativos	Deverá ser criada uma política no sentido de formação e dinamização ao nível da competitividade, demonstrando as suas vantagens, com recursos a exemplos existentes
	Promover e estimular a educação e formação	Impactes positivos derivados da maior sensibilidade para as questões ambientais	Não existem impactes negativos	O Concelho deverá continuar a postar nas políticas ao nível da Formação e Educação e nas parcerias existentes

	Valorizar a inovação, investigação, conhecimento e tecnologia	Impactes positivos derivados da maior rentabilidade e produtividade	Não existem impactes negativos	Deverá apostar-se na sensibilização e da motivação dos empresários

Quadro 35 – Avaliação estratégica do FCD - Ordenamento do Território

O Quadro seguinte pretende avaliar os potenciais efeitos que a aplicação do plano tem ao alcance das metas e objetivos definidos para o Fator Crítico Ordenamento do território.

QRE	Objetivos Globais	Efeitos da aplicação do PDM
ENDS	Melhor Conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território	O plano define opções estratégicas de intervenção para o incremento de infraestruturas, equipamentos e serviços, garantindo a universalidade da população no acesso a bens e serviços fundamentais bem como a conectividade
QREN	Mais Equidade, Igualdade de Oportunidades e Coesão Social	As estratégicas de intervenção propostas promovem a integração do concelho na região, nomeadamente ao nível da rede viária e da articulação com os centros urbanos e territórios envolventes e estabelecimento de equipamentos e serviços fundamentais e da criação de condições para a fixação de iniciativas e investimentos turísticos.
PNPOT	Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social, reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições e reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições	Na qualificação do solo rural foram definidas diferentes classes para o solo urbano e o solo rural de acordo com a aptidão natural do solo e usos dominantes. Para estas classes são propostos usos preferenciais e atividades complementares de proteção e valorização económica e ambiental. Foi manifestado o reforço das infraestruturas e serviços básicos de forma a garantir uma maior coesão social

PROT	Estruturar o sistema urbano e reforçar o policentrismo, envolvendo a qualificação funcional do Porto e da sua área metropolitana, o desenvolvimento de polarizações estruturantes na conurbação do litoral e o reforço dos pólos e eixos urbanos do interior, contrariar os fenómenos de urbanização e edificação difusa, adequado ordenamento agrícola e florestal do território, bem como de salvaguarda e valorização da paisagem, das áreas classificadas e de outras áreas ou corredores ecológicos relevantes, valorização das especificidades territoriais dos espaços sub-regionais e criação de complementaridades com vista ao reforço conjunto da competitividade e coesão regionais	Na revisão do plano são previstas opções estratégicas de reestruturação e requalificação dos perímetros urbanos contendo e disciplinando a expansão urbana e edificação dispersa. A proposta contempla a integração do concelho na rede viária nacional e a articulação com os centros urbanos e os territórios envolventes
PNUEA	Habilitar e capacitar os agentes responsáveis pela conceção e gestão dos sistemas de abastecimento e dos equipamentos, através da produção e disponibilização de ferramentas de informação e de suporte à decisão	O Plano Diretor Municipal e os eus elementos que fazem parte é uma ferramenta de apoio à decisão
PNB Douro	Articulação do ordenamento do território com o ordenamento do domínio hídrico	Os sistemas ecológicos, leitos dos cursos de água e respetivas margens, albufeiras, captações subterrâneas, áreas inundáveis, mais importantes para a sustentabilidade dos recursos hídricos foram integrados no DH que condiciona ações e atividades que destruam as potencialidades deste recurso.

PROF Tâmega	Compartimentar as áreas arborizadas contínuas e/ou monoespecíficas através do aproveitamento da regeneração natural de espécies autóctones menos suscetíveis aos incêndios ou ainda pela intercalação de áreas agrícolas ou de pastagens, criar unidades de gestão com dimensão significativa, com especial incidência no fomento do associativismo Promover a defesa do espaço florestal da pressão urbanística, evitando a disseminação da mesma	Para promover a diversificação e multifuncionalidade do espaço florestal foram consideradas na nova proposta de ordenamento duas subcategorias de espaços florestais: áreas florestais de produção e áreas florestais de produção condicionada, sendo definido a nível regulamentar para as subcategorias de espaços florestais regras de uso e ocupação do solo compatíveis com objetivos previstos no PROF Tâmega
PSRN 2000	Estabelecer diretrizes para o zonamento das áreas em função das respetivas características e prioridades de conservação	Os habitats e espécies considerados prioritários, classificados no âmbito da Rede Natura 2000 foram classificados na proposta de ordenamento do PDM como espaços naturais nos quais são impostas condicionalismos na instalação de determinadas atividades e usos do solo com o fim de preservar as características naturais e potencialidades dos habitats.
PENT	Desenvolver ofertas distintivas para as regiões, capitalizando a vocação natural de cada região e desenvolvendo os seus fatores de qualificação	Na proposta de ordenamento do território, foram integradas na EEM os valores paisagísticos, os recursos naturais e as áreas mais sensíveis sob o ponto de vista ecológico, estabelecendo uma estrutura contínua de áreas para a valorização ambiental e desenvolvimento sustentável do solo rural e urbano.

Quadro 36– Identificação dos efeitos para o Ordenamento do território

4.2 BIODIVERSIDADE, RECURSOS NATURAIS E PATRIMONIAIS

Considerar as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas da Revisão do PDM de Paredes na integridade da qualidade física do ambiente, na conservação, proteção, utilização sustentável e valorização das componentes biodiversidade, recursos naturais e patrimoniais.

4.2.1 SITUAÇÃO ATUAL

BIODIVERSIDADE

O Sítio de Valongo foi classificado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 142/97, de 28 de Agosto, tendo sido classificado como SIC pela Decisão da Comissão de 7 de Dezembro de 2004, que adota, nos termos da Diretiva 92/43/CEE do Conselho, a lista dos sítios de Importância Comunitária da região biogeográfica atlântica.

O Sítio de Valongo ocupa uma área com cerca de 2553 hectares, abrangendo três concelhos: Gondomar, Paredes e Valongo.

Dos três concelhos abrangidos pelo Sítio de Valongo, o concelho de Paredes é o que possui maior área classificada, num total de 1080 hectares, cerca de 42% da área total do Sítio de Valongo.

Os Concelhos abrangidos pelo Sítio de Valongo são:

Concelho	Área (ha)	% do Concelho classificado	% do Sítio no Concelho
Gondomar	**649**	**5%**	**26%**
Paredes	**1080**	**7%**	**42%**
Valongo	**824**	**11%**	**32%**

Quadro 37 – Sítio Valongo

O Sítio possui um relevo acidentado, com vales encaixados e encostas íngremes, mercê dos acidentes orográficos que são as serras de Santa Justa e Pias, separadas entre si pelo vale do Rio Ferreira, afluente do Rio Sousa, o qual delimita o Sítio a Sul.

Caracteriza-se por um substrato predominantemente xistoso e pela presença de um complexo sistema de fojos e minas (8310), e pequenas nascentes e linhas de água, que permitem a manutenção de condições excecionais para a ocorrência de flora e herpetofauna associadas a ambientes húmidos.

As condições microclimáticas nos fojos proporcionam uma importante área de refúgio à flora de características higrófilas, restringindo-se a este Sítio os únicos locais em Portugal Continental, onde podem ser observados os fetos reliquiais *Culcita macrocarpa* e *Trichomanes speciosum*, espécies de distribuição restrita, sob elevado grau de ameaça. No Sítio ocorre ainda o *Narcissus cyclamineus*, um endemismo ibérico raro e em perigo de extinção.

O Sítio é ainda o único local de ocorrência de *Lycopodium cernuum* em toda a Europa Continental.

É um dos sítios mais importantes para a população da salamandra lusitânica, incluindo vários locais de reprodução confirmados para esta espécie endémica da Península Ibérica.

Apresentam-se em seguida os habitats naturais e as espécies da flora e da fauna selvagens dos anexos A-I, B-I e B-II do Decreto-Lei nº140/99, de 24 de Abril, republicado pelo Decreto-Lei nº49/2005, de 24 de Fevereiro, determinante para a designação da área do Sitio de Valongo.

:

3260	Cursos de água dos pisos basal a montano com vegetação da Ranunculion fluitantis e da Callitricho-Batrachion
4020*	**Charnecas húmidas atlânticas temperadas de Erica ciliaris e Erica tetralix**
4030	**Charnecas secas europeias**
8220	**Vertentes rochosas siliciosas com vegetação casmofítica**
8230	**Rochas siliciosas com vegetação pioneira da Sedo-Scleranthion ou da Sedo albi-Veronicion dillenii**
8310	**Grutas não exploradas pelo turismo**
91E0*	**Florestas aluviais de Alnus glutinosa excelsior (Alno-Padion, Alnion incanae, Salicion albae)**
9230	**Carvalhais galaico-portugueses de Quercus robur e Quercus pyrenaica**

Quadro 38- Habitats naturais e seminaturais constantes do anexo B-I do Decreto-Lei nº49/2005, presentes no Sítio de Valongo

A negrito: habitats prioritários, a cinzento os presentes no concelho de Paredes

Fonte: PSRN2000, ICNB.

De acordo com a informação cartográfica, recebida do ICNB, estão cartografados em Paredes 3 tipos de habitas naturais:

4030 - Charnecas secas europeias;

91E0* - Florestas aluviais de Alnus glutinosa excelsior (Alno-Padion, Alnion incanae, Salicion albae);

9230 - Carvalhais galaico-portugueses de Quercus robur e Quercus pyrenaica.

	Código Espécie	Espécie	Nome Comum	Anexos
Flora	**1420**	**Culcita macrocarpa**	**Feto-abrum** **Feto-do-cabelinho**	**II, IV**
Flora	**1862**	**Narcissus cyclamineus**	**Narciso, narciso-trombeta**	**II, IV**
Flora	**1421**	**Trichomanes speciosum**	**Feto frisado**	**II, IV**
Fauna/Peixes	**1116**	**Chondrostoma polylepis**	**BOGA-DE-BOCA-RECTA_**	**II**
Fauna/Peixes	**1127**	**Rutilus arcasii**		**II**
Fauna/Peixes	**1123**	**Rutilus alburnoides**		**II**
Fauna/Peixes	**1135**	**Rutilus macrolepidotus**		**II**
Fauna/Anfíbios	**1172**	**Chioglossa lusitanica**	**Salamandra-Lusitânica**	**II, IV**

Fauna/Anfíbios	**1259**	**Lacerta schreiberi**	**Lagarto-de-água**	**II, IV**
Fauna/Mamíferos	**1301**	**Galemys pyrenaicus**	**Toupeira de água**	**II, IV**
Fauna/Mamíferos	**1355**	**Lutra lutra**	**Lontra**	**II, IV**
Fauna/Mamíferos	**1310**	**Miniopterus schreibersi**	**Morcego de peluche**	**II, IV**
Fauna/Mamíferos	**1304**	**Rhinolophus ferrumequinum**	**Morcego de ferradura grande**	**II, IV**

Quadro 39- Espécies da Flora constantes do anexo B-II do Decreto-Lei nº49/2005, presentes no Sítio de Valongo:

Fonte: PSRN2000, ICNB.

No Sítio Valongo, na área afeta ao Concelho de Paredes, de acordo com a informação recebida do ICNB, encontram-se cartografados 6 espécies, nomeadamente, *Lutra lutra*, *Lacerta schreiberi*, *Chioglossa lusitanica*, *Rutilus macrolepidotus*, *Rutilus albernoides* e *Chondrostoma polylepis*.

O Sítio Valongo detém como fatores de ameaça, a qualidade da água muito degradada no Rio Ferreira e seus afluentes, a atividade florestal intensiva e artificialização dos povoamentos florestais, degradação do sistema de minas e fojos, deposição anárquica de entulhos, perturbação humana (colheita indevida de espécies, prática de atividades todo-o-terreno com veículos motorizados, atividades de espeleologia, atividades de recreio e lazer envolvendo um elevado número de participantes), fogos florestais e pressão urbanística.

Na área administrativa do concelho de Paredes e de acordo com os elementos em vigor, há apontar a existência de oito locais referenciados como habitats naturais e seminaturais (Valores Naturais).

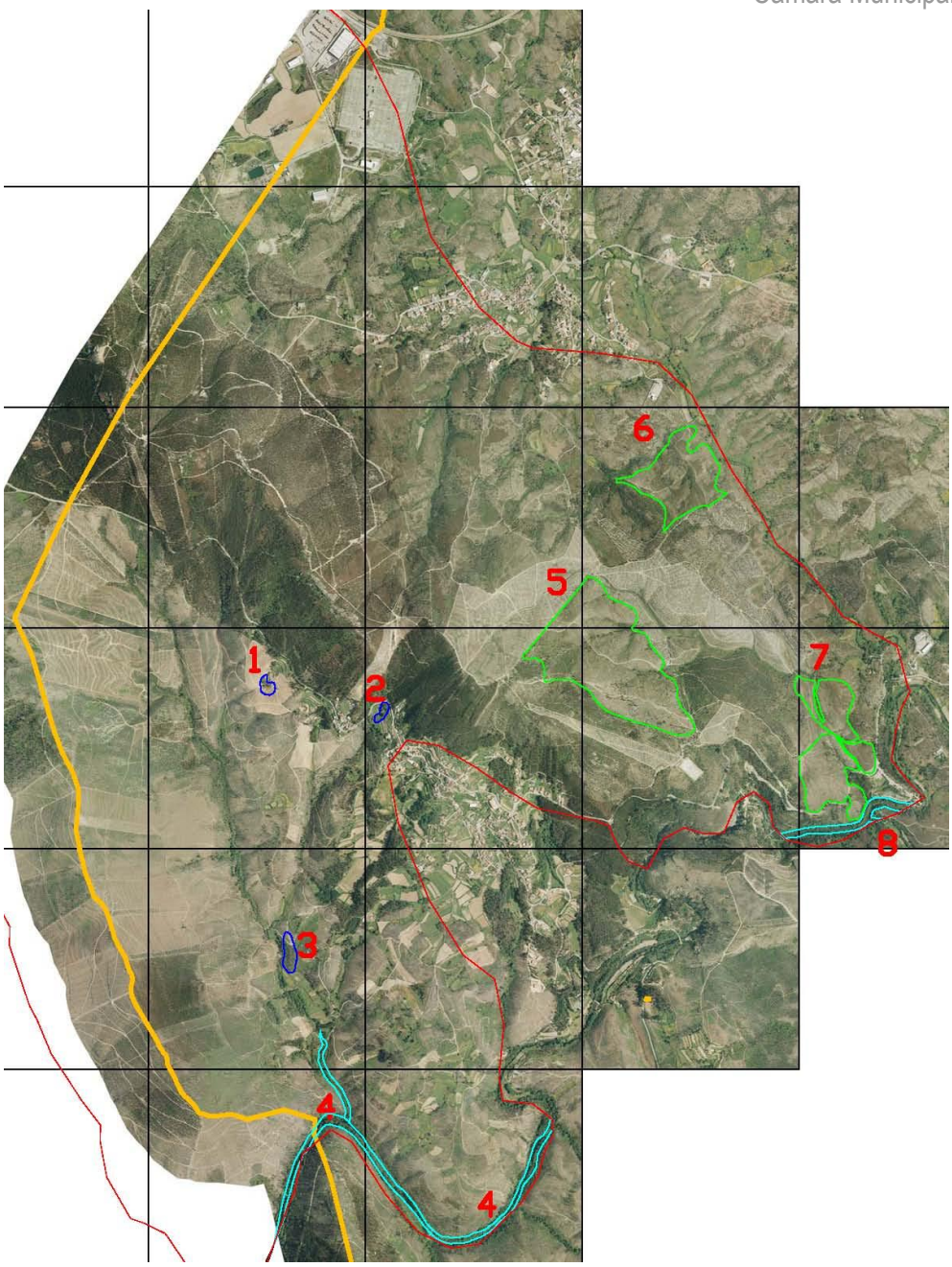

Figura 9– Valores Naturais em Vigor

Dos locais indicados três (5, 6 e 7) dizem respeito a *"Charnecas Secas Europeias" (4030),* três (1,2 e 3) a *"Carvalhais galaico-portugueses de Quercus robur e Quercus pyrenaica"* (9230) e dois (4 e 8) a "Florestas aluviais de Alnus glutinosa excelsior (Alno-Padion, Alnion incanae, Salicion albae)" (91E0).

Em termos de áreas há a considerar 50.19 hectares de "*Charnecas Secas Europeias", 1.6 hectares de "Carvalhais galaico-portugueses de Quercus robur e Quercus pyrenaica" e 8.75 hectares de* "Florestas aluviais de Alnus glutinosa excelsior (Alno-Padion, Alnion incanae, Salicion albae)".

ESTRUTURA ECOLÓGICA

A "definição da estrutura ecológica municipal" constitui um dos objetivos dos planos municipais de ordenamento do território. O conceito pode ser encontrado no artigo 85º do Decreto-Lei n.º 380/99, onde é referido que o PDM define um modelo de organização municipal do território que, entre outras componentes, deverá estabelecer "a definição dos sistemas de proteção dos valores e recursos naturais, culturais, agrícolas e florestais, identificando a estrutura ecológica municipal".

No que respeita aos recursos e valores naturais, o artigo 12º do mesmo diploma refere que "os instrumentos de gestão territorial identificam os recursos e valores naturais e os sistemas indispensáveis à utilização sustentável do território, bem como estabelecem as medidas básicas e os limiares de utilização que garantem a renovação e valorização do património natural" e "procedem à identificação de recursos territoriais com relevância estratégica para a sustentabilidade ambiental e a solidariedade intergeracional, designadamente: a) orla costeira e zonas ribeirinhas; b) albufeiras de águas públicas; c) áreas protegidas; d) rede hidrográfica; e e) outros recursos territoriais relevantes para a conservação da natureza e da biodiversidade". Neste sentido, o PDM deverá estabelecer os parâmetros de ocupação e de utilização do solo adequados à salvaguarda e valorização dos recursos e valores naturais em presença.

O PDM deverá igualmente identificar as áreas afetas aos usos agroflorestais, bem como as áreas fundamentais para a valorização da diversidade paisagística, designadamente as áreas de reserva agrícola.

A Estrutura Ecológica Municipal tem como objetivo a proteção e salvaguarda dos ecossistemas e zonas de maior sensibilidade biofísica, a preservação e a valorização das componentes ecológicas, ambientais e paisagísticas do território concelhio e a promoção dos sistemas de recreio e lazer.

A Estrutura Ecológica Fundamental integra as áreas que constituem o suporte dos sistemas ecológicos fundamentais e cuja proteção é indispensável ao funcionamento sustentável do território. Esta tem como referências fundamentais o solo, o ar e a água. Esta estrutura representa o nível com maior sensibilidade ecológica, com elevada aptidão para espaços verdes e muita reduzida para edificação.

A EE Fundamental integra as seguintes componentes:

Rede hidrográfica estruturante e áreas contíguas;

Sistemas Integrados na REN;

Solos de elevada aptidão agrícola integrados em RAN;

Área afeta à Rede Natura 2000 – Sítio de Valongo;

Corredores ecológicos definidos no PROF Tâmega;

Espaços naturais;

A Estrutura Ecológica Complementar – integra as restantes componentes consideradas importantes para a sustentabilidade do território que pretendem dar continuidade e complementaridade aos sistemas ecológicos fundamentais assegurando o "continuum" da Estrutura Ecológica. A EE Complementar integra as seguintes componentes:

Grandes manchas florestais;

Áreas de elevado valor paisagístico;

Áreas identificadas como valores geomorfológicos;

Áreas de conexão que promovem a continuidade espacial e a conectividade das áreas integradas na estrutura ecológica municipal;

Espaços verdes urbanos que têm como função principal contribuir para o equilíbrio ecológico e proteção dos aglomerados urbanos bem como da continuidade dos sistemas biofísicos no seu interior.

A estrutura ecológica municipal incluída em solo rural destina-se a assegurar as funções dos sistemas biológicos e o controlo dos escoamentos hídricos e atmosféricos, sendo constituída por:

Rede hidrográfica estruturante e áreas contíguas;

Sistemas Integrados na REN;

Solos de elevada aptidão agrícola integrados em RAN;

Área afeta à Rede Natura 2000 – Sítio de Valongo;

Corredores ecológicos definidos no PROF Tâmega;

Espaços naturais;

Espaços florestais a salvaguardar;

Áreas de elevado valor paisagístico;

Áreas identificadas como valores geomorfológicos;

Áreas de conexão que promovem a continuidade espacial e a conectividade das áreas integradas na estrutura ecológica municipal;

A Estrutura Ecológica em espaço urbano do PDMP integra um conjunto de espaços verdes urbanos de utilização coletiva como jardins públicos, parques urbanos e praças com carácter estruturante nos aglomerados urbanos. Compreende as áreas, valores e sistemas fundamentais para a proteção e valorização ambiental dos espaços urbanos.

Estas áreas destinam-se a usos recreativos, turísticos, desportivos e culturais, não sendo suscetíveis de outros usos, e têm como função complementar a qualificação ambiental e paisagística do território urbano.

PATRIMÓNIO

A riqueza patrimonial de Paredes fica demonstrada pela diversidade de categorias/tipologias de elementos com interesse patrimonial classificados e ainda não classificados, bem como pelos diversos eventos culturais.

Considerando o vasto conjunto de elementos patrimoniais, é importante a sua distinção pelo que a seguir se efetuará a abordagem considerando a sua classificação em Património Arquitetónico, Património Arqueológico, Património Natural, Património Geológico e Património Biológico.

Dentro do Património Arquitetónico, podemos encontrar a arquitetura religiosa, a arquitetura civil e a arquitetura vernácula.

A arquitetura religiosa destaca-se em quantidade e monumentalidade. Todas as freguesias contemplam a sua Igreja Matriz como templo de culto privilegiado dos cristãos. Estes templos

deverão ter tido origem Medieval e/ou Moderna, apresentando, atualmente, na sua maioria, características artísticas e arquitetónicas do século XVIII. A áreas de enterramento no seu interior e adros, desde a sua fundação até meados do século XIX, reforça o seu interesse arqueológico.

A partir, fundamentalmente, do século XVI, para além da Igreja principal, surgem várias Capelas paroquiais, tendo-se recenseado 24 igrejas e 34 capelas, excluindo-se as que são claramente contemporâneas.

Associado, ainda, à arquitetura religiosa, inventariaram-se dois edifícios monásticos medievos, o de S. Pedro de Cête e o de Santo Estêvão de Vilela, registando-se mais dois, a partir das referências documentais, o de Lordelo e o de Vandoma, sendo que para este estabeleceu-se uma área de salvaguarda por suspeitar-se da existência de vestígios.

A complementar a materialização da piedade religiosa e forte religiosidade popular inventariaram-se os cruzeiros, os calvários e as alminhas.

No que concerne à arquitetura civil constatou-se que na tradição da fidalguia terratenente do Portugal de Setecentos surgem no território do concelho de Paredes inúmeras casas solarengas, cujas características arquitetónicas e as consideráveis dimensões, se impõem na paisagem rural.

Os exemplares arquitetónicos inventariados testemunham, por um lado, o poder social e económico e por outro lado a riqueza arquitetónica e artística com o seu auge no período barroco.

Dos finais do século XIX e princípios do século XX destacam-se cerca de 8 casas “brasileiras” construídas por brasileiros de torna-viagem.

Considerando a arquitetura vernácula, a tradição agrícola de Paredes está evidente na arquitetura popular disseminada por todo o concelho, manifesta nas casas de habitação, com destaque para a tipicidade da “casa de pátio fechado” em Alvre e Santa Comba, estudada e publicada por Fernando Galhano em 1956; nos anexos de exploração rural, nalguns espigueiros, que se enquadram na tipologia de Jorge Dias e nos moinhos hidráulicos que testemunham o fim do ciclo da produção cerealífera. Apesar de se encontrarem, na sua maioria desativados ou em ruínas, deverão ser alvo de medidas preventivas que impeçam o lento mas tendente progressivo desaparecimento deste tipo de testemunhos.

No seguimento da arquitetura associada à força hidráulica foram, também inventariadas estruturas relacionadas com os engenhos de serrar madeira que testemunham a atividade económica relacionada com a indústria do mobiliário, designadamente na freguesia de Louredo. Destaque-se, também, o único exemplar arquitetónico relacionado com a condução e

fornecimento de água: o aqueduto de Cimo de Vila, na freguesia de Vila Cova de Carros. Trata-se de uma estrutura aérea, em granito, com cerca de 500m de comprimento.

Considerando o Património Arqueológico, as evidências mais antigas da presença humana neste território, registaram-se 4 monumentos megalíticos, confirmou-se o Anta do Padrão e a Mamoa de Ramos (Baltar), localizou-se a Mamoa de Brandião (Aguiar de Sousa) e descobriram-se as Mamoas de Moinhos e de Trevoares (Vandoma).

Ainda no campo das práticas de enterramento pré-históricas, acrescentámos à já conhecida sepultura da Coca (Cête), a sepultura de Sobreiros (Sobrosa).

Do período da Proto-História identificaram-se 7 castros, embora alguns deles possam ter tido ocupação anterior. Na serra de Santiago identificaram-se evidências de ocupação durante a pré-história e posteriormente, na época moderna.

A riqueza aurífera que ocorre no sul do concelho vem sendo referida desde o século XVIII, sendo referidos os trabalhos de exploração romana, na Serra de Santa Iria e Santa Comba.

Apesar de merecer destaque o restante património arqueológico, o mesmo pode ser verificado junto do dossier que retrata de uma forma exaustiva todo o Património.

A quantidade e qualidade patrimonial do território merecem, sem dúvida, uma grande atenção na sua preservação, proteção e divulgação. Este potencial deve constituir-se como uma mais-valia para as diversas atividades económicas e para a identidade histórico-cultural do concelho.

No processo de revisão do PDM, foi realizada a inventariação de todo o património classificado e estabelecidos perímetros de proteção para a salvaguarda do património edificado e arqueológico.

4.2.2 TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO SEM PLANO

BIODIVERSIDADE

A biodiversidade não se encontra explanada no PDM em vigor de uma forma direta, no entanto e considerando a menção existente relativa à RAN e à REN e às zonas florestais, pode-se de uma forma indireta considerar a menção à salvaguarda da biodiversidade, ainda que de uma forma incipiente.

Com a manutenção do plano em vigor, prevê-se a continuação da perda de biodiversidade devido à expansão/manutenção das monoculturas, do eucalipto comum e pinheiro-bravo, à

fragmentação de ecossistemas, ao abandono da s áreas agrícolas, ao nº de incêndios e área ardida e aos territórios artificializados.

ESTRUTURA ECOLÓGICA

Á data de execução do PDM em vigor não era prática corrente a consideração da estrutura ecológica.

O melhor entendimento do conceito de estrutura ecológica municipal pode ser encontrado no artigo 85º do Decreto-Lei n.º 380/99, onde é referido que o PDM define um modelo de organização municipal do território que, entre outras componentes, deverá estabelecer "a definição dos sistemas de proteção dos valores e recursos naturais, culturais, agrícolas e florestais, identificando a estrutura ecológica municipal". Com base nesta definição, pode-se considerar que o PDM em vigor, ao atender à REN, à RAN, ao incluir nas zonas florestais a floresta de proteção, de produção, silvo-pastorícia e exploração de recursos cinegéticos, definiu sistemas de proteção. No entanto, com a manutenção do plano em vigor, prevê-se uma tendência negativa atentos a que não se encontram devidamente acautelados todos os valores e recursos naturais designadamente a área afeta à Rede Natura 2000 – Sítio de Valongo ou os corredores ecológicos definidos no PROF.

PATRIMÓNIO

O património é alvo de consideração no PDM em vigor, incluindo a sua valorização. As intervenções efetuadas revelam a sua consistência em termos de consideração e mesmo destaque, atente-se as intervenções efetuadas nas diversas tipologias e a integração na Rota do Românico. Assim, é previsível uma evolução positiva com o Plano em vigor.

4.2.3 AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE IMPACTES

Da aferição efetuada à cartografia dos valores naturais, verificaram-se pequenas imprecisões e anomalias que mereceram ser corrigidas.

As imprecisões dizem respeito às áreas indicadas com os números 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 8.

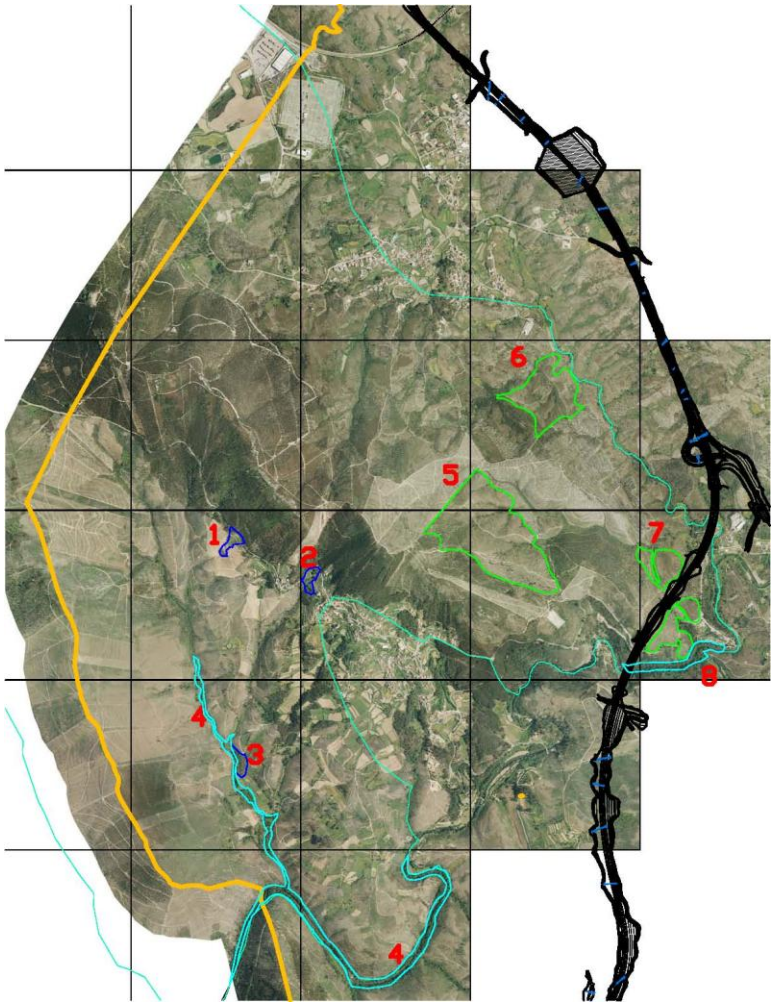

Figura 10- Aferição dos Valores Naturais

Trata-se de valores naturais relativos a habitat (9230, 4030 e 91E0), tendo-se proposto ajustes de área, visando:

Enquadrar as espécimes existentes;

Ajustar os limites a elementos físicos, de acordo com aquela que parece ser a intenção inicial;

Acautelar o adequado enquadramento.

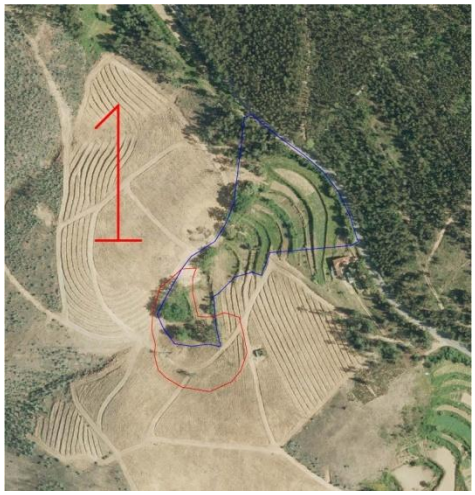

Figura 11 - Área n.º 1

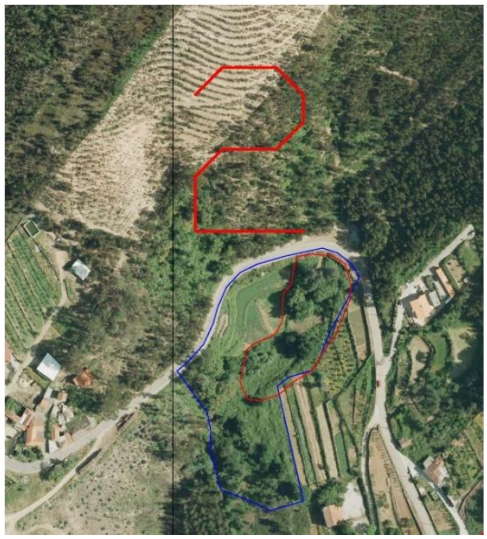

Figura 12- área n.º 2

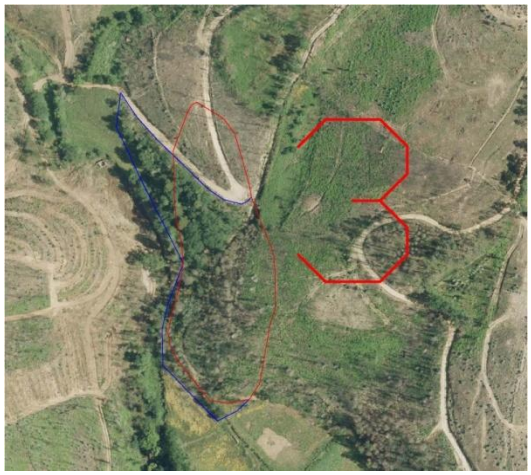

Figura 13 - Área n.º 3

Na área n.º 4 propôs-se afetar as margens do troço a Norte da linha de água existente, atentos a que possuem características semelhantes à área Sul, já classificada, e ajustar o limite junto ao Rio Sousa aos espécimes existentes, às margens e aos elementos físicos existentes. A afetação referida traduz-se num acréscimo de área de 7.68 hectares.

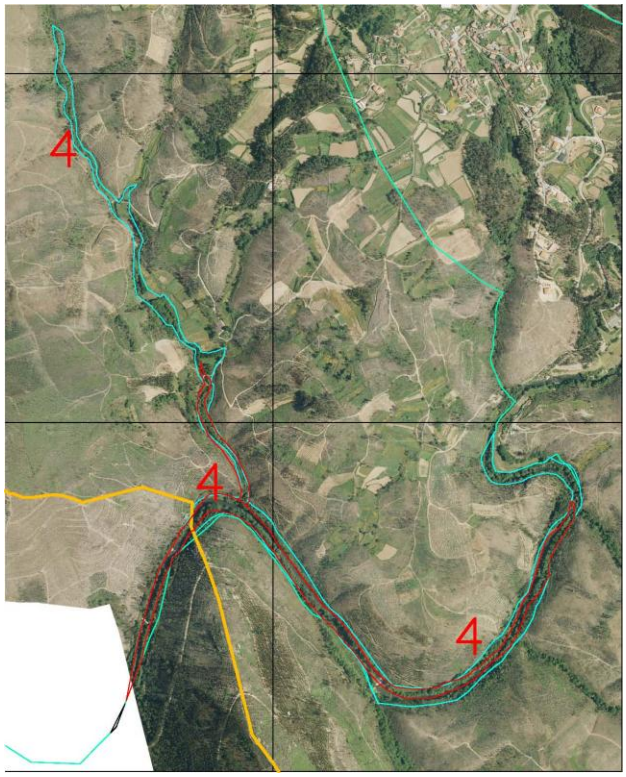

Figura 14- Área n.º 4

De acordo com aquela que parece ser a intenção inicial, nas áreas n.º 5 e 6 propõs-se ajustar o limite a elementos físicos existentes. Os ajustes traduzem-se num acréscimo de área de 0.26 e 0.46 hectares, respetivamente.

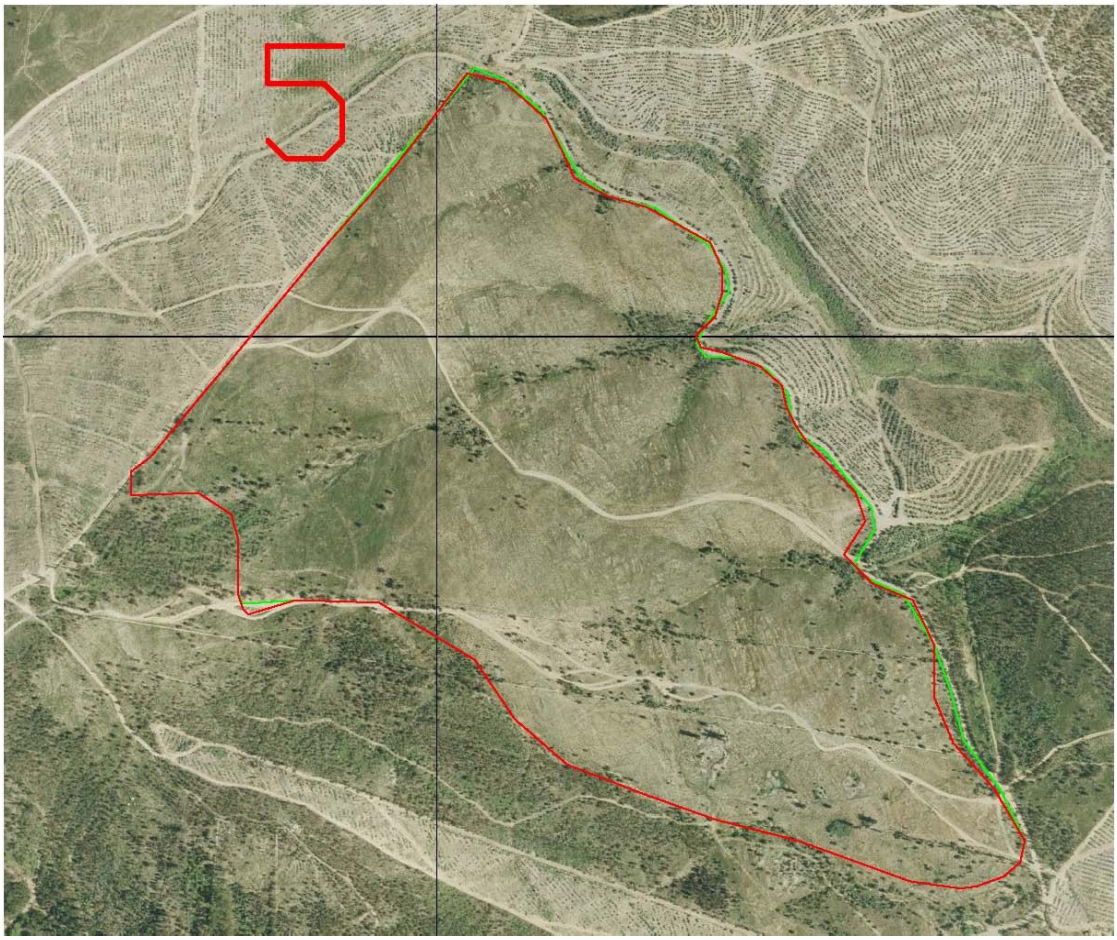

Figura 15- Área n.º 5

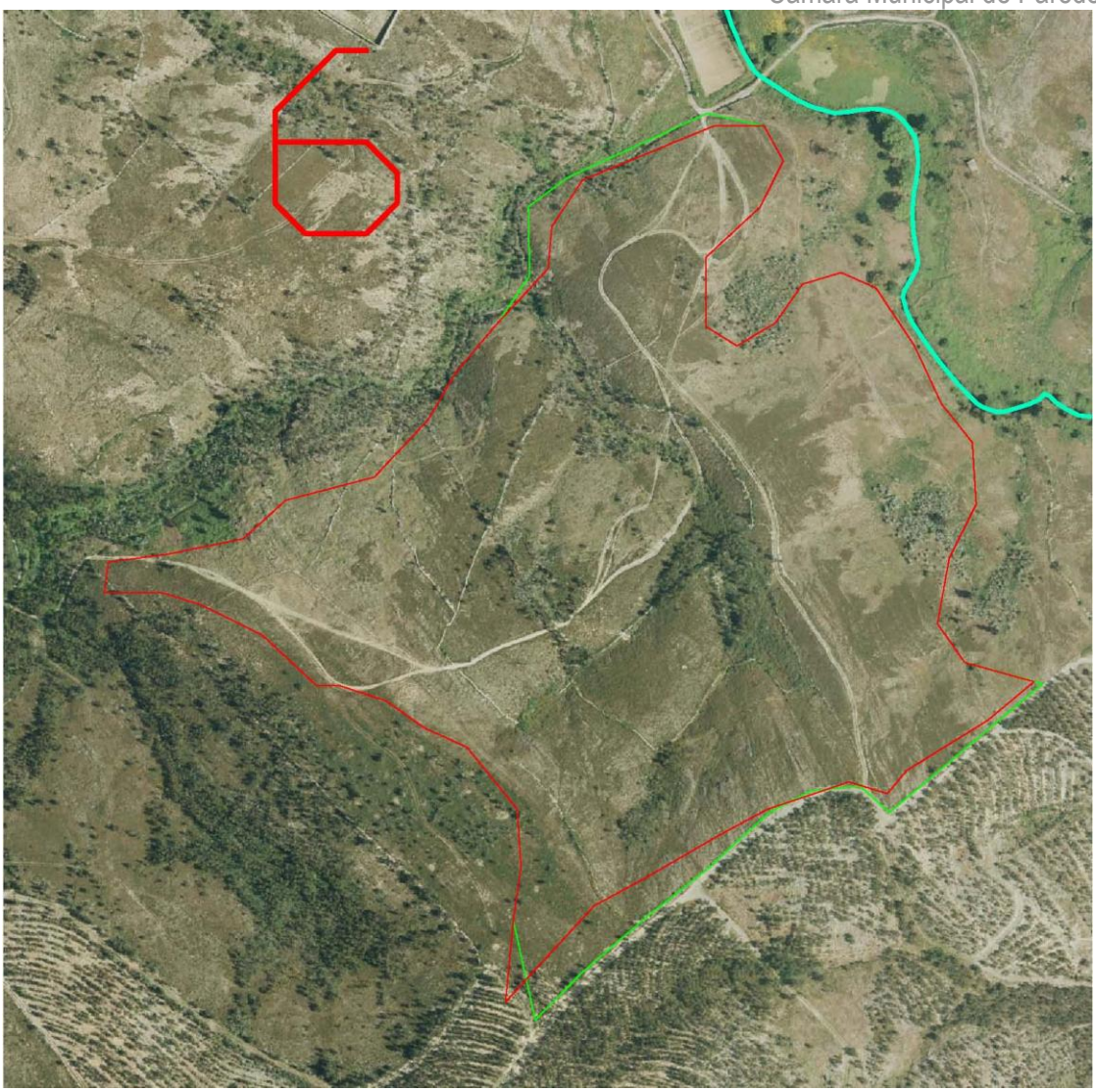

Figura 16- Área n.º 6

A área n.º 7 foi atravessada pela A41. A proposta apresentada visa desafetar a área afeta aquela infraestrutura, nomeadamente para a plataforma e taludes. A proposta implicou uma redução de 4.56 hectares.

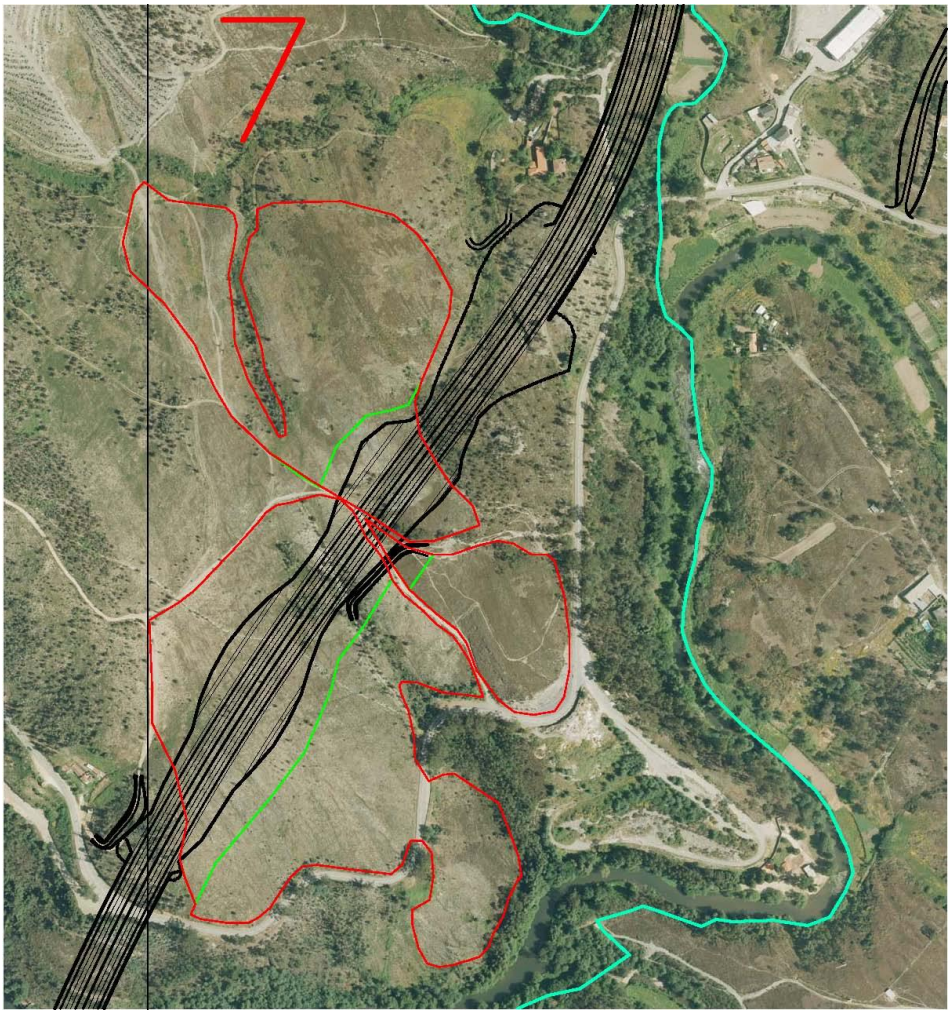

Figura 17- Área n.º 7

Por último, há a considerar a área referenciada com o n.º 8. A proposta apresentada visa ajustar a delimitação à localização dos espécimes existentes e às margens do Rio Sousa, traduzindo-se num aumento de área de 0.97 hectares.

Figura 18- Área n.º 8

Estas proposta de alteração recolheram o parecer favorável pela entidade de tutela.

De forma a contrariar o surgimento de conflitos de uso, as manchas de habitats naturais mais significativas integradas na Rede Natura 2000 foram delimitados espaços naturais na proposta de ordenamento do plano que a nível regulamentar impõem restrições de uso, para defesa e conservação dos valores naturais e paisagísticos existentes, como pode ser observado na planta de condicionantes, planta dos valores naturais e no artigo 39º ponto 1,2,3,4,5 e 6 e anexo 1 e 2 do regulamento.

As orientações de gestão recomendadas no Plano Sectorial para os valores naturais (habitats e espécies) de interesse comunitário abrangidos pelo concelho foram também transcritas regulamento do PDM. Deste modo, os objetivos definidos para a conservação e valorização destas áreas são convenientemente integradas na gestão municipal de modo a promover usos preferenciais e restringir determinadas atividades.

No que concerne à Estrutura Ecológica Municipal, na Planta de Ordenamento - Qualificação do Solo não apresenta distinção entre os diferentes sistemas da EE, mas apresenta uma distinção entre a Estrutura Ecológica em Solo Rural e Estrutura Ecológica em Solo Urbano.

Também de salientar, é o facto de, apenas a EE presente na Planta de Ordenamento ser alvo de regulamentação específica quanto aos usos e atividades permitidos, como se comprova na Subsecção IV do regulamento.

A Estrutura Ecológica Municipal, representada na Planta de Ordenamento do PDMP, possui carácter transversal, e consiste num conjunto de áreas, valores e sistemas fundamentais para a proteção e valorização ambiental do território municipal.

A Estrutura Ecológica Municipal tem como componentes:

- Rede hidrográfica estruturante e áreas contíguas

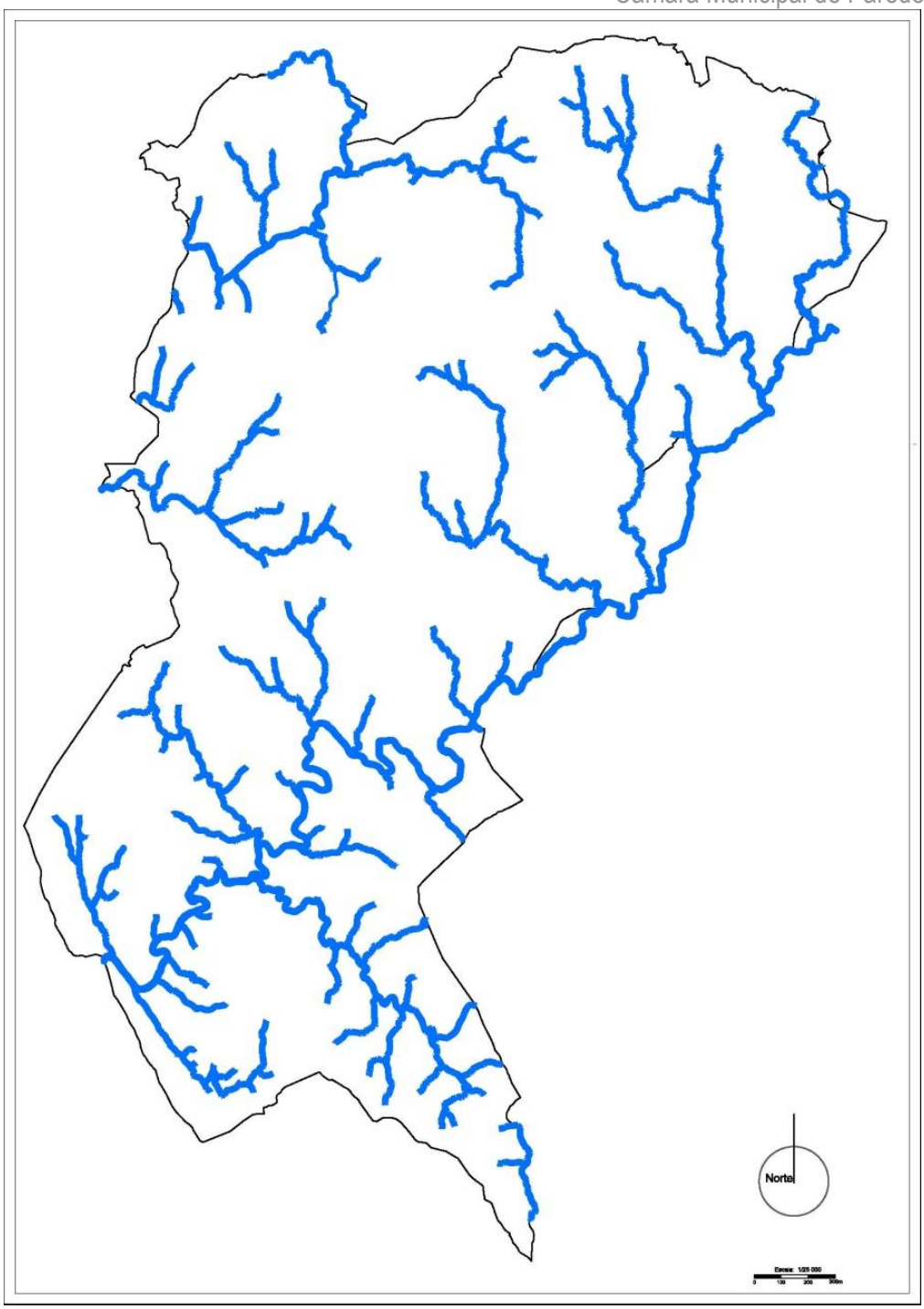

Figura 19– Rede hidrográfica estruturante e áreas contíguas

- **Sistemas integrados na Reserva Ecológica Nacional (REN)**

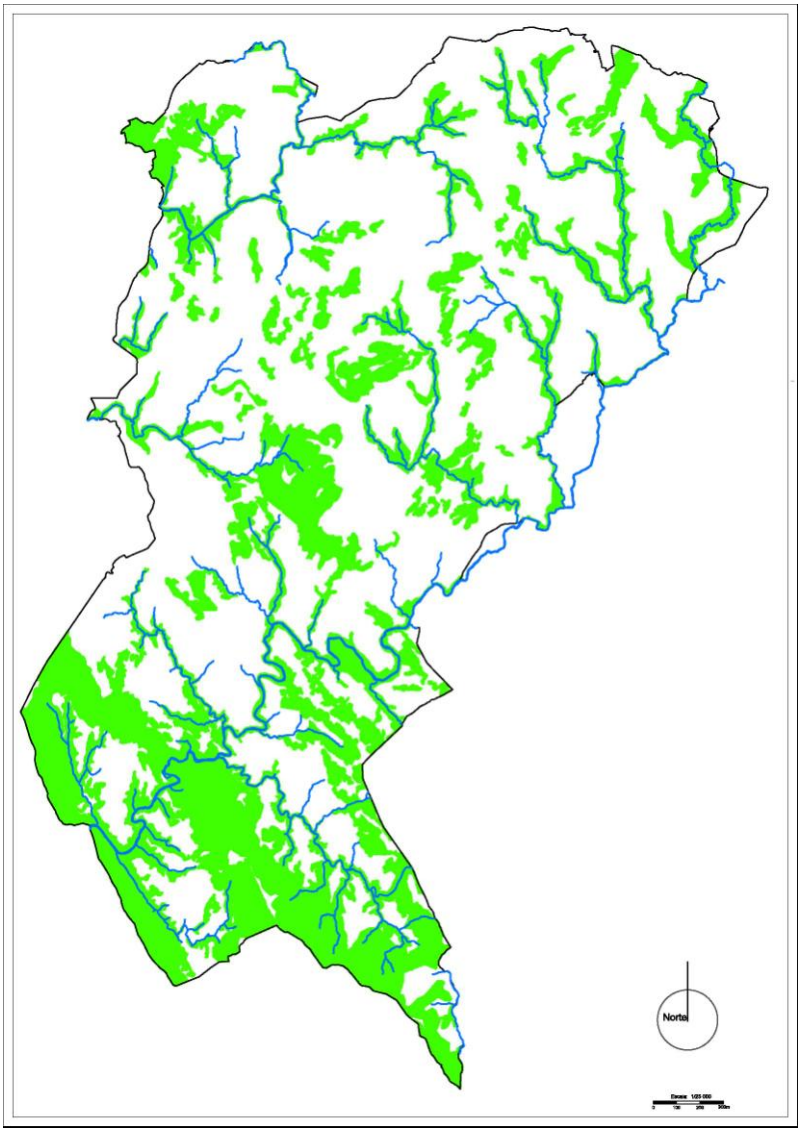

Figura 20 – Proposta de delimitação da REN

- **Solos de elevada aptidão agrícola integrados em RAN**

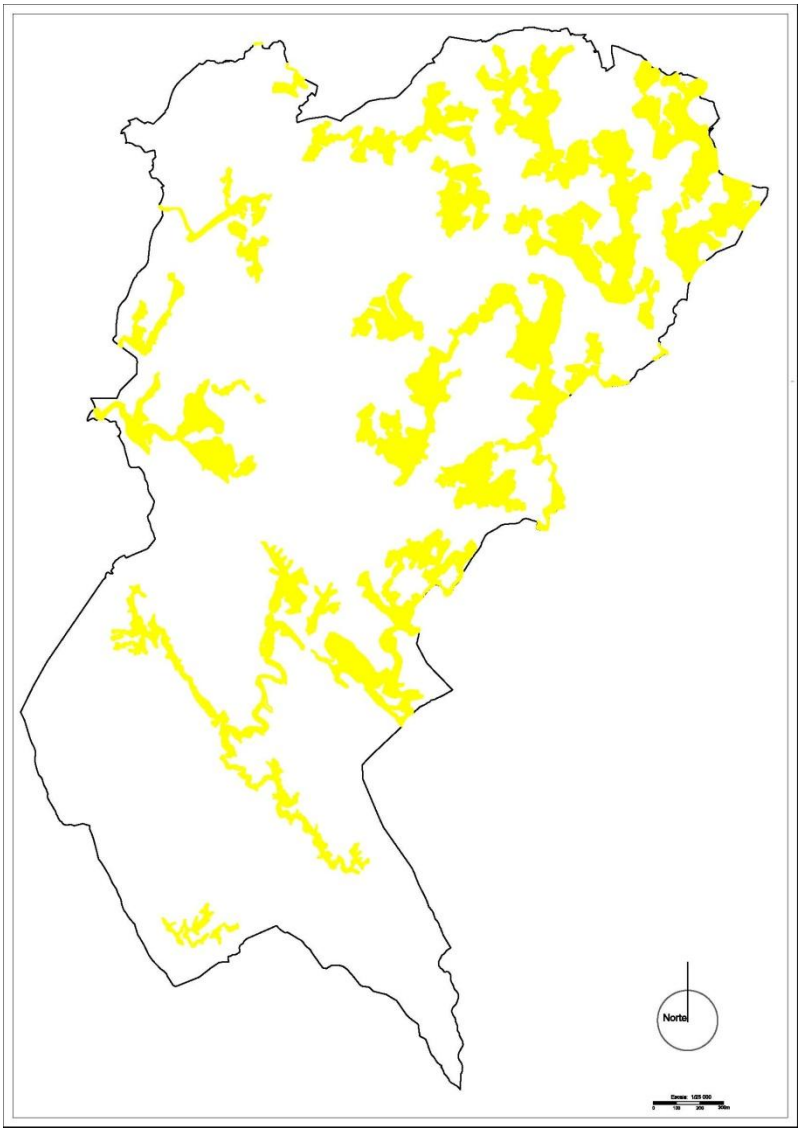

Figura 21 – Proposta de delimitação da RAN

- **Área afeta à Rede Natura 2000 – Sítio de Valongo e Espaços naturais**

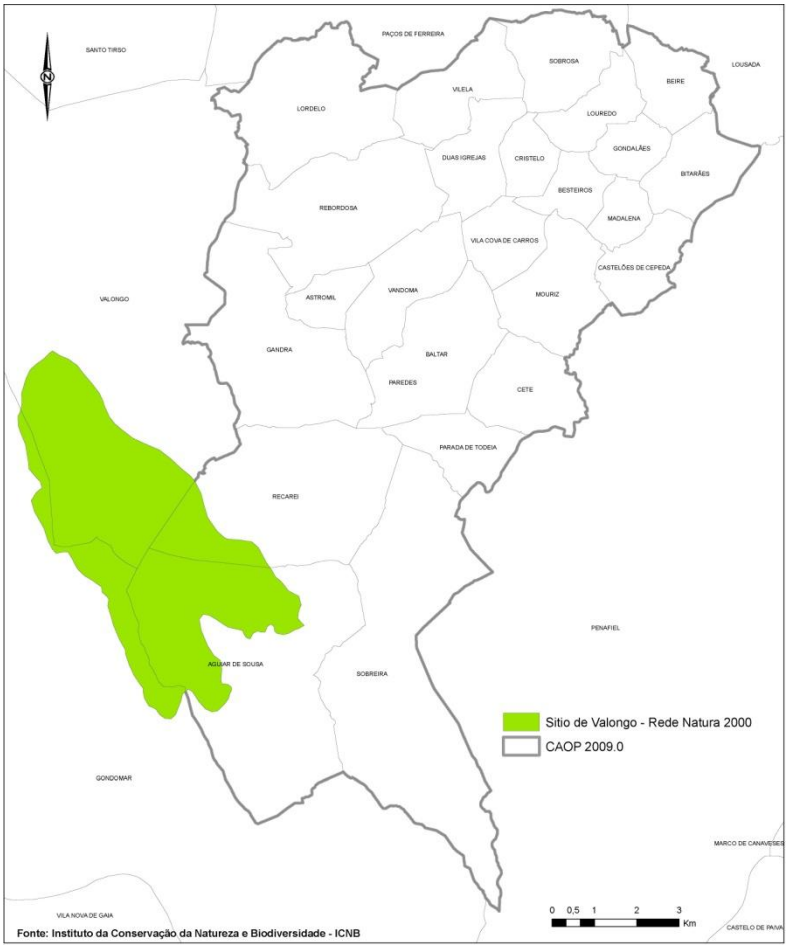

Figura 22 - Sitio de Valongo, Rede Natura 2000

- **Corredores ecológicos definidos no PROF Tâmega e Espaços florestais a salvaguardar**

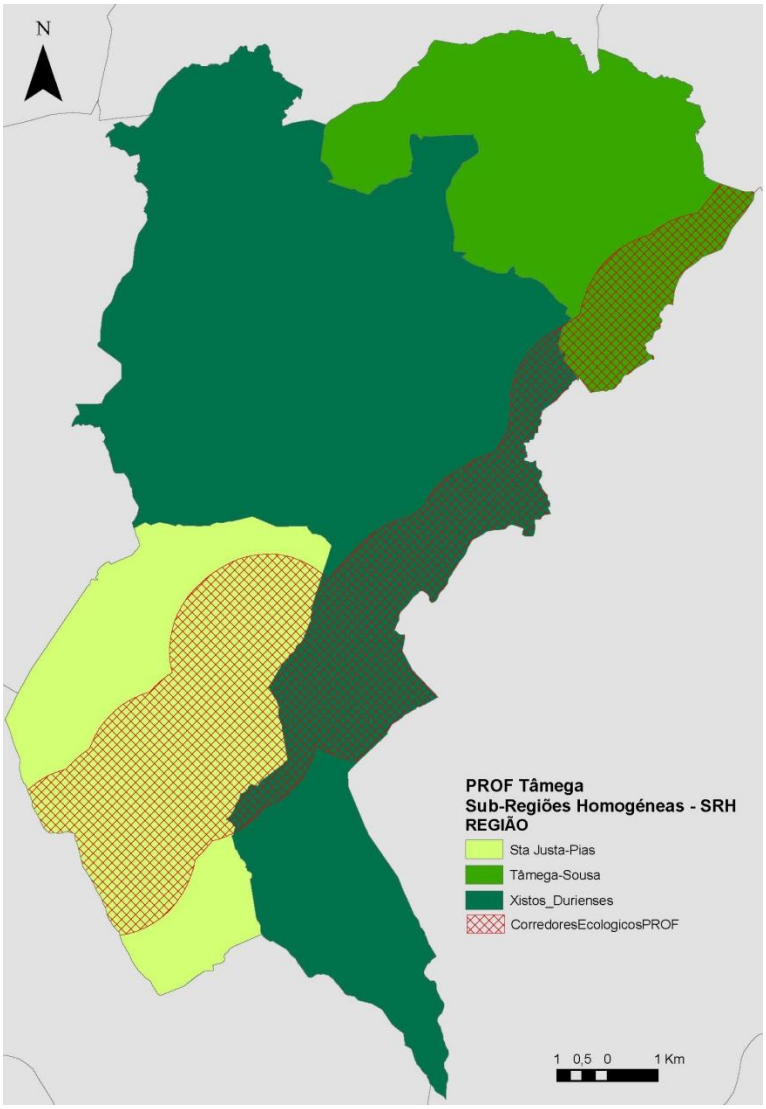

Figura 23 – Sub-Regiões Homogéneas e Corredores Ecológicos definidos no PROF Tâmega

- **Áreas de elevado valor paisagístico**
- **Áreas de conexão que promovem a continuidade espacial e a conectividade das áreas integradas na estrutura ecológica municipal**

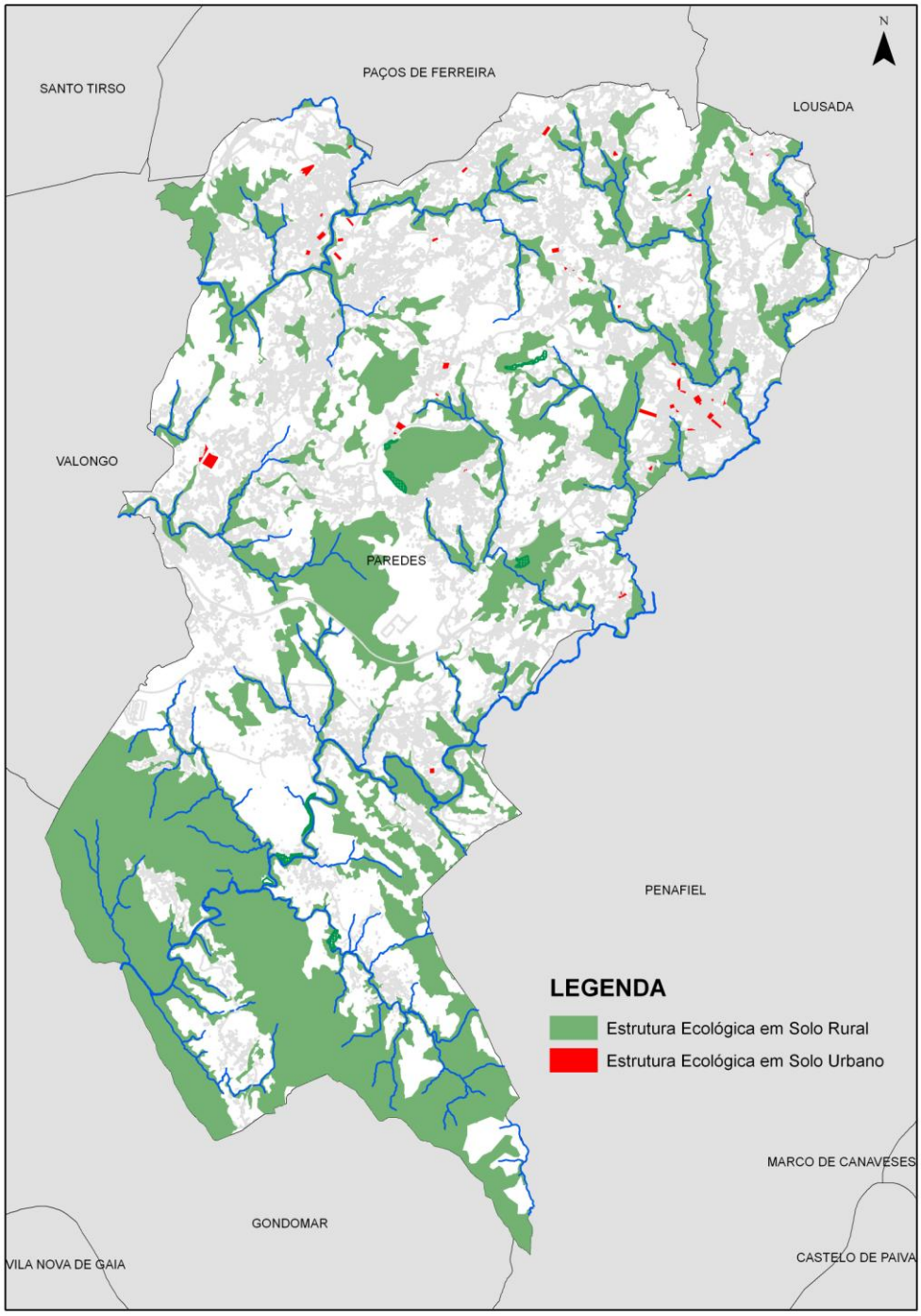

Figura 24 – Estrutura Ecológica Municipal

A revisão do PDM contribui para melhorar a condição do património, proporcionando desta forma um diferencial positivo na imagem do Concelho.

Na Revisão do Plano Diretor Municipal, nos termos das suas peças ao património classificado e vias de classificação corresponde o perímetro de proteção que abrange a área envolvente do imóvel até 50m, contados a partir dos seus limites exteriores, sem prejuízo da aplicação de regimes que estabeleçam zonas especiais de proteção superiores a 50m.

Para o património não classificado os perímetros de salvaguarda são os coincidentes com a delimitação desse mesmo património, conforme Planta de Ordenamento.

O concelho de Paredes possui 14 imóveis classificados: 1 de Interesse Nacional, 8 de Interesse Público e 5 de Interesse Municipal. O concelho possui ainda 10 imóveis em Vias de Classificação.

Classificação	Imóvel
Monumento Nacional	**Igreja e mosteiro de Cete**
	Decreto -Lei 16 de Junho de 1910, Diário do Governo 23 de Junho de 1910
Monumento de Interesse Público	**Igreja de S. Cristóvão de Louredo**
	Portaria 338/2011 de 8 de Fevereiro
	Torre e Castelo de Aguiar de Sousa "Monumento de Interesse Público"
	Portaria nº466/2012, Diário da República 183 de 20 de setembro de 2012
Imóvel de Interesse Público	**Pelourinho de Paredes**
	Decreto-lei nº 23122, Diário do Governo 213 de 11 de Outubro de 1933
	Pelourinho de Louredo
	Decreto-lei nº 23122, Diário do Governo 213 de 11 de Outubro de 1933
	Capela de Nº Sr.ª do Vale
	Decreto nº 377128, Diário do Governo 4 de 5 de Janeiro de 1950
	Cruzeiro de Nº Sr.ª do Vale
	Decreto nº 45237 Diário do Governo 251 de 25 de Outubro de 1963
	Igreja de S. Tomé de Bitarães
	Decreto nº 28/82 Diário da República 47 de 26 de Janeiro de 1982
	Castro da Serra do Muro
	Decreto nº 45/93 Diário da Republica 280 de 30 de Novembro de 1993
	Torre dos Alcoforados
	Decreto nº 45/93, Diário da República 280 de 30 de Novembro
	Anta do Padrão
	Decreto nº 67/97, Diário da República 301 de 31 de Dezembro de 1997
Imóvel de Interesse Municipal	**Casa e Quinta da Amoreira**

	Deliberação de 25-09-2003 da Câmara Municipal de Paredes, Boletim Municipal n.º104/2004
	Casa de Louredo
	Deliberação de 18-12-2003 da Câmara Municipal de Paredes, Boletim Municipal n.º104/2004
	Casa da Venda
	Deliberação de 18-12-2003 da Câmara Municipal de Paredes, Boletim Municipal n.º104/2004
	Casa e Jardim da Quinta de Cête
	Deliberação de 14-04-2005 da Câmara Municipal de Paredes, Boletim Municipal nº107/ 2005
	Casa de Espessande
	Deliberação de 07-05-2008 da Câmara Municipal de Paredes, Entre Paredes n.º113, Agosto de 2010
	Cadeia de Comarcã
	Deliberação de 1-04-2009 da Câmara Municipal de Paredes, Verdadeiro olhar de 23-11-2012
	Aqueduto e Tanques de Cimo da Vila
	Deliberação de 11-05-2011 da Câmara Municipal de Paredes, Verdadeiro Olhar de 14-10-2011
Imóvel em Vias de Classificação	**Mamoa de Ramos**
	Despacho de abertura de 15-12-1998
	Quinta da Agrela
	Despacho de abertura de 21-06-2005 do Presidente do IPPAR
	Igreja e Mosteiro de Vilela, Cruzeiro fronteiro e parte da quinta do Mosteiro
	Despacho de 4 de Outubro de 2006 referente ao projecto de decisão final relativa à classificação e definição do perímetro da zona especial de protecção do Mosteiro de Santo Estêvão de Vilela
	Capela da Quintã
	Anúncio nº11820/2012 de 29 de maio 2012

Quadro 40- nº Imóveis Classificados e em Vias de Classificação

No concelho estão instituídas duas Zonas Especiais de Proteção uma á Igreja de S. Cristóvão de Louredo e outra ao Castelo de Aguiar de Sousa. Estão propostas 2 ZEP para a Igreja do Mosteiro de Cete e para a Igreja e mosteiro de Vilela, Adro e Cruzeiro Fronteiro.

Salienta-se que o regulamento detém 3 subseções referentes ao Património, o que é demonstrativo da importância que ele assume para o Concelho.

Em seguida apresenta-se a análise SWOT e a Avaliação estratégica para este FCD

	Pontos Fortes	Pontos fracos	Ameaças	Oportunidades
Biodiversidade	- Controlo normativo, - Integração no património natural da Rede Natura 2000 e dos Valores Naturais, - Valorização da biodiversidade	- Aplicação prática das normas de gestão relativas à Rede Natura 2000	- Abandono de práticas de gestão e manutenção	- Criação de Paisagem Protegida de interesse regional
Estrutura Ecológica	- Controlo normativo, - Criação da estrutura ecológica municipal	- A eficácia do próprio controlo normativo, - Área da estrutura ecológica em solo urbano	- Gestão da manutenção da estrutura ecológica em solo rural	- Valorização de áreas ribeirinhas e possibilidade da criação do continuum naturale
Património	- Definição de regras para a intervenção nas diferentes tipologias do património, - Execução de Carta do Património			- Existência da Rota do Românico, - Valorização e recuperação do património, - Aproveitamento para atividades de carater lúdico e científico

Quadro 41 – Análise SWOT do FCD – Biodiversidade, Recursos Naturais ePatrimoniais

		Impactes positivos	Impactes negativos	Recomendações
Paredes Concelho Sustentável e Atrativo	Promover a imagem do Concelho como um todo	Impacte significativo ao nível das ações de valorização do património natural, arquitetónico e arqueológico	Não existem impactes negativos	Promover o investimento nos valores naturais e do património enquanto fator de diferenciação
	Programação da ocupação urbana	Impacte positivo derivado da salvaguarda da estrutura ecológica e do solo rural	Não existem impactes negativos	Promover ações de requalificação do património e criar parques urbanos
	Definição da estrutura ecológica urbana e municipal	Impactes significativos na salvaguarda e valorização dos ecossistemas, na conservação e valorização da biodiversidade, destacando-se as espécies protegidas e autóctones e minimização da fragmentação dos ecossistemas e impermeabilização dos solos	Não existem impactes negativos	Desenvolvimento de ações que promovam a biodiversidade, as espécies protegidas, as autóctones e o património
	Contenção da dispersão	Impactes significativos decorrentes da racionalização da expansão urbana, preservação do solo e menor fragmentação dos ecossistemas	Não existem impactes negativos	Deverá ser minimizada a necessidade de impermeabilização do solo
	Reforçar a identidade dos núcleos urbanos periféricos	Impacte significativo derivado da requalificação do património e da valorização da estrutura ecológica	Não existem impactes negativos	Deve ser valorizado o património enquanto elemento diferenciador e identitário
	Definição da estrutura viária	Impacte indireto da maior acessibilidade ao património	Poderão ocorrer impactes negativos decorrentes da construção de infraestruturas viárias em solo rural, derivando numa fragmentação e degradação ambiental incluindo a paisagem	Enquadramento paisagístico das infraestruturas e concertação de áreas tampão
	Consolidação da rede de equipamentos	Não se prevê impacte significativo	Não existem impactes negativos	Aproveitamento da estrutura ecológica para criação de percursos pedonáveis

	Promover a qualidade de vida	Impacte significativo derivado das ações de intervenção na estrutura ecológica	Não existem impactes negativos	Aproveitamento da estrutura ecológica para criação de percursos pedonáveis e áreas verdes de utilização pública
	Promover a qualidade do ambiente	Impacte significativo atento às intervenções na estrutura ecológica, património e preservação da biodiversidade	Não existem impactes negativos	Privilegiar ações no espaço público envolvente ao património que o valorize Privilegiar a continuidade dos espaços verdes
	Potenciar o Concelho	Impacte significativo devido à valorização das potencialidades existentes, na qual se inclui a estrutura ecológica, os valores naturais e o património, numa ótica de sustentabilidade	Não existem impactes negativos	Promover ações de sensibilização para as fragilidades do solo rural
Paredes Concelho Empresarial	Potenciar a atração de empresas no Concelho	Se as empresas forem do setor turístico pode beneficiar positivamente o património e os recursos naturais	Não existem impactes negativos	Incentivo de desenvolvimento de projetos com potencial para explorar vantagens competitivas associadas ao capital natural Promoção da adoção de práticas de responsabilidade social empresarial orientadas para a conservação da biodiversidade
	Dotar o Concelho de áreas de localização empresarial/industrial	Impacte indireto positivo derivado da diminuição da pressão ao nível do solo rural	Não existem impactes negativos	Sem recomendações
	Estimular a relocalização de empresas no espaço industrial	Impacte indireto se existir um enquadramento paisagístico da área devoluta e se esta estiver nas proximidades de património ou da estrutura ecológica	Não existem impactes negativos	As instalações industriais devolutas devem ser alvo de ações conducentes a uma correta integração paisagística com a envolvente, evitando a sua degradação física e visual, fundamentalmente se se encontrar nas proximidades de património

	Fomentar o investimento turístico	Impacte significativo ao nível do património e da estrutura ecológica	Não existem impactes negativos	Deve ser incentivado o turismo vocacionado para a natureza e para o património Deverá ser estimulada a criação de campanhas publicitárias de divulgação da Rota do Românico
	Fomentar/Reforçar a visibilidade internacional	O património constitui um marco na visibilidade do Concelho a nível internacional atente-se a Rota do românico, pelo que se prevê um impacte significativo	Não existem impactes negativos	Deverá ser estimulada a criação de campanhas publicitárias de divulgação da Rota do Românico
	Promover e estimular condições de proximidade entre diversos atores	A cooperação poderá a constituir-se uma mais-valia na sensibilização e valorização dos valores naturais e do património pelo que se prespetiva um impacte indireto positivo	Não existem impactes negativos	Sem recomendações
	Promover o desenvolvimento e tecnologia	Impacte indireto positivo derivado de menor pressão sobre os ecossistemas	Não existem impactes negativos	Sem recomendações
	Consolidar as áreas empresariais e promover o seu desenvolvimento	Impacte significativo derivado da menor pressão sobre os solos rurais , evitando a dispersão de unidade empresariais/industriais em solo rural	Não existem impactes negativos	Sem recomendações
Paredes Concelho Competitivo	Reforçar a cooperação e potenciar políticas de complementaridade	A cooperação poderá a constituir-se uma mais-valia na sensibilização e valorização dos valores naturais e do património pelo que se prespetiva um impacte indireto positivo	Não existem impactes negativos	Apostar na sensibilização dos valores naturais e do património
	Reforçar e valorizar os valores patrimoniais	Impacte significativo ao nível do património	Não existem impactes negativos	Deverá ser estimulada a criação de campanhas publicitárias de divulgação da Rota do Românico e do outro património

				existente
	Consolidar o posicionamento em Redes Internacionais	Impacte indireto ou direto se existir aposta em redes que privilegiem o património e a Biodiversidade	Não existem impactes negativos	
	Promover a competitividade	Impacte indireto positivo ao considerar que a competitividade pressupõe o recurso ao potencial existente no Concelho, nomeadamente o património e os valores naturais	Não existem impactes negativos	Sem recomendações
	Promover e estimular a educação e formação	Impacte significativo derivado da maior sensibilidade para as questões do património e da biodiversidade	Não existem impactes negativos	Promover campanhas de sensibilização para a Biodiversidade, valores naturais e património
	Valorizar a inovação, investigação, conhecimento e tecnologia	Impacte indireto positivo derivado de menor pressão sobre os ecossistemas	Não existem impactes negativos	Sem recomendações

Quadro 42 –Avaliação Estratégica do FCD - – Biodiversidade, Recursos Naturais ePatrimoniais

QRE	Objetivos Globais	Efeitos da aplicação do PDM
ENDS	Melhor Ambiente e Valorização do Património Natural	Na proposta de ordenamento do território, foram integradas na EEM os valores paisagísticos, os recursos naturais e as áreas mais sensíveis sob o ponto de vista ecológico, estabelecendo uma estrutura contínua de áreas para a valorização ambiental e desenvolvimento sustentável do solo rural e urbano.
QREN	Valorização e qualificação ambiental	
PNPOT	Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos e prevenir e minimizar os riscos	
PROT	A salvaguarda e valorização dos recursos patrimoniais, Adequado ordenamento agrícola e florestal do território, bem como de salvaguarda e valorização da paisagem, das áreas classificadas e de outras áreas ou corredores ecológicos relevantes	Nas áreas da EEM são integradas os valores e recursos naturais mais relevantes para a sustentabilidade do território e definidas regras de usos e ocupação do solo para a sua proteção e valorização.
PNB Douro	Proteção da Natureza	Os sistemas considerados fundamentais para o equilíbrio hidrológico do território foram integrados em figuras de proteção ambiental como a REN, o DH e a EEM que promovem a valorização e proteção destes sistemas em solo rural e urbano.
PROF Tâmega	Compartimentar as áreas arborizadas contínuas e/ou monoespecíficas através do aproveitamento da regeneração natural de espécies autóctones menos suscetíveis aos incêndios ou ainda pela intercalação de áreas agrícolas ou de pastagens, criar	Para promover a diversificação e multifuncionalidade do espaço florestal foram consideradas na nova proposta de ordenamento duas subcategorias de espaços florestais: áreas florestais de produção e áreas florestais de produção condicionada, sendo definido a nível

	unidades de gestão com dimensão significativa, com especial incidência no fomento do associativismo Promover a defesa do espaço florestal da pressão urbanística, evitando a disseminação da mesma	regulamentar para as subcategorias de espaços florestais regras de uso e ocupação do solo compatíveis com objetivos previstos no PROF Tâmega
ENCNB	Conservar a Natureza e a diversidade biológica, incluindo os elementos notáveis da geologia, geomorfologia e paleontologia, Promover a utilização sustentável dos recursos biológicos, Contribuir para a prossecução dos objetivos visados pelos processos de cooperação internacional na área da Conservação da Natureza em que Portugal está envolvido, em especial os objetivos definidos na Convenção sobre a Diversidade Biológica, designadamente a conservação da biodiversidade, a utilização sustentável dos seus componentes e a partilha justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos	Nas áreas da EEM são integradas os valores e recursos naturais mais relevantes para a sustentabilidade do território e definidas regras de usos e ocupação do solo para a sua proteção e valorização.
PSRN 2000	Estabelecer um conjunto de orientações estratégicas para a gestão do território do Sítio considerando os valores naturais que nele ocorrem	Os habitats e espécies considerados prioritários, classificados no âmbito da Rede Natura 200,0 foram classificados na proposta de ordenamento do PDM como espaços naturais nos quais são impostas condicionalismos na instalação de determinadas atividades e usos do solo com o fim de preservar as características naturais e potencialidades dos habitats.
PENT	Tornar a qualidade urbana, ambiental e paisagística numa componente fundamental do produto turístico para	Incremento de equipamentos e serviços fundamentais e da criação de condições para a fixação de iniciativas e investimentos turísticos

Quadro 43– Identificação dos Efeitos para o FC Biodiversidade, Recursos Naturais e Patrimoniais

4.3 COMPETITIVIDADE E ACTIVIDADE ECONÓMICA

Considerar as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas da Revisão do PDM de Paredes no aumento e diversificação de atividades económicas competitivas, certificadas e dissociadas do consumo de recursos, aumento na criação e qualificação de emprego. Melhoria na visibilidade internacional do Concelho.

4.3.1 SITUAÇÃO ATUAL

COMPETITIVIDADE E DINÂMICA EMPRESARIAL

O concelho de Paredes é dos concelhos com maior peso empresarial no Tâmega, de acordo com o gráfico 1, pode-se constatar que o número de empresas na região mantém ligeiro um crescimento até 2004, seguido de uma diminuição, a qual é mais visível nos Concelhos que têm maior número total de empresas.

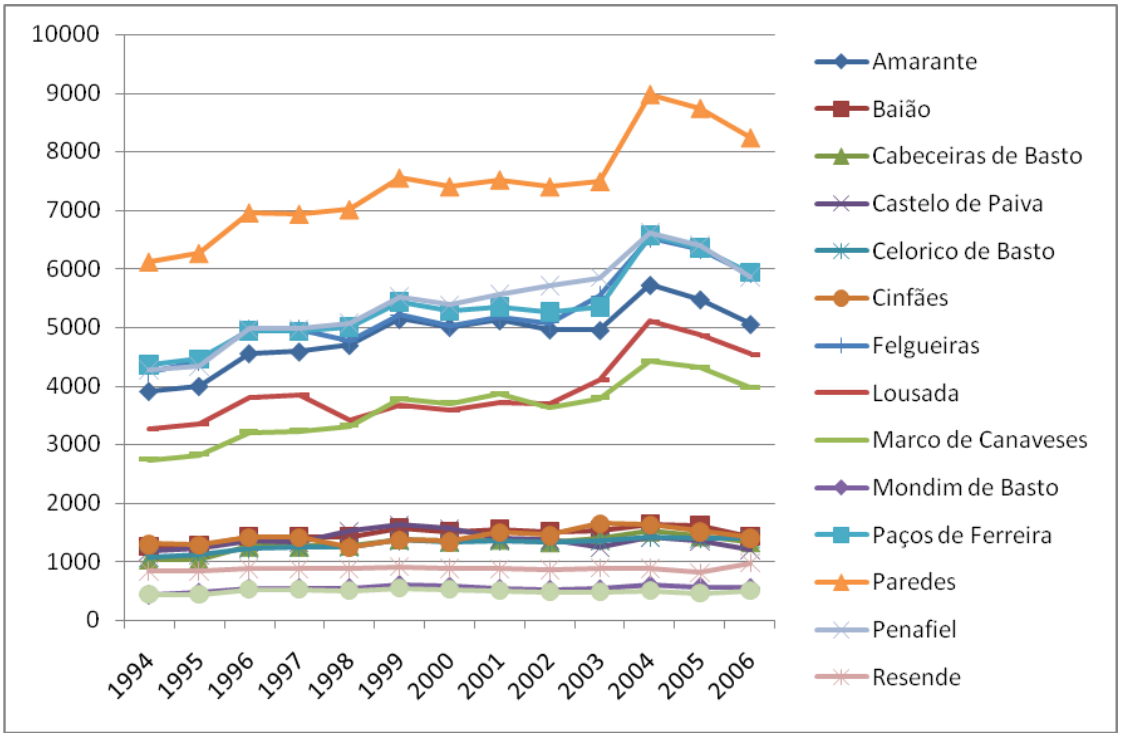

Gráfico 3- Total de empresas no Tâmega entre 1994 e 2006

No que concerne às Sociedades presentes verifica-se que o Concelho de Paredes é o que detém maior número, e, em regra, existe um crescimento ao longo do período em análise, 1994 e 2006.

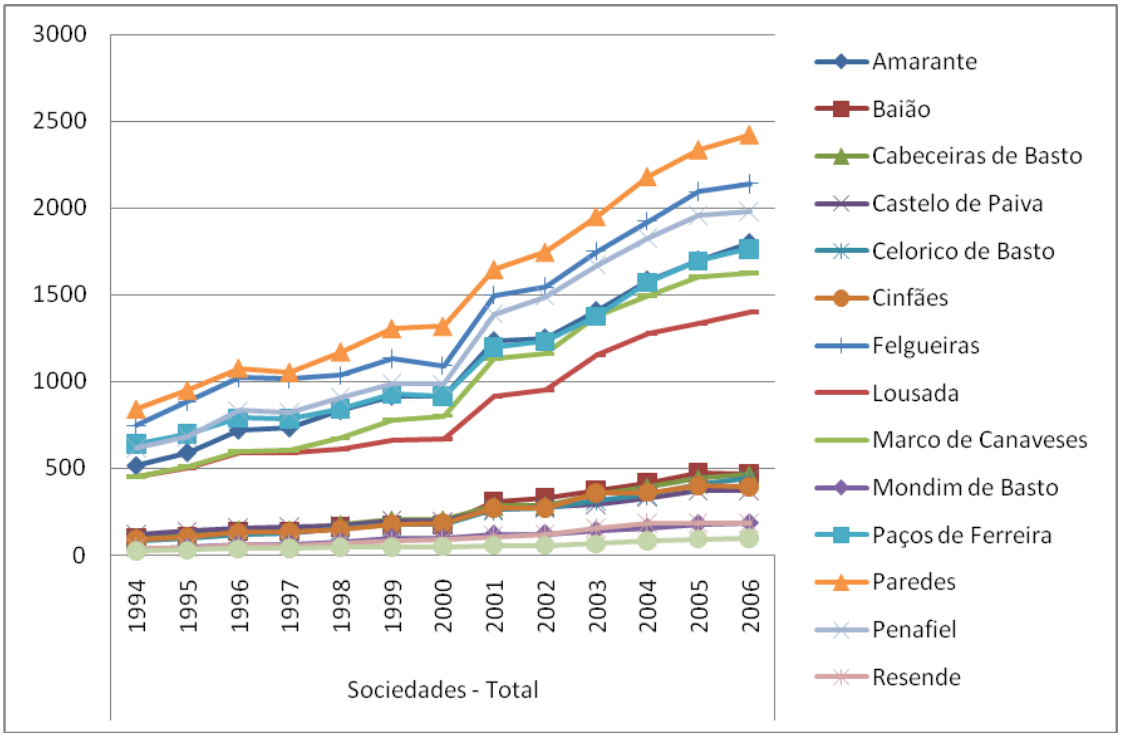

Gráfico 4 - Total de Sociedades no Tâmega entre 1994 e 2006

A indústria transformadora revela um comportamento diferenciado para o caso de ser empresa ou sociedade, no entanto é claro que Paredes é um motor dinamizador no seio da região do Tâmega.

Se atentarmos ao pormenor que Paredes é responsável cerca de 65% da produção do mobiliário em Portugal, isto revela uma tendência para um mono especificidade, a qual se pode tornar uma debilidade, mas, por outro prisma, reconhece-se a especialização e a consciência por parte de quem gere de uma atitude de busca de qualidade e empreendedorismo.

Aqui, é importante salientar os organismos e entidades que possuem como objetivo apoiar e fomentar o desenvolvimento económico, de âmbito local ou regional, mas, com influência nas dinâmicas do Concelho, atente-se o Centro de Formação da Indústrias da madeiras e mobiliário, a associação empresarial de Paredes.

Um dos pontos mais importantes é o volume de vendas associado às atividades económicas, tomando em análise o gráfico 6, denota-se o crescimento no volume de vendas das sociedades na região, pese embora a oscilação referente ao Concelho de Amarante. Paredes é o segundo Concelho com maior volume de vendas, no entanto salienta-se a taxa de crescimento entre 1999 e 2005.

O volume de vendas na indústria transformadora (sociedades) não reflete este aumento para Paredes, exceto entre 2003 e 2005. Contudo no Comercio por grosso e retalho já é mais concordante.

Esta ligeira divergência poderá ser um motivo para reflexão no sentido da necessidade de diversificar o tecido industrial e as atividades económicas.

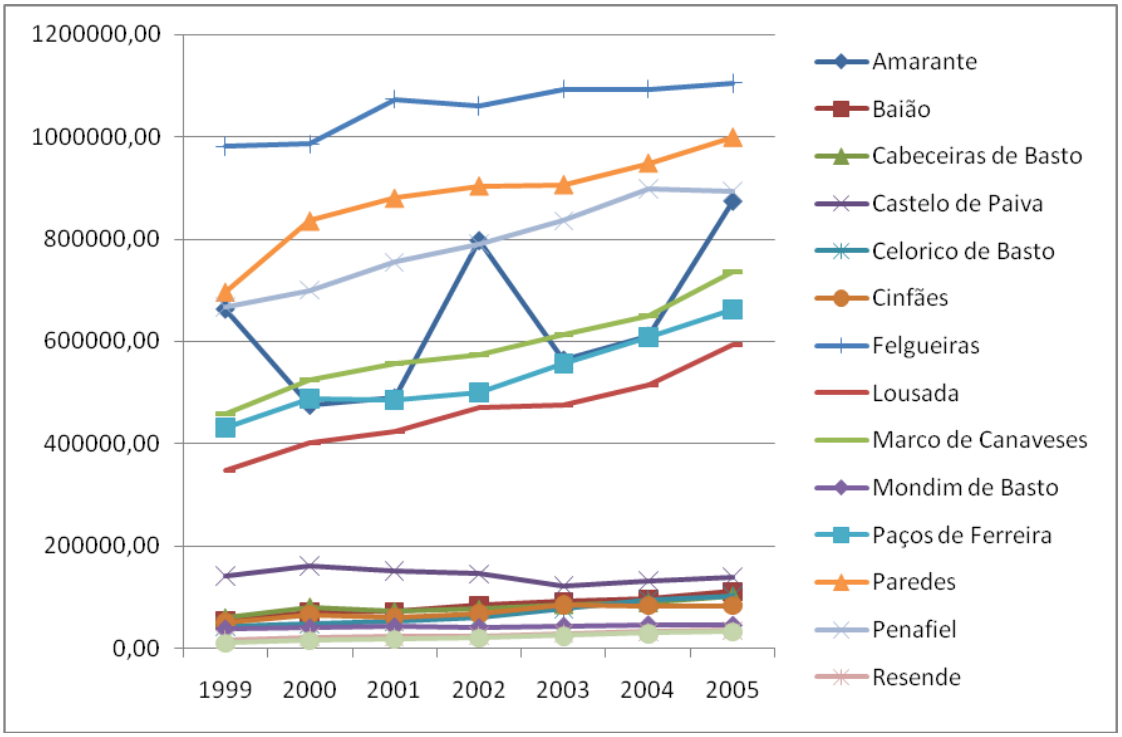

Gráfico 5 - Volume de vendas nas Sociedades

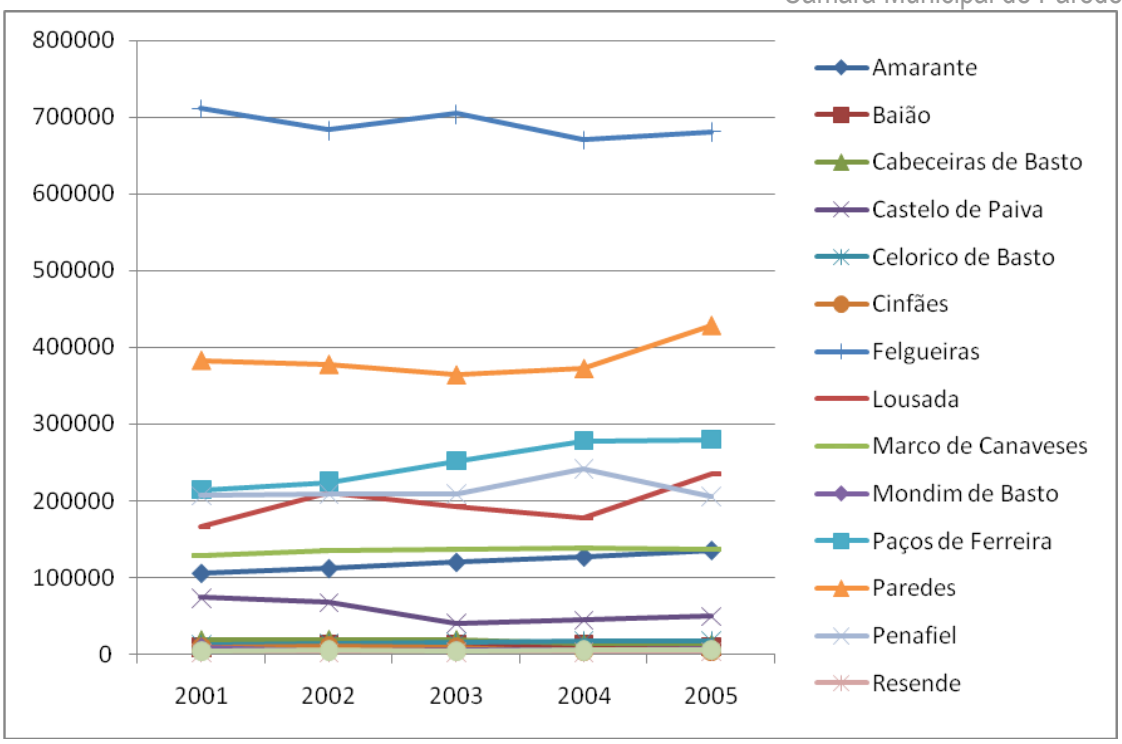

Gráfico 6 - Volume de vendas nas Sociedades – Indústria transformadora

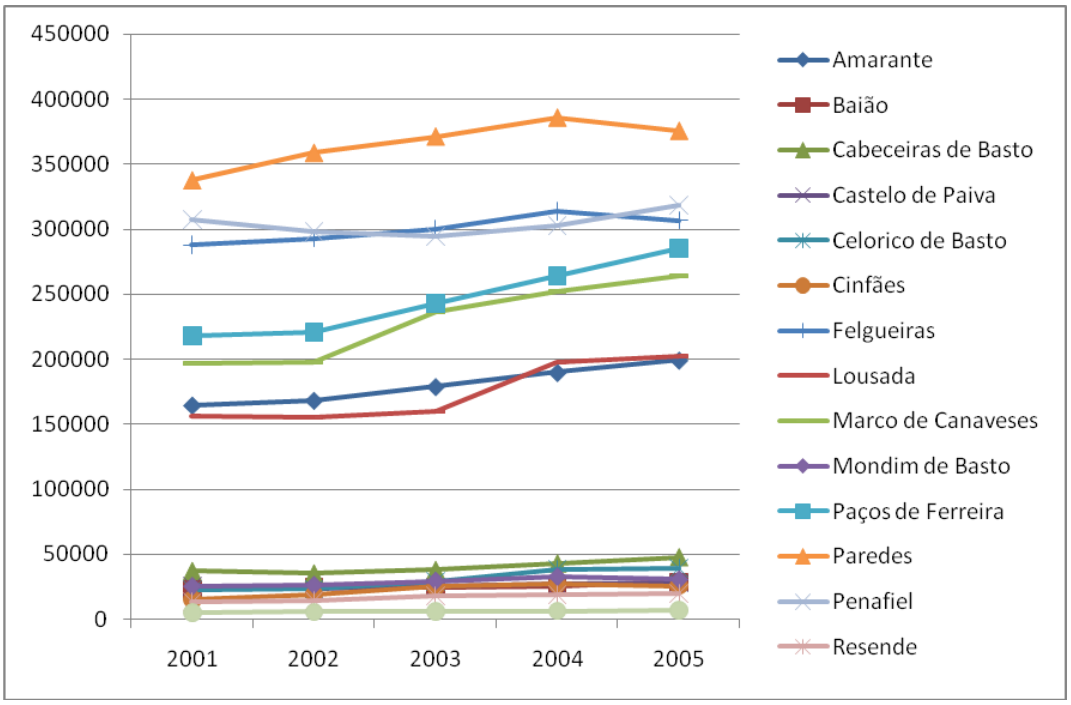

Gráfico 7 - Volume de vendas nas Sociedades – Comercio por grosso e a retalho

Importa também referenciar que Paredes é um dos Concelho com maior exportação atente-se o quadro seguinte.

Exportações de mercadorias

milhares de euros

NUTS e Concelhos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Portugal	26.378.763	27.322.792	28.097.844	27.889.811	29.576.450	29.391.911	33.745.125	36.756.660	36.739.194	31.768.156	36.762.238
Região Norte	11.476.515	11.910.635	12.131.888	12.439.096	12.653.926	12.557.586	13.782.994	15.058.312	14.398.537	11.896.804	13.126.114
Tâmega	1.033.004	1.094.610	1.083.197	1.020.950	953.068	902.098	969.274	1.061.759	1.093.788	1.076.051	1.121.226
Amarante	27.373	24.423	17.597	25.074	25.198	28.104	39.650	27.342	37.633	25.991	23.341
Baião	…	….	…	512	486	…	634	2.063	636	700	1.654
Cabeceiras de Basto	4.109	….	…	1.243	1.189	1.405	1.345	1.623	1.488	916	1.015
Castelo de Paiva	59.672	49.427	46.325	16.511	12.302	17.862	17.240	19.754	17.418	13.518	23.603
Celorico de Basto	…	….	3.429	1.522	1.233	1.402	1.423	1.303	969	1.298	1.450
Cinfães	…	-	-	246	38	…	168	...	...	168	4
Felgueiras	482.790	522.041	541.770	503.919	441.541	378.671	403.396	455.917	441.650	465.949	484.311
Lousada	99.688	119.965	120.632	121.267	117.108	116.251	124.374	122.362	129.042	108.794	109.705
Marco de Canaveses	56.808	63.058	57.002	55.357	45.911	35.883	36.018	34.089	41.472	40.187	41.022
Mondim de Basto	…	…	…	963	1.045	...	x	324	329	33	12
Paços de Ferreira	94.204	82.398	68.028	79.539	80.567	101.929	103.866	122.688	149.628	178.024	172.332
Paredes	102.982	111.641	117.169	106.105	122.853	124.669	139.037	167.512	173.905	153.465	167.606
Penafiel	101.365	108.658	103.840	107.704	102.658	93.462	100.442	104.442	98.398	86.218	93.837
Resende	-	11	-	30	...	...	...	18	...	15	527
Ribeira de Pena	…	-	…	958	...	...	1.676	...	...	775	807

Quadro 44 – Exportações de mercadorias

No período compreendido entre 1994 e 2006, o número de empresas e sociedades aumentou consideravelmente em Paredes, como se pode comprovar pelo gráfico 9. Ao nível das empresas

destaca-se as de comércio por grosso e a retalho, no entanto, o mesmo já não acontece com as Sociedades, cujo predomínio é o das Indústrias transformadoras.

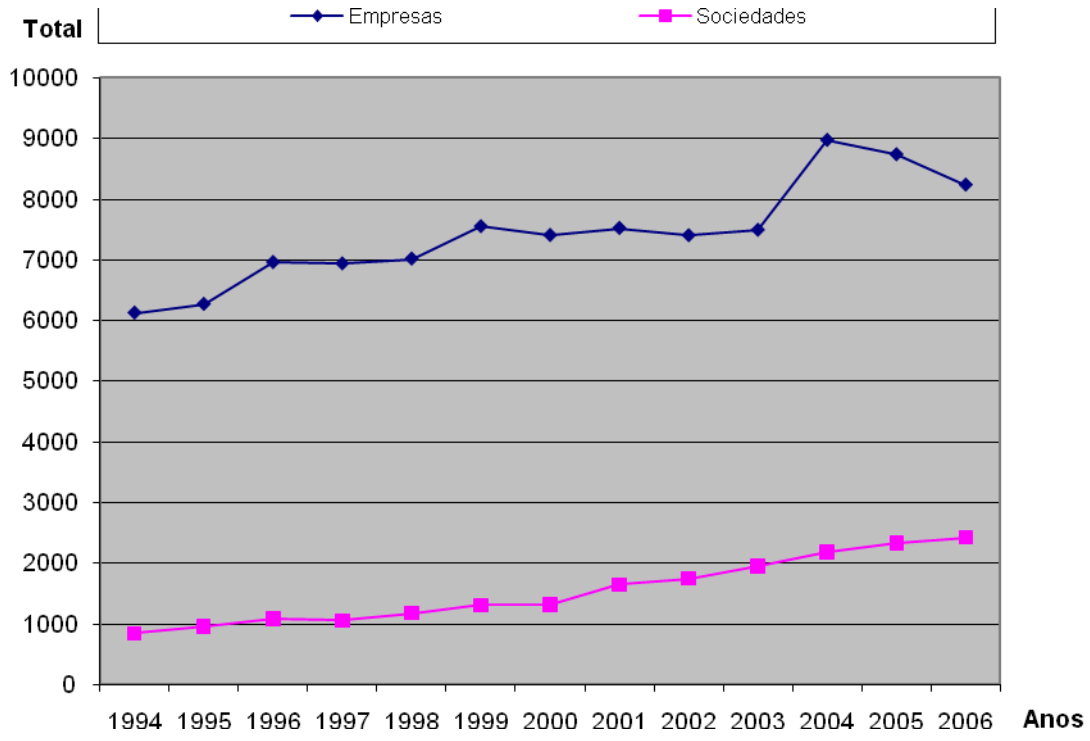

Gráfico 8 - Total de Empresas e Sociedades

No que respeita à evolução do número de empresas no Concelho segundo a CAE, verifica-se que as empresas das indústrias transformadoras e das Atividades financeiras e a Agricultura tiveram uma diminuição, enquanto as outras tiveram uma tendência de expansão apesar de a de construção se começar a verificar uma tendência em sentido contrário a partir de 2004.

As de Indústria extrativa não têm qualquer expressão no Concelho.

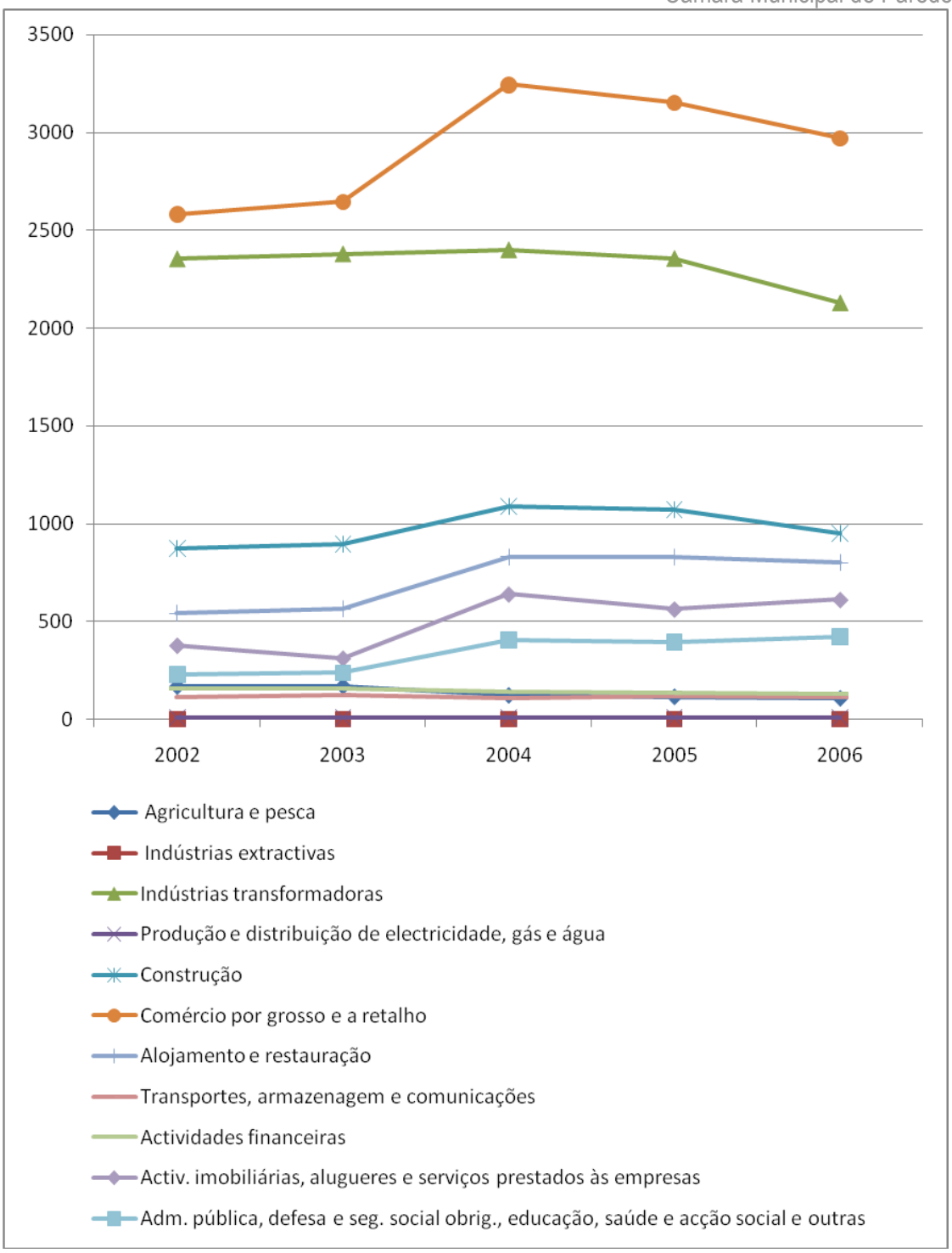

Gráfico 9 -Sociedades

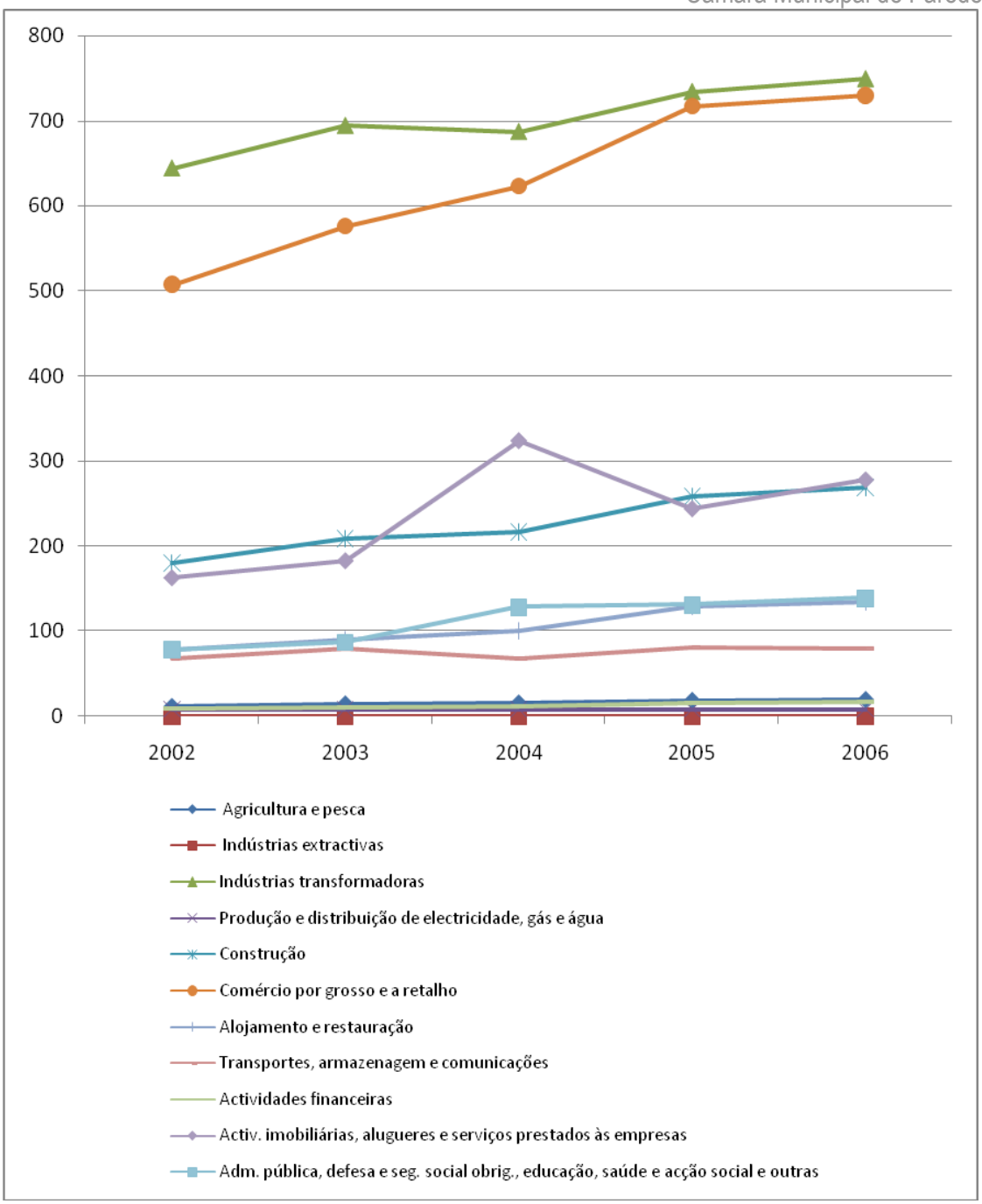

Gráfico 10 - Empresas segundo a CAE

No que concerne à evolução do número de sociedades em paredes, verifica-se que existe uma tendência de expansão em todas as atividades económicas exceto naquelas em que não existe como o caso das indústrias extrativas e as que não existe variação significativa como na situação da agricultura, com reflexo na ocupação dos solos e nas alterações sociais, nas

Sociedades de produção e distribuição de eletricidade, gás e água, atendendo à sua estabilização no Concelho e, às Sociedades de atividades financeiras.

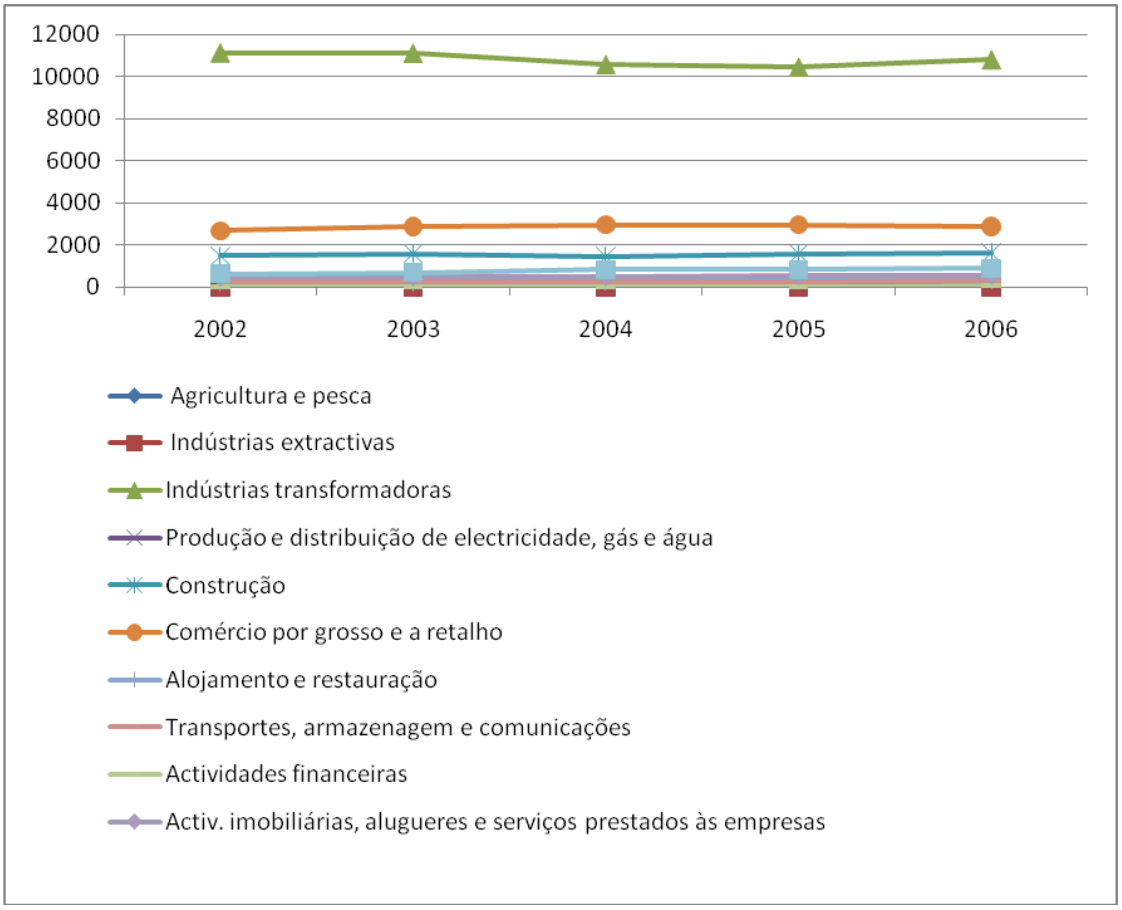

Gráfico 11 - Pessoal ao serviço nas Sociedades segundo a CAE

Quando analisamos o emprego por ramos de atividade, apercebemo-nos que a indústria transformadora é o maior ramo da atividade económica que absorve o maior número de pessoal ao serviço, refletindo a tendência para a terciarização.

O número de empresas constituídas anualmente, permite concluir acerca da dinâmica empresarial relativa do Concelho de Paredes. Este indicador sofreu oscilações ao nível da constituição de novas sociedades, em que no período entre 2000 e 2001 teve uma significativa expansão. Pode-se constatar uma correlação entre o aumento do número de sociedades de construção e a tendência do aumento das sociedades de atividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas.

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Paredes	173	170	191	342	242	132	139	143	161

Quadro 45- Sociedades constituídas - Total

	2003	2004	2005	2006
Agricultura e pesca	0	2	0	0
Indústrias transformadoras	29	26	28	37
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	0	0	0	0
Construção	10	10	15	21
Comércio por grosso e a retalho	45	44	56	56
Alojamento e restauração	9	10	11	9
Transportes, armazenagem e comunicações	1	3	5	5
Atividades financeiras	1	2	1	1
Ativ. imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	22	20	19	25
Adm. pública, defesa e seg. social obrig., educação, saúde e ação social e outras	15	22	8	7

Quadro 46- Sociedades Constituídas - Segundo a classificação das atividades económicas

No Concelho de Paredes estão classificados 8 empreendimentos turísticos designadamente 4 estabelecimentos hoteleiros de 2 e 3 estrelas, 2 empreendimentos de turismo no espaço rural e 2 empreendimentos de turismo de habitação, com uma capacidade global de 354 camas.

Paredes está incluída na Rota do românico, detendo esta uma destgacada visibilidade em termos turísticos.

ACTIVIDADES INDUSTRIAIS

O concelho de Paredes, e muito particularmente as freguesias de Baltar, Gandra, Lordelo, Rebordosa e Vilela possuem uma grande componente industrial, tendo sido este fator o motor de muito o que existe e acontece naquelas áreas e no município.

A imagem abaixo é demonstrativa da dispersão industrial no concelho.

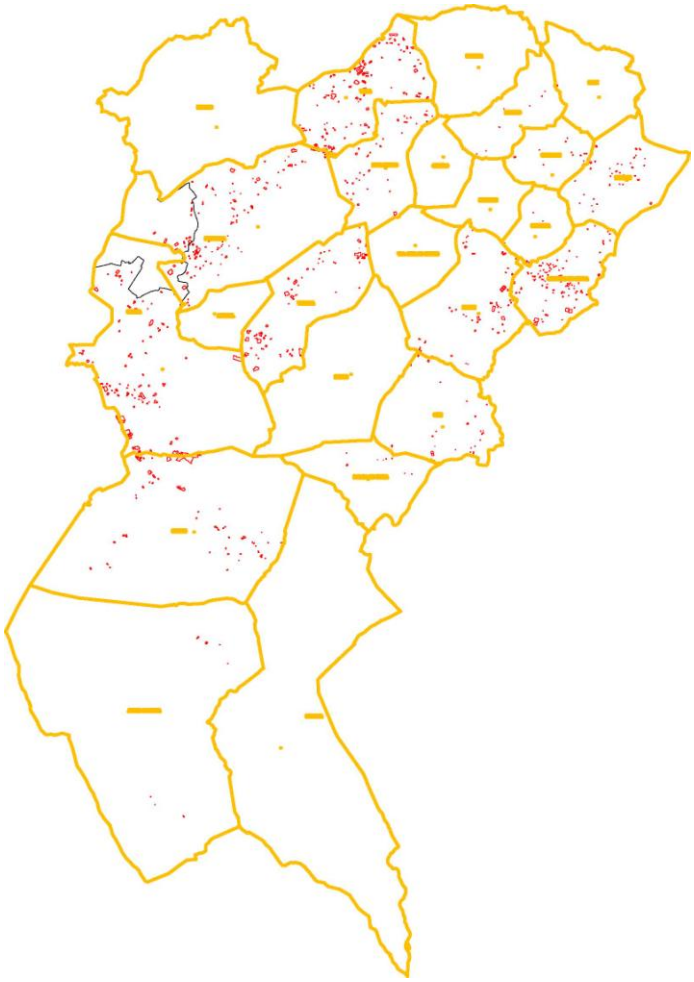

Figura 25 - Dispersão industrial no concelho

Em termos económicos é particularmente forte a concentração de indústria de mobiliário, sendo notório que Paredes é responsável pela produção de cerca de 65% do mobiliário produzido no país.

O tecido industrial é caracterizado pela sua natureza familiar, em que prevalecem as pequenas e micro empresas sobre as empresas de média e grande dimensão, embora estas tenham já uma expressão muito razoável em número e uma expressão elevada no volume global de faturação da região, estando estas, sobretudo, localizadas em zonas vocacionadas para a atividade industrial.

Verifica-se a "convivência" entre os usos urbanos e os industriais sendo muito usual a convivência de ambos, inclusive no mesmo edifício.

A proliferação de áreas de "concentração industrial" teve como objetivo no seu essencial enquadrar as indústrias com alguma expressão existentes, à data de elaboração do PDMP.

Procedeu-se à reavaliação de cada uma das áreas industriais constantes do PDMP em vigor, face à sua localização geográfica, designadamente quanto a acessibilidade e muito concretamente em relação à Rede Viária Nacional, solicitações de localização e áreas ocupadas e comprometidas. Procederam-se ainda a ajustes nos limites de algumas áreas indústrias por força da topografia.

Há aqui apontar que algumas das reclassificações efetivadas se conformam como adequação às situações de facto, refere-se a título de exemplo a Zona Industrial junto à Zona Industrial de Campo (Valongo) e a Zona Industrial de Vilela, junto ao nó da A42.

Da análise efetuada aferiu-se que cerca de 80% da área existente está ocupada ou comprometida, sendo que os remanescentes 20% não são suficientes para colmatar as necessidades atuais de deslocalização e pedidos e muito menos as perspetiváveis, muito concretamente, com a entrada em vigor da A41.

Com os reajustes enunciados ao nível das "concentrações industriais" e das "zonas industriais" e ainda tendo em atenção a área industrial existente efetivamente disponível e, numa política de incentivo à deslocalização, é premente e necessário criar e dotar áreas apropriadas para acolher estas inúmeras indústrias espalhadas pelo tecido urbano, dando-lhe as condições adequadas para que se possam desenvolver e crescer.

A "Zona Industrial da Serrinha (Gandra/Rebordosa)" pela proximidade aos locais onde existe maior disseminação de indústrias pelo tecido urbano, pela tradição industrial e pelas acessibilidades existentes, como seja a A41 e "Via Rota dos Móveis" e ainda atendendo às intenções efetivas de localização, configura-se como uma das área adequada para o efeito, sendo muito procurada para a localização e relocalização de industrias, sendo por isso a área

onde se propõe maior reclassificação. Somos nesta matéria a referir que a zona se encontra afeta a um plano de urbanização (em adiantado estado de elaboração) e que estas temáticas têm sido detalhadamente aferidas e analisadas.

	Industrial em vigor	Industrial Proposto	Saldo Final
Área (hectares)	759.05	961.22	+ 202.17

Quadro 47– Variação da área industrial

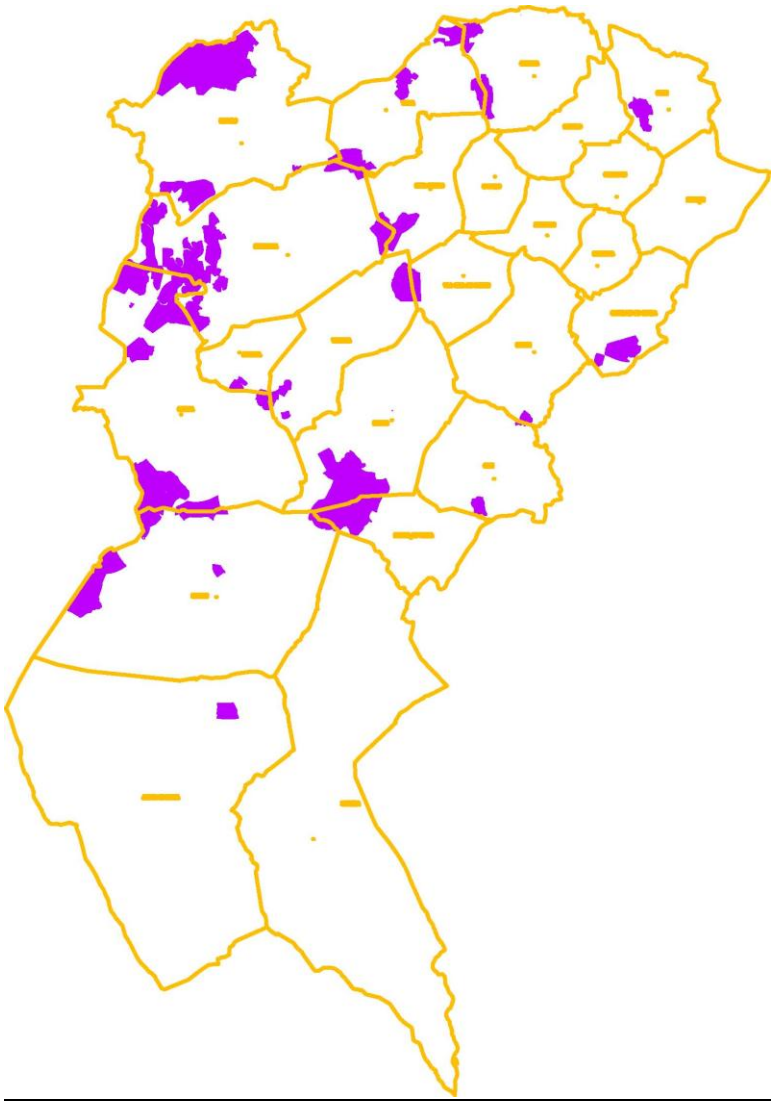

Figura 26 – Indústria

DIMENSÃO HUMANA

Tendo por base a Educação e considerando a pertinência e atualidade da Carta Educativa, este item deve ser observado com o disposto no Capítulo 6 – Caracterização e diagnóstico do sistema educativo e o Volume II da Carta Educativa do Concelho de Paredes.

Verifica-se que em Paredes à medida que se avança nos níveis de instrução, menores são os valores, ou seja, existe no concelho um o abandono escolar, sobretudo a partir do 2º ciclo.

Nível de escolaridade (Situação no nível)		Portugal		Norte		Tâmega		Paredes	
Total		10562178		3689682		550516		**86854**	
Ensino pré-escolar	A frequentar	261805	2,48%	87951	2,38%	13498	2,45%	**2391**	**2,75%**
Ensino básico - 1º ciclo	Completo	2309969	21,87%	881211	23,88%	144068	26,17%	**21882**	**25,19%**
	Incompleto	365244	3,46%	133943	3,63%	23723	4,31%	**3229**	**3,72%**
	A frequentar	477565	4,52%	168747	4,57%	28445	5,17%	**4796**	**5,52%**
Ensino básico - 2º ciclo	Completo	731079	6,92%	319199	8,65%	59563	10,82%	**9878**	**11,37%**
	Incompleto	98302	0,93%	35627	0,97%	5517	1,00%	**1021**	**1,18%**
	A frequentar	269275	2,55%	98335	2,67%	17280	3,14%	**2778**	**3,20%**
Ensino básico - 3º ciclo	Completo	974713	9,23%	337660	9,15%	51365	9,33%	**8260**	**9,51%**
	Incompleto	263052	2,49%	87258	2,36%	11868	2,16%	**2170**	**2,50%**
	A frequentar	423199	4,01%	158704	4,30%	28293	5,14%	**4444**	**5,12%**
Ensino secundário	Completo	1024059	9,70%	313203	8,49%	37374	6,79%	**6211**	**7,15%**
	Incompleto	322340	3,05%	89855	2,44%	9329	1,69%	**1572**	**1,81%**
	A frequentar	423925	4,01%	152953	4,15%	23660	4,30%	**3672**	**4,23%**
Ensino pós-secundário	Completo	60315	0,57%	17773	0,48%	1985	0,36%	**353**	**0,41%**
	Incompleto	11859	0,11%	3553	0,10%	372	0,07%	**69**	**0,08%**
	A frequentar	20437	0,19%	6650	0,18%	836	0,15%	**107**	**0,12%**
Bacharelato	Completo	134473	1,27%	38875	1,05%	2786	0,51%	**454**	**0,52%**
	Incompleto	38186	0,36%	10332	0,28%	565	0,10%	**109**	**0,13%**
Licenciatura	Completo	800129	7,58%	242669	6,58%	19482	3,54%	**3370**	**3,88%**
	Incompleto	106083	1,00%	28564	0,77%	1895	0,34%	**345**	**0,40%**
	A frequentar	259600	2,46%	88253	2,39%	10199	1,85%	**1511**	**1,74%**
Mestrado	Completo	95704	0,91%	27477	0,74%	1836	0,33%	**310**	**0,36%**

	Incompleto	42682	0,40%	12549	0,34%	760	0,14%	**150**	**0,17%**
	A frequentar	101356	0,96%	34767	0,94%	3274	0,59%	**539**	**0,62%**
Doutoramento	**Completo**	26241	0,25%	7382	0,20%	199	0,04%	**49**	**0,06%**
	Incompleto	6694	0,06%	2098	0,06%	102	0,02%	**19**	**0,02%**
	A frequentar	18752	0,18%	5893	0,16%	252	0,05%	53	0,06%

Quadro 48- População residente segundo o nível de instrução no Concelho de Paredes e região Tâmega, (INE, Censos 2011)

A distribuição da população por sectores de atividade económica, ao nível do Concelho, manifesta uma clara predominância no sector secundário com 46 %, segue-se o sector terciário (económico) 33% e o sector terciário (social) 203%, o sector primário apenas detém 1%,valor com expressão pouco relevante.

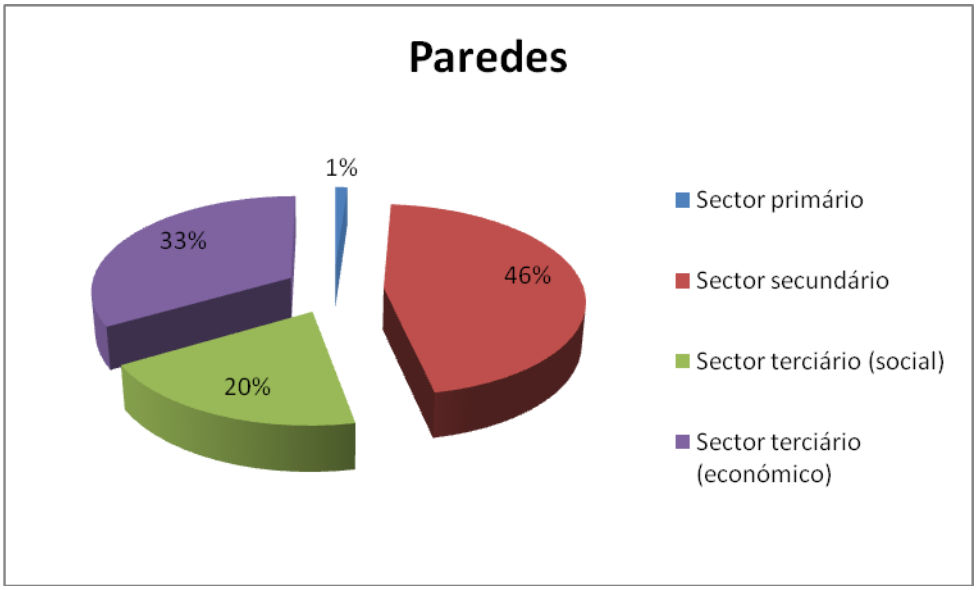

Gráfico 12 – Sectores de Atividade (Censos 2011,INE)

Ao nível das freguesias o gráfico demonstra alguma flutuação entre o setor secundário e o setor terciário, revelando-se diminuta a representatividade do setor primário.

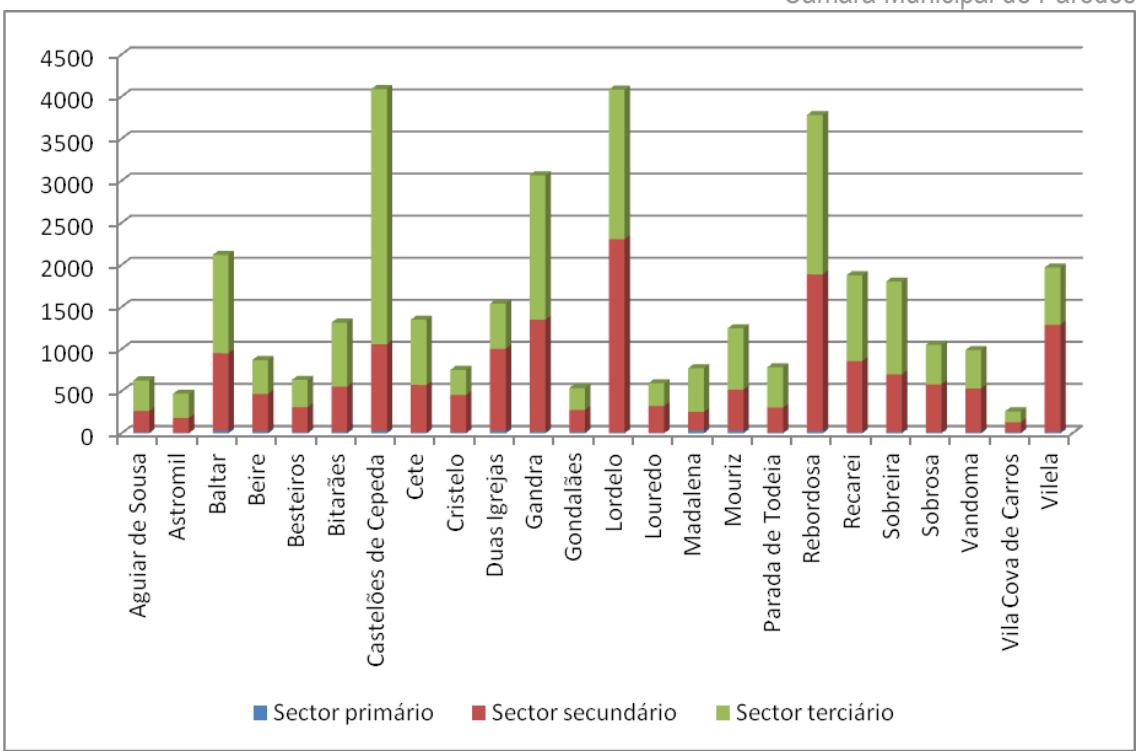

Gráfico 13 – Sectores de Atividade por freguesia (Censos 2011,INE)

Em termos de profissões dominantes sobressaem os trabalhadores qualificados da industria, construção e artífices

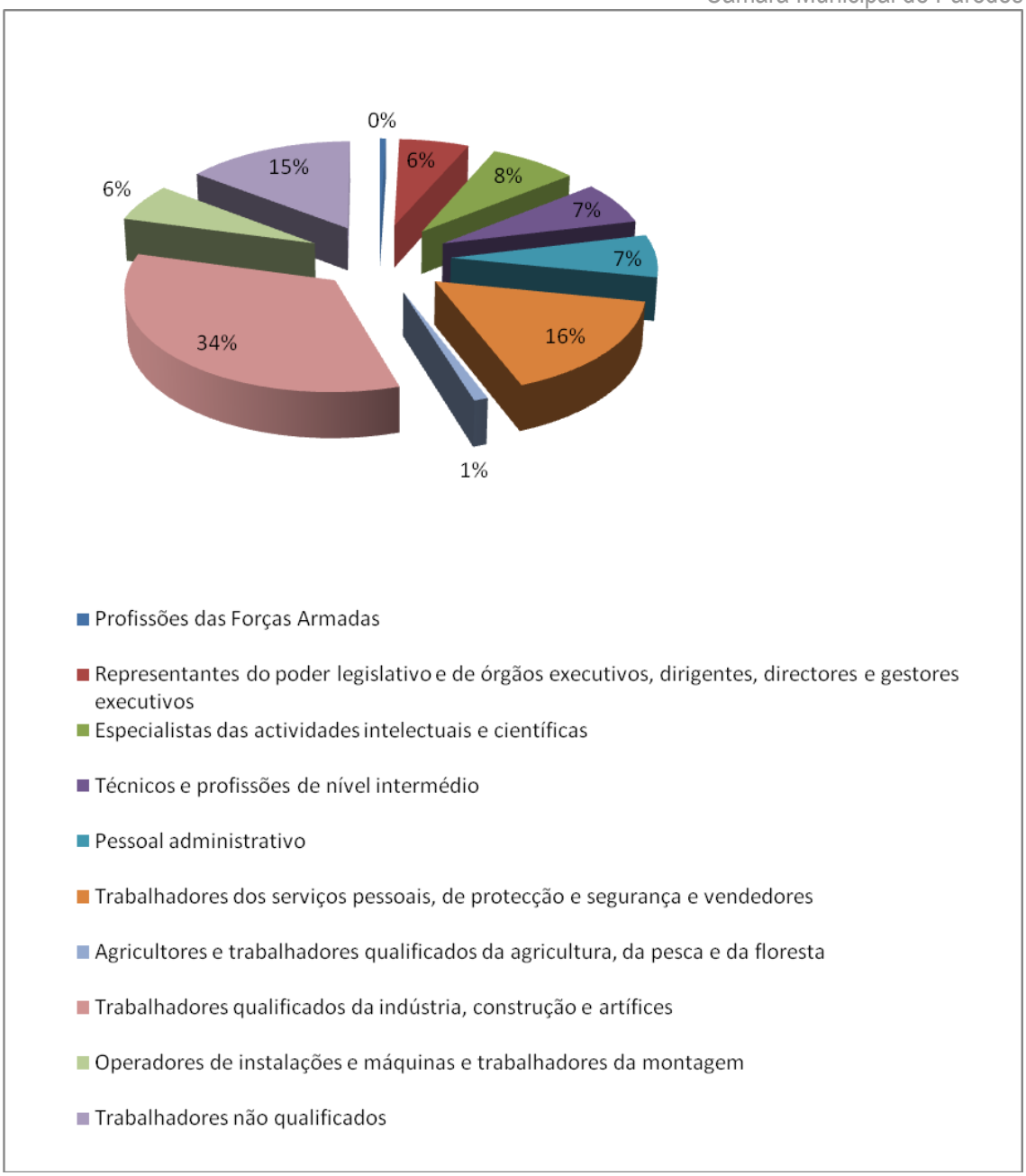

Gráfico 14 - Profissões dominantes, (Censos 2011,INE)

Um dos maiores problemas sociais atuais é o desemprego que se tem verificado, obrigando os políticos e planeadores a desencadear mecanismos com o objetivo de minorar o seu efeito e aumentar a coesão social.

Uma leitura efetuada aos gráficos demonstra que existe uma tendência para aumentar a taxa de desemprego, a qual é superior no sexo feminino.

Enquanto existem ligeiras oscilações relativas à procura do 1º emprego, já a procura de novo emprego apresenta curvas mais acentuadas, estando neste momento com tendência ascendente na procura.

No ano de 2008 e 2009, verificou-se que aumentou significativamente o registo de desemprego com o registo menor que 1 ano, demonstrando isto a conjetura existente no Concelho similar à do País.

O desemprego verifica-se sistematicamente superior na faixa etária compreendida entre 35 e os 54 anos, bem como com o nível de escolaridade do 1º e 2ºciclo.

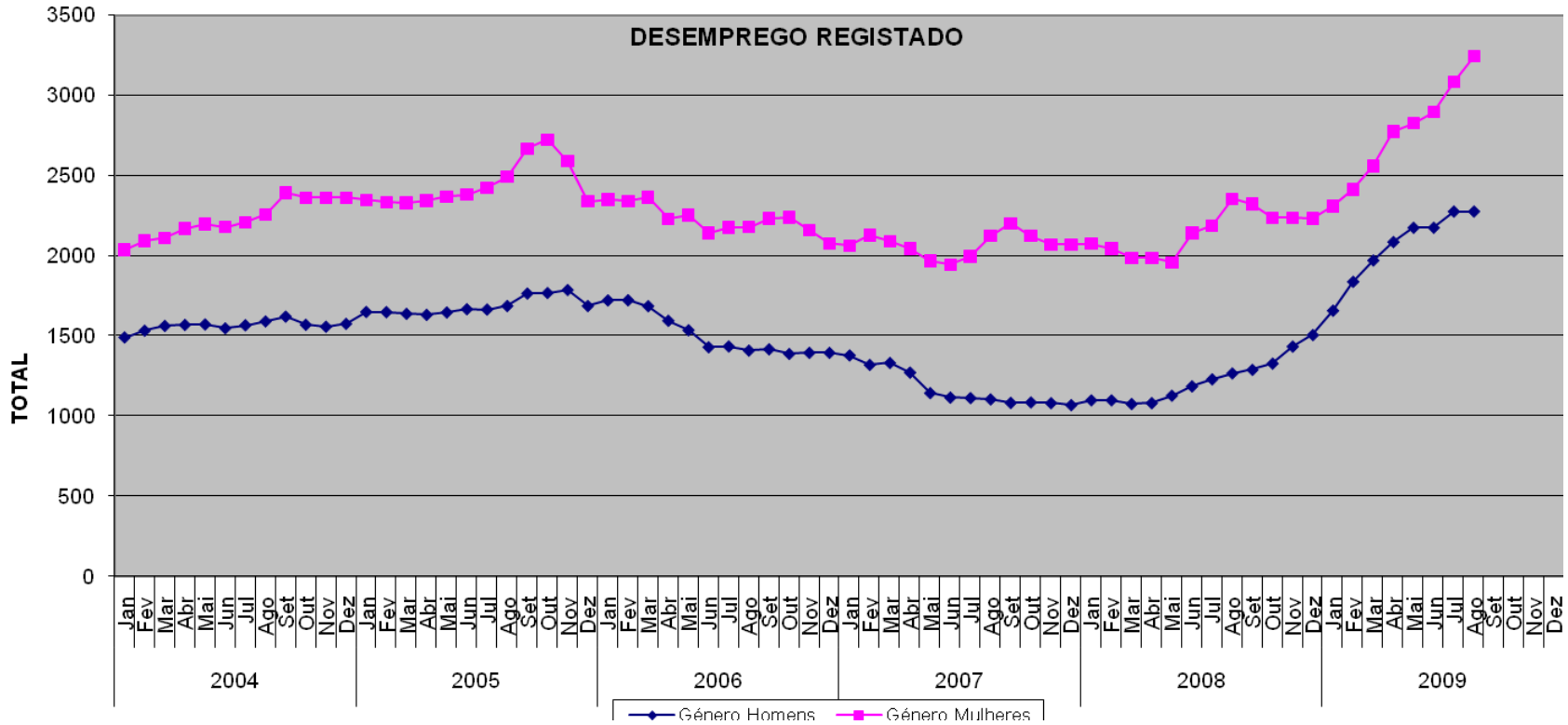

Gráfico 15 - Evolução do Desemprego por sexo

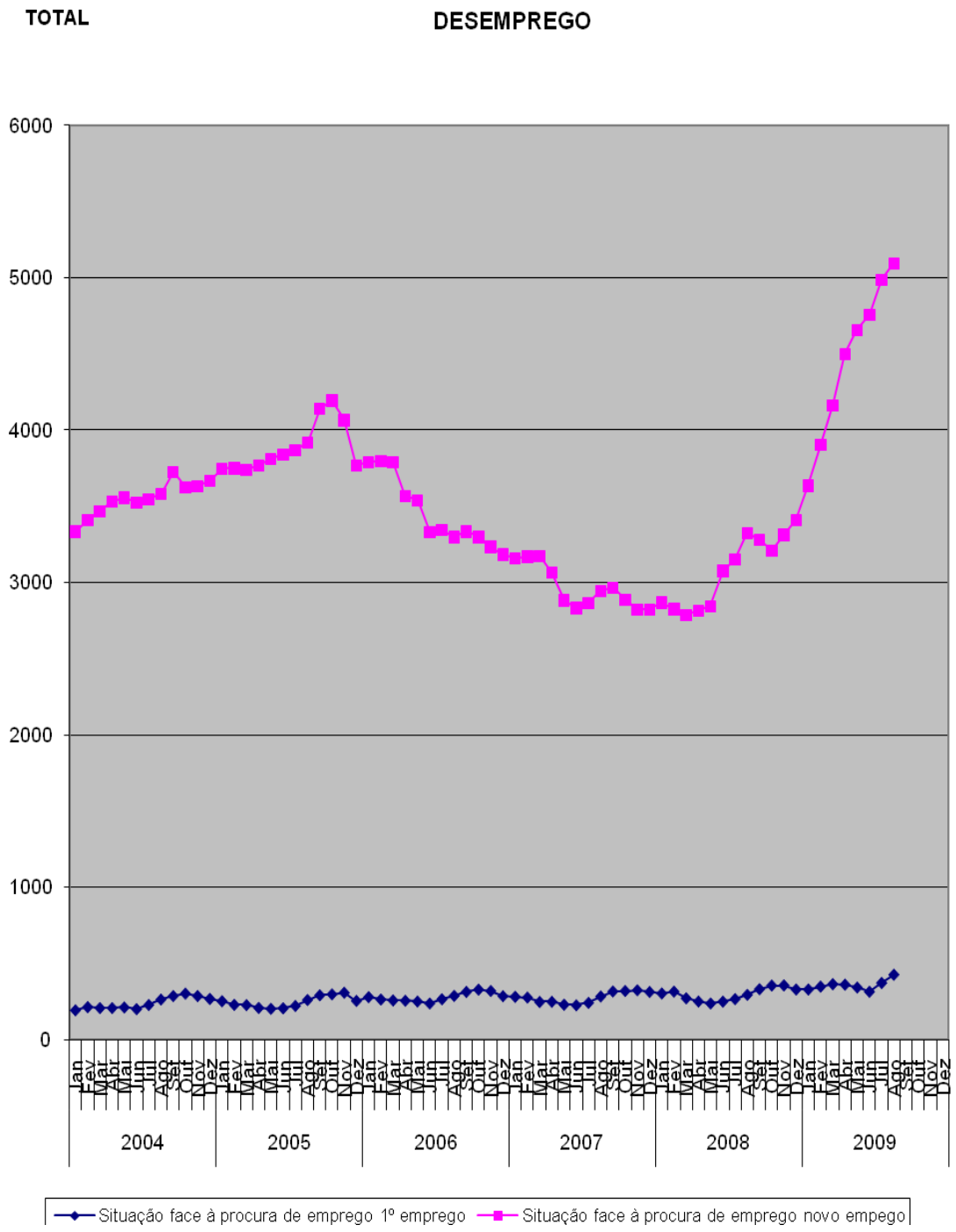

Gráfico 16 – Evolução do Desemprego por situação

4.3.2 TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO SEM PLANO

COMPETITIVIDADE E ATIVIDADE ECONÓMICA

A dinâmica empresarial e da gestão autárquica revela-se ao longo dos anos consistente a nível internacional, atente-se aos laços estabelecidos com Baucau-Timor e aos mais diferentes níveis, como prova o campeonato europeu de hóquei em patins ou as referências aos Centros escolares nas revistas da especialidade a nível internacional.

A presença em certames internacionais das empresas locais, divulga não só as empresas mas também o território, como se pode constatar pelas exportações das empresas locais e na procura de áreas para instalação de empresas de cariz internacional.

Perspetiva-se uma evolução positiva ao nível da competitividade pese embora a conjuntura atual, a qual se reflete no encerramento de empresas, aumento de desemprego.

ATIVIDADES INDUSTRIAIS

Nos últimos anos verificou-se um aumento do nº de empresas e da sua variação do tipo, contudo e atendendo à conjuntura atual, tem-se assistido ao encerramento de empresas.

Da mesma forma, assistiu-se a uma preocupação na melhoria nas condições da estrutura física na tecnológica das empresas, isto é, passaram de “oficinas” para estabelecimento industriais, até mesmo à deslocalização para as zonas empresariais/industriais.

Revela-se a existência de empresas certificadas.

Atentos à inversão derivada prevê-se uma manutenção da situação atual enquanto persistir as condições financeiras e económicas do país.

DIMENSÃO HUMANA

Ao nível da dimensão humana, verifica-se um aumento da taxa de desemprego, conforme mencionado derivado do encerramento de empresas, embora a qualificação da população tenha aumentado e mesmo ao nível da qualificação enquanto recursos humanos. Assim, prevê-se uma evolução negativa ao nível do desemprego enquanto se mantiver a conjuntura atual e a manutenção ao nível da qualificação.

4.3.3 AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE IMPACTES

A revisão do Plano Diretor Municipal apresenta nos seus objetivos várias referências a esta temática, consubstanciados no artigo 2º do Regulamento, destaca-se desde logo a Promoção da imagem como um todo, a potencialização do Concelho, a promoção da competitividade, a consolidação das áreas industriais e a promoção do seu desenvolvimento, a potencialização da atração de empresas para o concelho, a consolidação do posicionamento em redes internacionais, o fomento e o reforço da visibilidade internacional, a promoção e estímulo da educação e formação.

Para tal, é dotado de um planeamento que detém por base todos estes objetivos, atente-se as áreas empresariais/industriais nos objetivos programáticos das UOPG nomeadamente a UOPG1 – Parque Zona Industrial de Lordelo, UOPG2 – Lordelo, UOPG4 – Rebordosa e Parcial de Lordelo, Vilela e Astromil, UOPG6 – Zona Empresarial da Serrinha (gandra / rebordosa), UOPG7 – Gandra e a UOPG9 – Zona empresarial de baltar / parada.

Ao nível do regulamento, também este prima pela sua inclusão e pela qualidade que se pretende obter, como se constata pelo artigo 13º - Compatibilidade de usos e atividades, pelo artigo 17º - Condicionamentos Estéticos ou ambientais ou a subseção III da secção II, do Capítulo V- Qualificação do solo urbano, relativo aos espaços de atividades económicas.

Ao nível da Dimensão humana, a implementação da Carta Educativa é elucidativa do que se pretende para o Concelho, bem como a dinâmica criada no sentido da visibilidade de Paredes. Este FCD, revela-se particularmente interessante pelas ações imateriais a desenvolver em função desta Revisão, que ultrapassa as peças escritas e desenhadas do Plano, demonstrando-se a posteriori nas estratégias desenvolvidas.

	Pontos Fortes	Pontos fracos	Ameaças	Oportunidades
Competitividade e dinâmica empresarial	- Localização das áreas industriais - Capacidade de organização de eventos com projeção a nível nacional e internacional, Incentivo à modernização e inovação, - Criação da "Fábrica do Design", - Cooperação no desenvolvimento e na participação em atividades internacionais para dinamização e projeção local	- Capacidade financeira	- Situação económica e financeira a nível nacional e europeu	- Criação de redes e relações internacionais, - Projeção a nível internacional, capitação turística
Atividades Industriais	- Elevada qualificação da indústria do mobiliário, reconhecimento internacional da dinâmica da indústria do mobiliário, projeção internacional e nacional	- Fraca capacidade a nível económico e financeiro de algumas empresas/industrias, - Qualidade ao nível das instalações e dimensão reduzida de algumas indústrias	- Situação económica e financeira a nível nacional e europeu	- Rentabilização do funcionamento das empresas, - Otimização dos recursos, - Certificação e sua promoção
Dimensão humana	- Formação da população, - Saber "empírico" da arte do mobiliário, Capacidade de adaptação	- Baixa qualificação de um nicho da população e enquanto recursos humanos	- Desemprego	- Criação do seu próprio emprego, - Formação em áreas distintas da sua prévia qualificação

Quadro 49 – Análise SWOT do FCD – Competitividade e atividade económica

		Impactes positivos	Impactes negativos	Recomendações
Paredes Concelho Sustentável e Atrativo	Promover a imagem do Concelho como um todo	Impactes significativos em virtude do aumento da visibilidade das empresas e da população	Não existem impactes negativos	Dirigir campanhas demonstrando a qualidade dos produtos e na dinâmica da população
	Programação da ocupação urbana	Impacte significativo derivado de uma política assente na qualidade	Não existem impactes negativos	Programação em função da rentabilização do existente, designadamente infraestruturas, equipamentos e serviços
	Definição da estrutura ecológica urbana e municipal	Impacte significativo pelo aumento das áreas verdes com potencial de utilização pela população, induzindo um aumento da qualidade de vida e na forma de estar da população	Não existem impactes negativos	Fomentar a biodiversidade e potenciar os valores em presença através de ações de sensibilização
	Contenção da dispersão	Impacte significativo atento à menor necessidade de deslocação	Não existem impactes negativos	Deverá difundir-se junto da população da necessidade de contenção e das suas vantagens
	Reforçar a identidade dos núcleos urbanos periféricos	Impacte significativo ao nível da competitividade do território e na dimensão humana pela maior qualidade no solo urbano	Não existem impactes negativos	Deverá priorizar-se o fomento da contenção e consolidação dos espaços urbanos existentes

	Definição da estrutura viária	Impacte significativo ao nível da competitividade territorial e da dinâmica empresarial atendendo à maior facilidade nas acessibilidades e mobilidade	Não existem impactes negativos	Sem recomendações
	Consolidação da rede de equipamentos	Impacte significativo ao nível da dimensão humana	Não existem impactes negativos	Elaboração de carta temática no sentido de serem apuradas as necessidades
	Promover a qualidade de vida	Impacte significativo ao nível da dimensão humana	Não existem impactes negativos	Deverá ser monitorizado o grau de satisfação e de bem-estar da população Monitorização da qualidade e nível de vida da população provocado pelo surgimento de novas atividades empresariais
	Promover a qualidade do ambiente	Ao aumentar a qualidade do ambiente induz um incremento na competitividade do território, pelo que se prevê um impacte positivo	Não existem impactes negativos	Desenvolver ações de sensibilização e de formação ambiental junto da população e da comunidade escolar
	Potenciar o Concelho	Impacte significativo pois ao reconhecer como a formação como elemento limitador e em consequência a aposta na formação	Não existem impactes negativos	Incrementar e fomentar a formação de adultos

Paredes Concelho Empresarial	Potenciar a atração de empresas no Concelho	Impacte significativo pelo aumento de emprego e pela atração de novas empresas	Não existem impactes negativos	Desenvolver campanhas-chave de marketing territorial Monitorização do contributo das atividades empresariais para o aumento da oferta do emprego Monitorização dos efeitos negativos para o ambiente decorrentes da instalação de atividades ou unidades industriais
	Dotar o Concelho de áreas de localização empresarial/industrial	Impacte significativo ao nível das empresas pois além de deterem um espaço mais apropriado, aumentam a sua visibilidade e perspetiva-se também um impacte significativo pelo aumento ao nível do emprego	Não existem impactes negativos	Difundir a excelência das áreas de localização empresarial/industrial Monitorização do contributo das atividades empresariais para o aumento da oferta do emprego Monitorização dos efeitos negativos para o ambiente decorrentes da instalação de atividades ou unidades industriais

	Estimular a relocalização de empresas no espaço industrial	A localização de empresas em local mais consentâneo com a sua atividade adquire um impacto significativo a nível da sua imagem e na sua projeção do mercado	Não existem impactes negativos	As instalações industriais devolutas devem ser alvo de ações conducentes a uma correta integração paisagística com a envolvente, evitando a sua degradação física e visual Monitorização dos efeitos negativos para o ambiente decorrentes da instalação de atividades ou unidades industriais
	Fomentar o investimento turístico	Impacte significativo ao nível do aumento de emprego e na economia local	Não existem impactes negativos	Desenvolver campanhas de marketing territorial Integrar em rotas temáticas os valores naturais e o património Criar percursos pedestres
	Fomentar/Reforçar a visibilidade internacional	Impacte significativo ao nível empresarial na divulgação dos seu produtos e na captação de novas empresas e investimento	Não existem impactes negativos	Promover ações de marketing territorial
	Promover e estimular condições de proximidade entre diversos atores	Impacto positivo ao nível das empresas, ao nível da qualificação dos produtos, na exportação	Não existem impactes negativos	Deverá ser promovida e dinamizada a aproximação entre diferentes agentes/atores, incluindo a criação de parcerias

	Promover o desenvolvimento e tecnologia	Impacte significativo ao nível das empresas	Não existem impactes negativos	Estimular parcerias com entidades científicas e tecnológicas
	Consolidar as áreas empresariais e promover o seu desenvolvimento	Impacte significativo na visibilidade das empresas e no melhoramento das condições	Não existem impactes negativos	Controlo e operacionalização das normas regulamentares Difundir a excelência das áreas de localização empresarial/industrial Monitorização do contributo das atividades empresariais para o aumento da oferta do emprego Monitorização dos efeitos negativos para o ambiente decorrentes da instalação de atividades ou unidades industriais
Paredes Concelho Competitivo	Reforçar a cooperação e potenciar políticas de complementaridade	Impacte significativo ao nível da dinamização empresarial	Não existem impactes negativos	Deverá ser promovida a criação de sinergias e de redes
	Reforçar e valorizar os valores patrimoniais	Impacte significativo devido à valorização e preservação do património, e este, enquanto elemento identitário de Paredes é elemento essencial na competitividade do território	Não existem impactes negativos	Incluir o Património como ponto-chave na competitividade

	Consolidar o posicionamento em Redes Internacionais	Impacte significativo ao nível da promoção das potencialidades existentes no concelho e a nível de produtos e de laços empresariais	Não existem impactes negativos	Deverá ser promovida e motivada o estreitar de laços e fomentar parcerias institucionais, empresariais e particulares
	Promover a competitividade	Impacte significativo ao nível da população e das empresas	Não existem impactes negativos	Promover a competitividade ao nível da população em geral e em particular ao nível da população escolar por forma a criar uma politica de competitividade
	Promover e estimular a educação e formação	Impacte significativo ao nível da formação da população, na diminuição do abandono escolar, na sua capacitação enquanto recursos humano, das atividades económicas atento à maior eficácia dos recursos humanos	Não existem impactes negativos	O Concelho deverá continuara apostar nas politicas ao nível da formação e na educação e nas parcerias existentes
	Valorizar a inovação, investigação, conhecimento e tecnologia	Impacte significativo em virtude de melhorar a produtividade	Não existem impactes negativos	Deverá apostar-se na sensibilização e na motivação dos empresários

Quadro 50 – Avaliação estratégica do FCD - Competitividade e atividade económica

QRE	Objetivos Globais	Efeitos da aplicação do PDM
ENDS	Crescimento Sustentado, Competitividade à escala Global, preparar para a "Sociedade do Conhecimento", Melhor Conectividade Internacionalização e Valorização Equilibrada do Território	O plano define opções estratégicas de intervenção para o incremento de infraestruturas, equipamentos e serviços, garantindo a universalidade da população no acesso a bens e serviços fundamentais bem como a conectividade
QREN	Promoção de operações para a excelência urbana e de redes para a competitividade e inovação	As estratégicas de intervenção propostas promovem a integração do concelho na região, nomeadamente ao nível da rede viária e da articulação com os centros urbanos e territórios envolventes e estabelecimento de equipamentos e serviços fundamentais e da criação de condições para a fixação de iniciativas e investimentos turísticos.
PNPOT	Reforçar a competitividade territorial e a sua integração nos espaços ibéricos, europeu e global	Na qualificação do solo foram definidas diferentes classes para o solo urbano e o solo rural, de acordo com a aptidão natural do solo e usos dominantes. Para estas classes são propostos usos preferenciais e atividades complementares de proteção e valorização económica e ambiental.
PROT	A valorização da posição geoestratégica da região, valorização das especificidades territoriais dos espaços sub-regionais e criação de complementaridades com vista ao reforço conjunto da competitividade e coesão regionais	Na revisão do plano são previstas opções estratégicas de reestruturação e requalificação dos perímetros urbanos contendo e disciplinando a expansão urbana e edificação dispersa. A proposta contempla a integração do concelho na rede viária nacional e a articulação com os centros urbanos e os territórios envolventes. Na qualificação do solo urbano foi definida a classe de espaço de atividades económicas - área industrial.

PNUEA	Criar uma consciência nacional, nos cidadãos em geral e em particular nos gestores dos sistemas de abastecimento de água, para o uso eficiente da água	A proposta do Plano tem implícita a importância que se atribuiu ao recurso água, nas suas diversas vertentes.
PNB Douro	Gestão da procura, abastecimento de água às populações e atividades económicas	Os sistemas ecológicos, leitos dos cursos de água e respetivas margens, albufeiras, captações subterrâneas, áreas inundáveis, mais importantes para a sustentabilidade dos recursos hídricos foram integrados no DH que condiciona ações e atividades que destruam as potencialidades deste recurso.
PENT	Facilitar a interação das empresas com o Estado, promover a difusão do conhecimento, estimular a investigação e o desenvolvimento e a adoção de práticas inovadoras pelas empresas, incentivar a modernização empresarial	Á educação é um ponto assumido como muito importante no desenvolvimento da proposta, bem como o estímulo às atividades turísticas e a diversificação das atividades.

Quadro 51– Identificação dos Efeitos para o para o FC Competitividade e Atividade Económica

4.4 QUALIDADE AMBIENTAL

Considerar as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas da Revisão do PDM de Paredes na dimensão das condições e da qualidade de vida da população, incluindo os aspetos relacionados com os níveis de cobertura e a eficiência das redes de saneamento básico e resíduos, a qualidade do ar, o ruído e os riscos naturais e tecnológicos.

4.4.1 SITUAÇÃO ATUAL

SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 61.º do Contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Sistemas de Abastecimento de Água para Consumo Público e de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes do Concelho de Paredes, a AP – Águas de Paredes, S A. apresenta o Relatório de 2008.

O início do período de funcionamento normal da Concessão ocorreu em 01 de Junho de 2001 e o contrato tem a duração de 35 anos.

Em Julho de 2008 foi anunciado o aditamento ao contrato de concessão entre a Câmara Municipal de Paredes e a AP – Águas de Paredes S.A..

O documento que compõe o aditamento mereceu o acordo prévio do Instituto Regulador de Águas e Resíduos (IRAR).

Apesar do contrato englobar a totalidade do Município, dando um prazo até 1 de Janeiro de 2012 para o município "entregar" os subsistemas à concessionária (situação que se arrasta desde o inicio da concessão) existem vários subsistemas já existentes e que continuam a perdurar ao longo destes anos.

Do subsistemas existentes a totalidade apenas efetua abastecimento de água e não saneamento a não ser a Cooperativa "O Ninho" que detém um sistema de fossa coletiva mas que não está licenciada.

Os clientes afetos a estes subsistemas são, aproximadamente, 7.145.

A taxa de cobertura do serviço de água em 2008 é de 72%, estando o serviço disponível a 55.048 habitantes.

O saneamento no concelho de Paredes está mais atrasado no que concerne ao seu tratamento visto a solução intermunicipal apenas ter sido resolvida em 2009 e avançará apenas em 2010 através da empresa SIMDOURO.

O Município tem tentado resolver situações pontuais com a instalação de mini-etar de modo a cobrir algumas zonas do concelho com mais população.

O concelho de Paredes tem duas bacias de tratamento de águas residuais: Sousa e Ferreira. As águas residuais do Ferreira são encaminhadas para tratamento para a Etar de Campo enquanto a do Sousa, neste momento vão para a Etar de Paredes/Penafiel. Para solucionar casos desta bacia foram instaladas 3 mini-etares nomeadamente a de. Baltar, Besteiros e Chãos (Bitarães).

A taxa de cobertura do serviço de saneamento em 2008 é de 53%, estando o serviço disponível a 49.361 habitantes.

Os valores obtidos são resultado da articulação dos dados provenientes dos Censos 2001.

A taxa de cobertura do serviço de saneamento em 2008 é de 54%, estando o serviço disponível a 49.629 habitantes.

Os valores obtidos são resultado da articulação dos dados provenientes dos Censos 2001.

A AP – Águas de Paredes, S.A., como entidade parceira da Câmara Municipal de Paredes devido à ausência de solução de Tratamento de Águas Residuais em "Alta", assegura, por conta da Câmara Municipal de Paredes, a exploração, manutenção e conservação da ETAR de Paredes/Penafiel, desde o início da concessão, da ETAR de Baltar desde Dezembro de 2005 e da ETAR de Besteiros, desde Dezembro de 2007.

As mini-etar do Parque Empresarial de Baltar/Parada e de Chãos – Bitarães, encontram-se em fase de término de construção, pelo que, brevemente, o seu funcionamento será também assegurado pela Águas de Paredes.

A mini-Etar do Parque Empresarial de Baltar/Parada é um equipamento privado que existe para servir o Parque Empresarial e que é mantido pelo Município através de protocolo entre este e a Paredes Industrial.

Constata-se que um dos problemas está com as adesões por parte da população aos sistemas que têm disponíveis, visto terem grande parte captações de água e fossas sépticas, assim como dos consumos 0m3 durante longos períodos desequilibrando as finanças e qualquer sistema. Esta questão tem vindo a ser analisada a nível nacional de modo a ser encontrado um sistema que defenda ambos os interlocutores, consumidores e entidades concessionárias.

RESÍDUOS

A recolha de resíduos sólidos urbanos, tanto dos resíduos indiferenciados como da recolha seletiva, é assegurada pela Câmara Municipal de Paredes e cobre a totalidade do município. O município tem desenvolvido vários esforços no sentido de melhorar os serviços de acessibilidade aos sistemas de recolha seletiva.

Reflexo direto destas medidas, e da sensibilização para esta problemática, registou-se um aumento significativo dos valores de tonelagem dos resíduos separados, como se pode constatar pelos Gráficos seguinte.

Paredes, é o Concelho que apresenta maior quantidade de Resíduos separados entregues à Ambisousa.

A Ambisousa – Empresa Intermunicipal de Tratamento e Gestão de Resíduos Sólidos, EIM trata os Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) de toda a população do Vale do Sousa. Explora os dois aterros sanitários para onde são encaminhados os resíduos sólidos urbanos produzidos e envia para reciclagem através da Sociedade Ponto Verde, após triagem realizada em três unidades, o resultado da recolha seletiva de toda a sua população.

A Ambisousa cobre a área geográfica do Vale do Sousa e serve um conjunto de seis municípios: Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel.

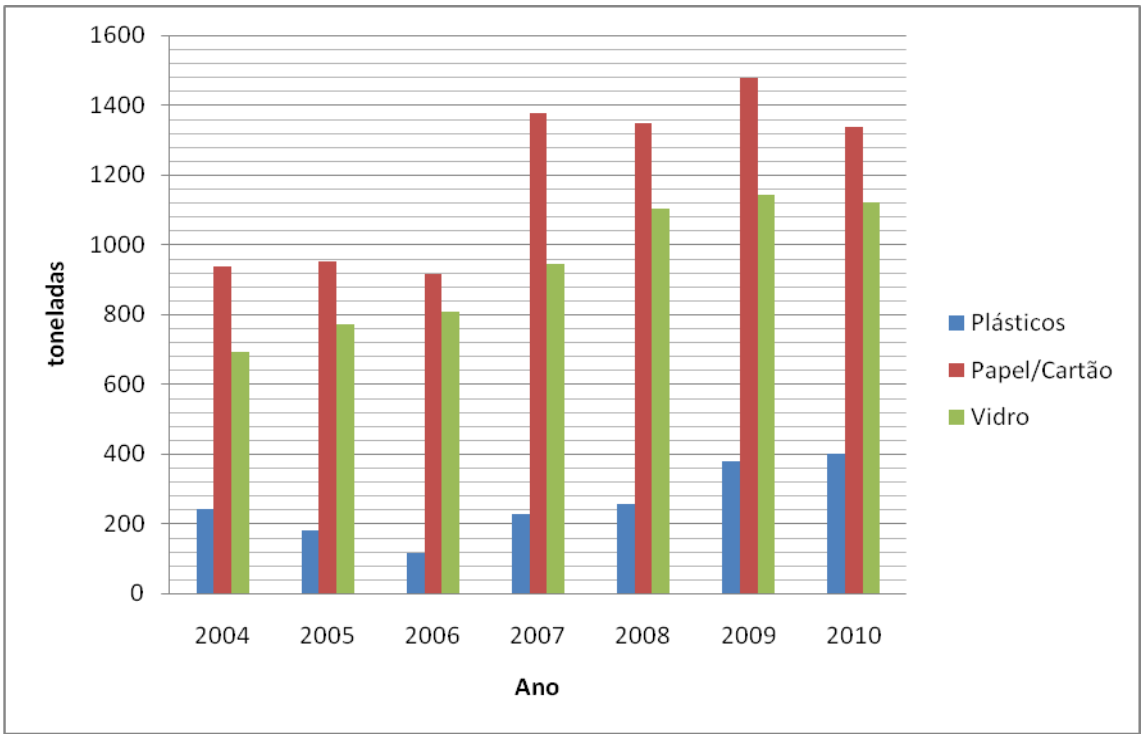

Gráfico 17 – Recicláveis entregue à Ambisousa pelo Município de Paredes

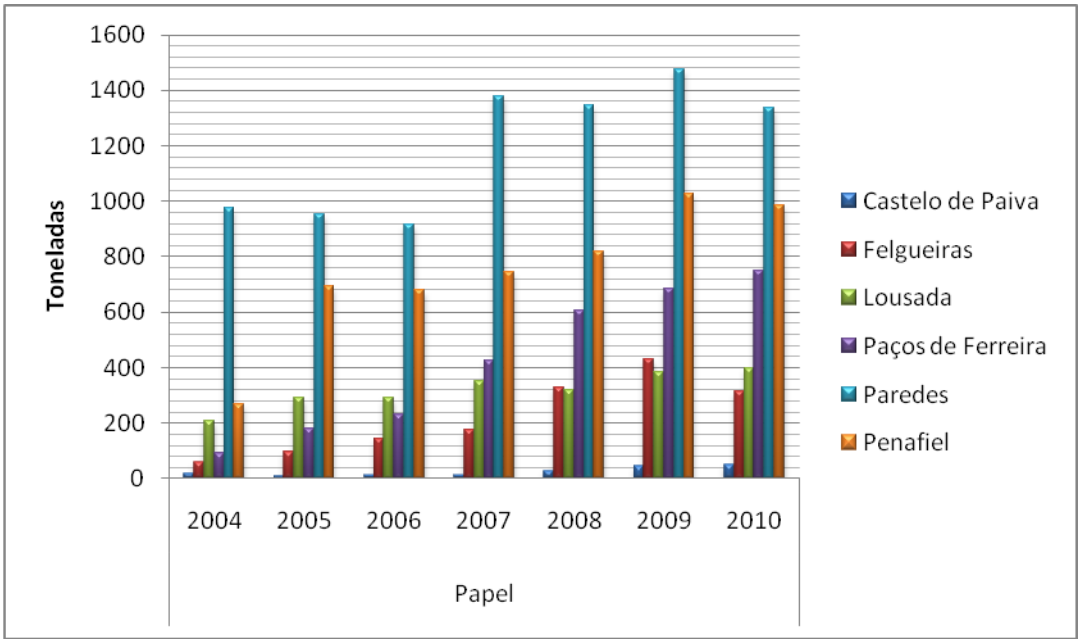

Gráfico 18 – Papel entregue pelos Municípios do Vale do Sousa

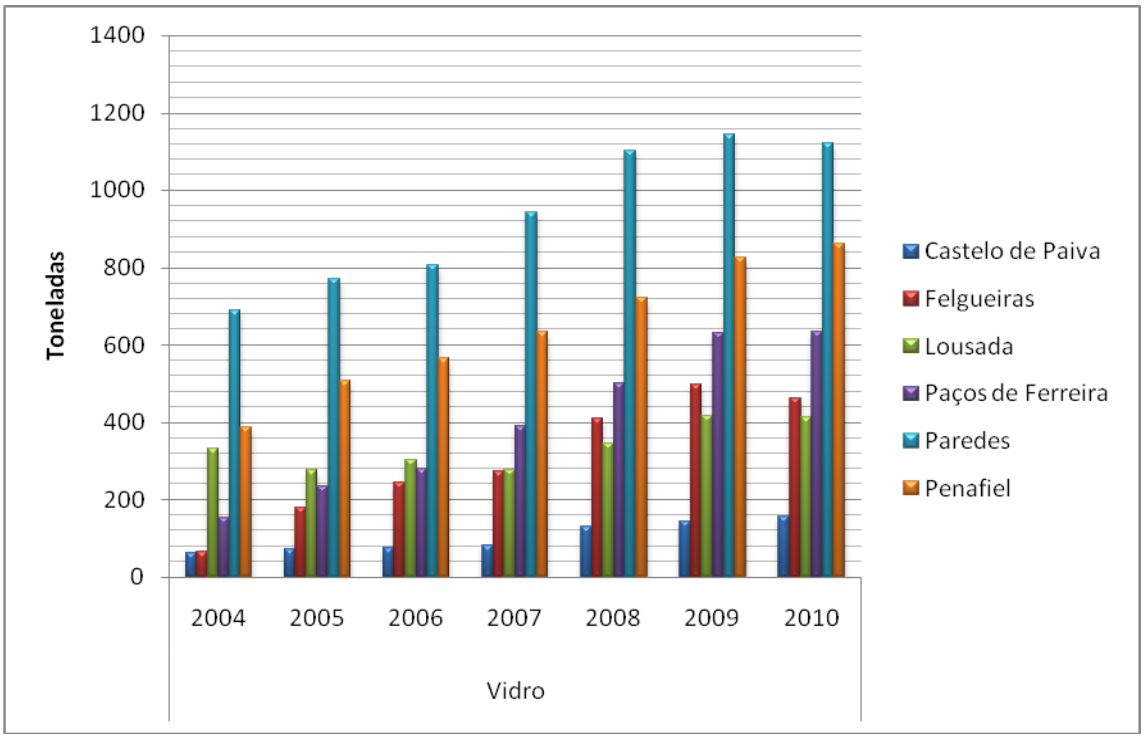

Gráfico 19 – Vidro entregue pelos Municípios do Vale do Sousa

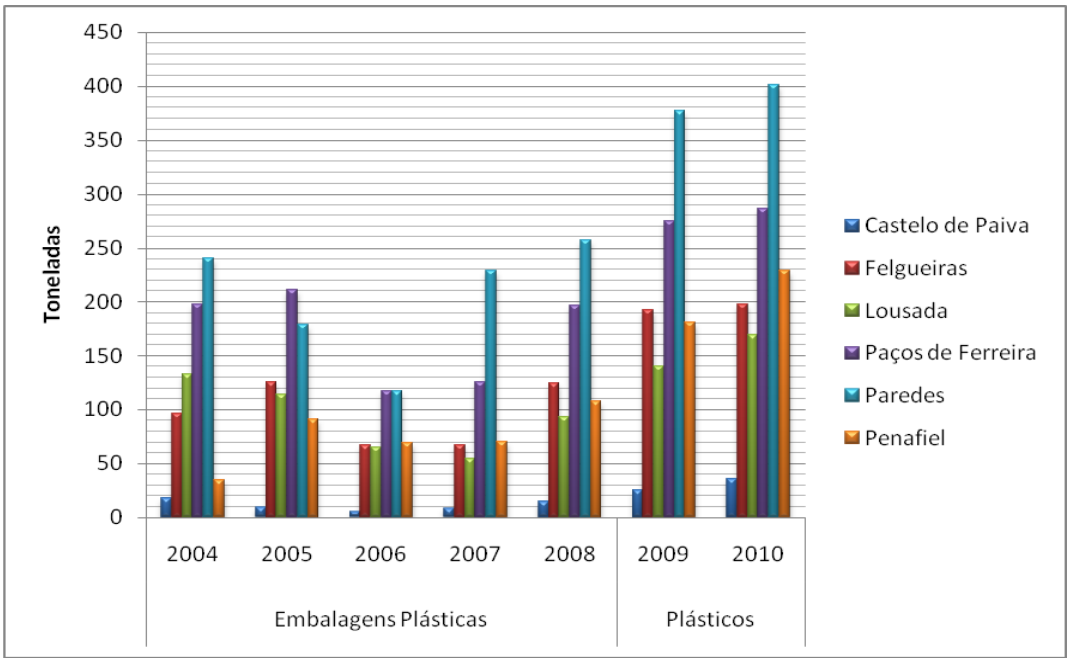

Gráfico 20 – Plástico entregue pelos Municípios do Vale do Sousa

No que diz respeito aos resíduos indiferenciados, podemos verificar pelo quadro abaixo, que a capitação relativa a Paredes tem vindo a aumentar ligeiramente, detendo a 2ª posição face aos restantes Municípios do Vale do Sousa.

	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Castelo de Paiva	0,76	0,77	0,8	0,79	0,78	0,78
Felgueiras	1	0,98	1,02	1	1	1,02
Lousada	0,92	0,93	1	1,03	1,04	1,06
Paços de Ferreira	1,23	1,19	1,22	1,2	1,19	1,21
Paredes	0,97	0,99	1,05	1,07	1,08	1,09
Penafiel	0,92	0,92	0,95	0,97	0,99	0,99

Quadro 52- Capitação (Kg/hab/dia) dos Municípios do Vale do Sousa de RSU

QUALIDADE DO AR

A atmosfera terrestre, é vital para a existência de vida no nosso planeta, atendendo às suas funções, nomeadamente absorver parte da radiação ultravioleta que é nociva, quando em excesso para os seres vivos, proteção de elementos

A modificação da atmosfera resulta do aumento de gases poluentes e/ou partículas sólidas na atmosfera provenientes de unidades industriais, da combustão incompleta de gasolinas e diesel, dos resíduos da combustão das unidades residenciais, entre outros. Esta alteração tem como consequências imediatas a diminuição da luz natural, o incremento do número de núcleos de condensação e a modificação do balanço térmico das áreas urbanas.

As medições à qualidade do ar registadas para a aglomeração do Vale do Sousa, demonstram um índice da qualidade do ar com maior predominância para o bom, conforme quadros referentes ao histórico anual de 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008, no entanto ainda persistem dias com má qualidade do ar no período compreendido entre 2004 e 2007 e fraco entre 2004 e 2007,

contudo começa a existir dias com índice de qualidade do ar muito bom, com especial relevo para 2008.

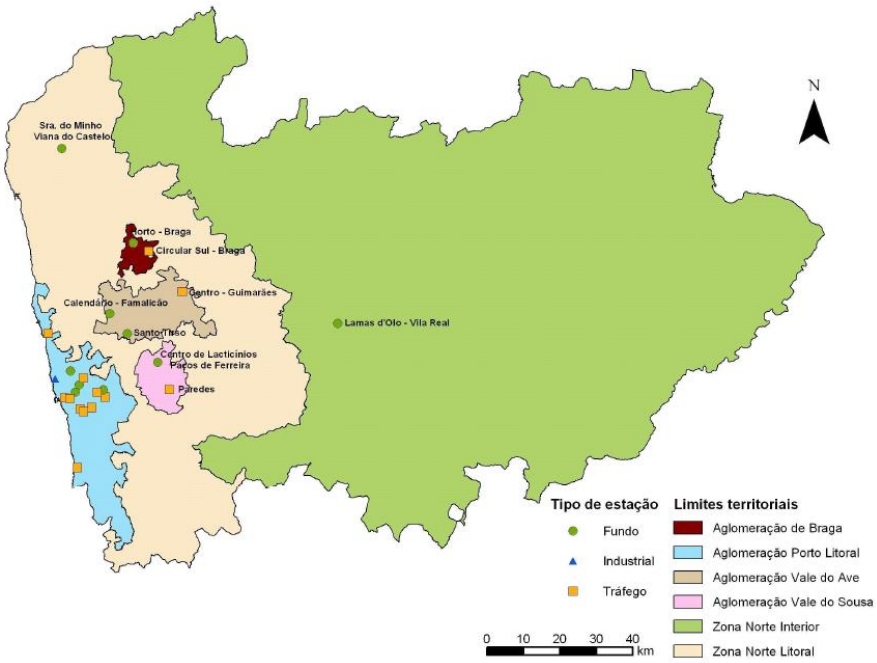

Figura 27 - Representação das Zonas e Aglomerações da Região Norte e localização das estações de monitorização

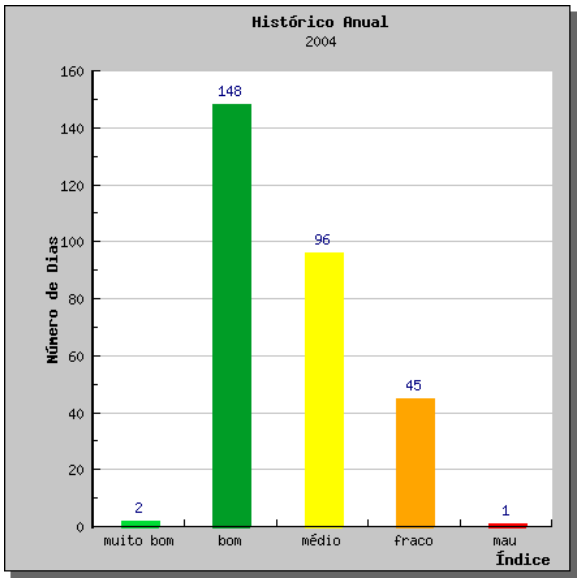

Gráfico 21– Índice da qualidade do ar referente ao ano 2004

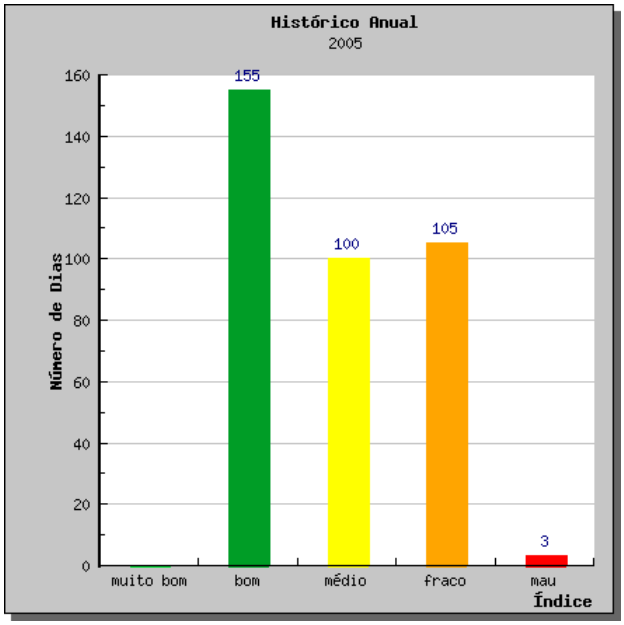

Gráfico 22– Índice da qualidade do ar referente ao ano 2005

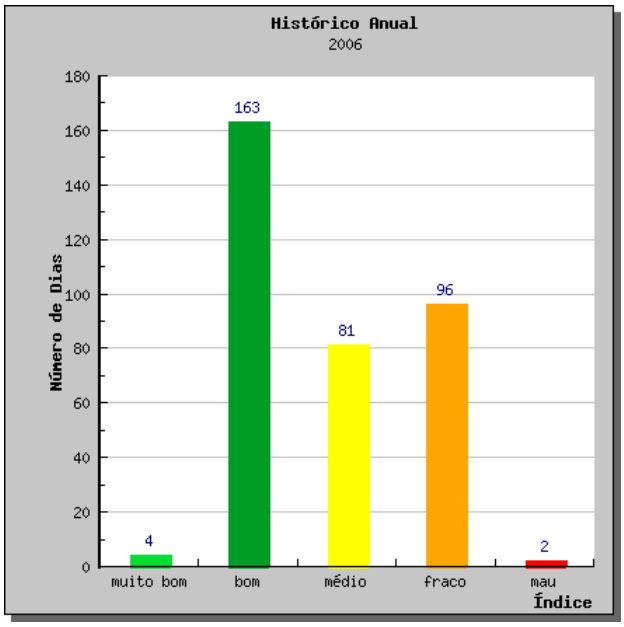

Gráfico 23 – Índice da qualidade do ar referente ao ano 2006

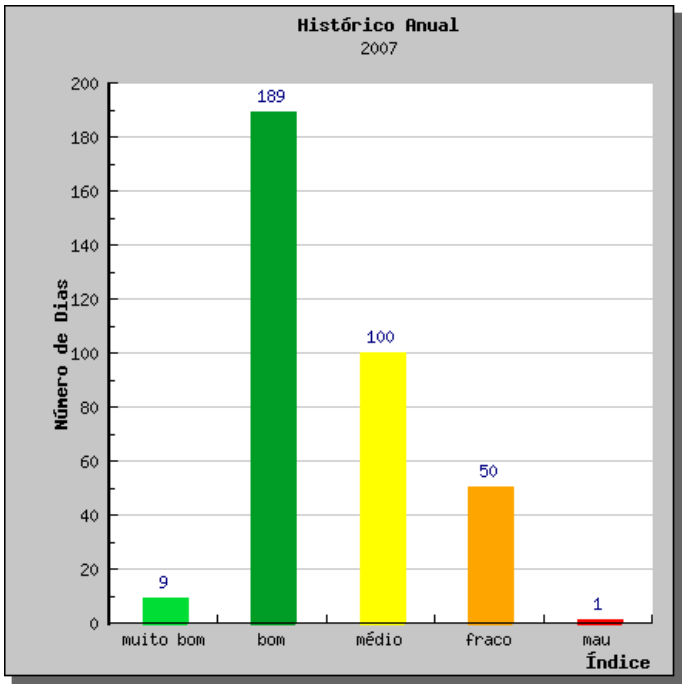

Gráfico 24– Índice da qualidade do ar referente ao ano 2007

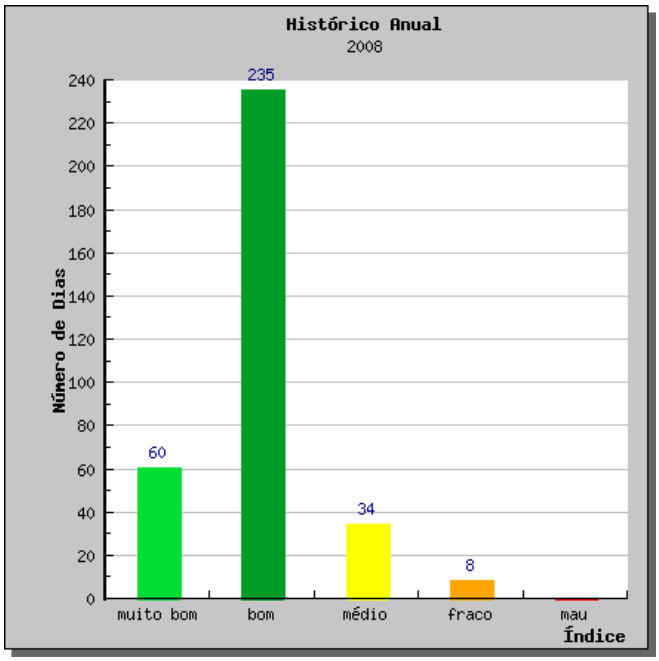

Gráfico 25– Índice da qualidade do ar referente ao ano 2008

RUÍDO

A elaboração do Mapa de Ruído permitiu identificar no concelho as zonas sujeitas a maiores níveis de ruído.

O relatório de elaboração do mapa de ruído definiu como principais fontes de ruído no concelho, as vias rodoviárias e as indústrias existentes.

A atual legislação relativa ao Ruído explicita dois diferentes indicadores de ruído ambiente. O Lden que corresponde ao indicador de ruído diurno-entardecer-nocturno, expresso em dB(A), associado ao incomodo global e o Ln que corresponde ao indicador de ruído noturno, caracterizado pelo nível sonoro médio de longa duração, determinado durante uma série de períodos noturnos representativos de um ano.

O Regulamento Geral do Ruído (RGR) aprovado pelo Decreto-Lei 9/2007 de 17 de Janeiro determina que as zonas mistas não devem estar sujeitas a um valor do indicador Lden superior a 65 dB (A) nem a um valor do indicador Ln superior 55 dB (A). Para as zonas sensíveis, o valor máximo do indicador Lden deverá ser de 55 dB (A) e o valor máximo do indicador Ln deverá ser 45 dB (A).

Tendo por base a atualização do Mapa de Ruído, é possível extrair os seguintes dados considerados pertinentes.

Classes de níveis sonoros do Indicador	Ano 20010	Ano 2020	Variação	Ano 2010	Ano 2020	Variação
	74	73	-2	21	24	3
	21	22	1	5	5	0
	4	5	1			

Quadro 53- Estimativas (em %) de população exposta a diferentes intervalos de níveis sonoros, para os indicadores de ruído *Lden* e *Ln*, nos dois cenários estudadas. *Lden*

O tráfego rodoviário constitui indiscutivelmente a fonte ruidosa mais relevante do Concelho da Paredes. As principais fontes ruidosas do concelho são as vias estruturantes que servem e atravessam o concelho e que apresentam volumes de tráfego significativos, ressaltando, desde logo e como seria de prever, as autoestradas A4 e A42 como as fontes que determinam as maiores manchas de níveis sonoros elevados Segue-se, em termos de magnitude de influência ruidosa, a EN 15. Num nível de menor importância, mas ainda com níveis de tráfego (e emissões ruidosas) significativos, temos as vias EN106-2, EN209, EN319, EM598, EM600, EM600-1 e a EM602.

No que diz respeito ao ruído industrial, verifica-se que o impacto é localizado e de menor relevância comparativamente ao tráfego rodoviário.

RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS

Com base em dados da Autoridade Nacional da Proteção Civil e do Instituto Nacional de Estatística é possível constatar a existência de inúmeras ocorrências ao nível de incêndios industriais, habitação, equipamentos, acidentes com transportes.

	Tipo de acidente de viação com vítimas		
	Total de acidentes (Nº)	Acidentes com feridos (Nº)	Acidentes com mortos (Nº)
2007	295	290	5
2008	243	241	2
2009	240	233	7

Quadro 54– Tipo de acidente com vitimas

O nível da segurança e com base no gráfico anexo verifica-se que tem aumentado a criminalidade pelos vários tipos de crime.

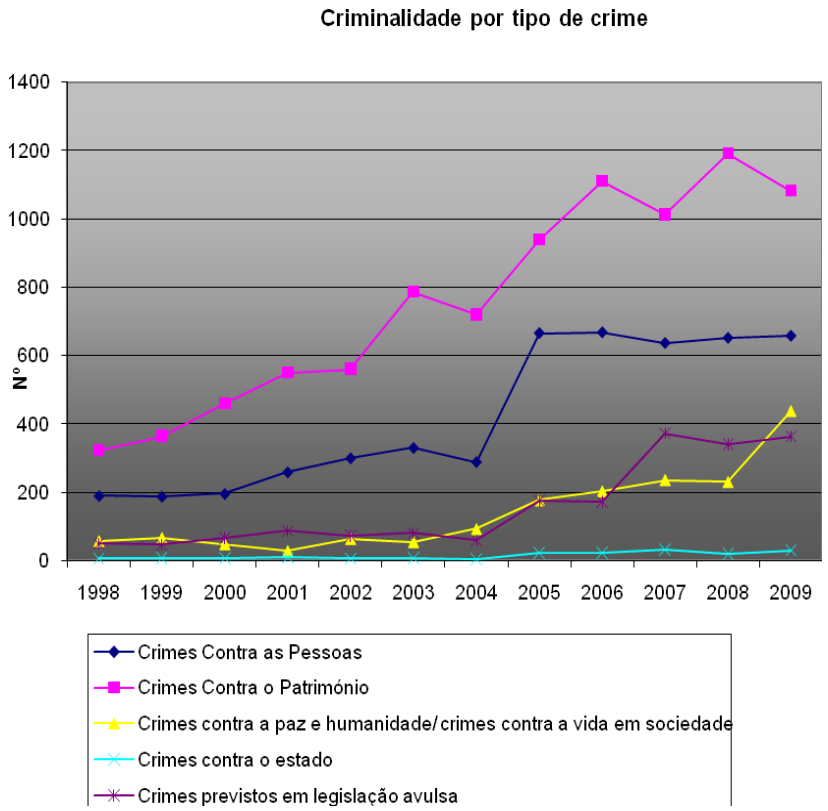

Gráfico 26– Criminalidade por tipo de Crime

Segundo o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, o Concelho de Paredes situa-se na Região do Norte caracterizado por muitas ocorrências e por muita área ardida, definido neste cenário com o código T4.

De acordo com o PMDFCI aprovado, têm vindo a ser tomadas medidas ao nível da criação FRC tendo em conta a implementação de ações de silvicultura preventiva e aplicação do Decreto-Lei 124/2006, republicado pelo Decreto-lei n.º 17/2009 de 14 de Janeiro, conforme a calendarização prevista no PMDFCI.

Foi criado um Regulamento Municipal respeitante às atividades ligadas ao uso do fogo, que veio organizar e definir regras e também responsabilizar os utentes quando utilizam o fogo.

A carta de perigosidade obtida, elaborado pelo Gabinete Técnico Florestal do Município, foi englobada no PMDFCI, ilustrando as zonas de perigosidade de ocorrência de incêndios florestais.

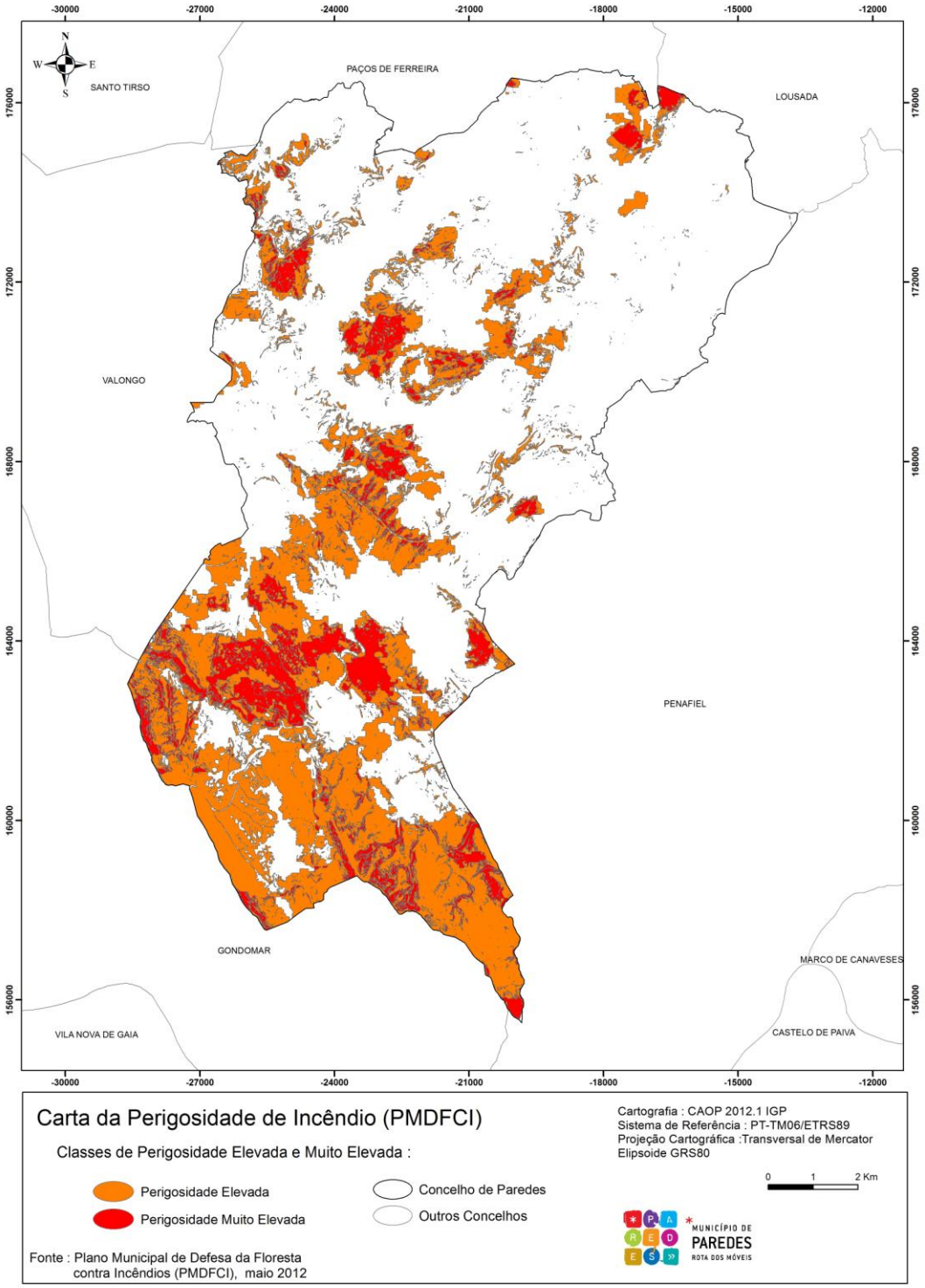

Figura 28– Carta de Perigosidade

De acordo com a cartografia das áreas ardidas disponibilizadas no sítio da AFN (Autoridade Florestal Nacional), relativa às Áreas Ardidas no Município de Paredes, para o período compreendido entre 2001 e 2009 é possível concluir que desde o ano 2000 a área ardida no Município de Paredes cifra-se em 6 942.9 hectares, distribuídos na razão expressa na Tabela.

Área Ardida no concelho de Paredes		
Ano	Área	
	M^2	Ha
2000	2512818,5	251,28
2001	3493281,3	349,33
2002	2501856,0	250,19
2003	7322100,7	732,21
2004	556348,6	55,63
2005	34831664,1	3483,17
2006	9274872,1	927,49
2007	8936384,7	893,64
2008	0,0	0,00
2009	0,0	0,00
∑	**69429326,0**	**6942,93**

Quadro 55- Área Ardida no Município de Paredes

4.4.2 TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO SEM PLANO

SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA

O PDM em vigor, no seu nº 2 do artigo 48º estabelece a preocupação com o abastecimento e qualidade de água pois diz que "Compete à Câmara Municipal de Paredes, por intermédio dos seus serviços municipalizados, controlar a qualidade da água dos sistemas de abastecimento público, para consumo humano e dos sistemas municipais de águas residuais."

O saneamento e abastecimento de água é das questões que a situação se manterá no rumo estabelecido, isto é, considerando que o concelho não se encontra todo coberto com a rede de saneamento e de abastecimento, e atendendo à calendarização e investimentos previstos na instalação das referidas redes para que o concelho seja dotado de saneamento e de abastecimento de água a nível geral. No entanto é expetável alguma relutância na adesão por parte da população.

RESÍDUOS

Ao nível de resíduos, verifica-se o empenho do município no alcance de uma qualidade superior, pelo que é demonstrado pelos resultados obtidos ao nível da reciclagem, fruto da sensibilidade que a população adquiriu para esta temática.

Apesar do PDM em vigor não contemplar esta temática exceto quando menciona no seu artigo 24 que "as unidades industriais que, devido à sua atividade, produzam resíduos sólidos ou líquidos devem fazer o seu tratamento, não podendo estes ser lançados para a via pública ou para as linhas de água ou, ainda, para terrenos pertencentes à Reserva Agrícola Naciona.", prevê-se uma evolução positiva a este nível com a manutenção do plano em vigor.

QUALIDADE DO AR

A qualidade do ar, e aqui importa averiguar principalmente ao nível das áreas urbanas uma vez que aí existe uma maior concentração da população e nas áreas rurais existe uma maior depuração do ar em virtude da vegetação existente, está dependente do trafego automóvel e da potencial emissão de poluição derivada de fábricas, pelo que com a manutenção da situação do PDM em vigor, ou a ausência de infraestruturas viárias que permitam "retirar o trafego do interior das áreas urbanas.

Realça-se que a legislação relativa às unidades industriais veio impor um reforço no cumprimento das emissões. Mais se informa que Câmara Municipal de Paredes efetuou ações, ao nível de frota no sentido de minimizar as emissões.

Contudo, prevê-se a situação atual embora com oscilação pequenas em função da conjuntura atual.

RUÍDO

Atentos a que o nível do ruído no concelho é reflexo do tráfego e da indústria, prevê-se que a tendência seja a manutenção da situação atual, com pequenas oscilações reflexo da conjuntura atual, uma vez que as dificuldades económicas sentidas induzem a uma diminuição da utilização do automóvel e por vezes ao encerramento de fábricas.

RISCOS NATURAIS E TECNOLÓGICOS

As ações derivadas do plano municipal de defesa da floresta contra incêndios e da legislação em vigor permite-se prever uma evolução positiva no que concerne ao risco de incêndio florestal. No entanto sem plano estas medidas permaneceriam setoriais, não indo para além de ações preventivas, pelo que seria previsível a manutenção do número de incêndios e área ardida.

Relativamente aos riscos tecnológicos é previsível a manutenção da situação atual devido à continuidade das características atuais das indústrias e habitação. Pese embora a nova legislação relativa à segurança contra incêndios.

No que concerne a cheias e enxurradas prevê-se a manutenção atual, derivado da fraca manutenção das linhas de água e da impermeabilização do solo em meio urbano.

A criminalidade, e tendo em conta a conjuntura a que se assiste é previsível o seu ligeiro aumento.

4.4.3 AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA DE IMPACTES

A Revisão do PDM Paredes concedeu particular atenção aos espaços florestais, e em particulares ao risco de incêndio florestal, a carta de risco de incêndio e a carta das áreas ardidas foi um instrumento considerado no desenvolvimento da carta de ordenamento.

Considera-se espaço florestal os que “correspondem aos terrenos ocupados por povoamentos florestais, matos, incultos e pastagens ou outras formações vegetais espontâneas, áreas ardidas de povoamentos florestais, áreas de corte raso e terrenos improdutivos nos termos da legislação em vigor”

Salienta-se a preocupação com a gestão dos espaços florestais atente-se ao artigo 63º, 64º, 65º, 66º e 67 ,e, uma vez que no seu nº 4 do ponto 2, do art.62, menciona que "Não é autorizada a instalação de novas explorações de espécies exóticas" assim como refere (nº 6 do ponto 2 do art. 62º) que "As ações a promover devem, cumulativamente:

a) Obedecer às normas de intervenção e modelos de silvicultura por função de proteção deinidos no PROF.

b) Acautelar a preservação dos núcleos de vegetação natural existentes constituídos por espécies florestais de folhosas autóctones."

Merece especial destaque no regulamento no seu artigo 56º relativo às áreas florestais percorridas por incêndio que menciona o seguinte:

1. "Nas áreas florestais percorridas por incêndio a edificabilidade, a reclassificação do solo e demais ações fica condicionada ao estabelecido na legislação aplicável e às disposições do presente plano.

2. Ficam igualmente sujeitos a este regime os terrenos afetados por incêndios ocorridos após a aprovação do presente plano"

Também o seu artigo 57º - Medidas de defesa contra incêndios, revela a preocupação com esta temática, como se pode verificar a seguir:

1. "Todas as construções, infraestruturas, equipamentos e estruturas de apoio enquadráveis no regime de construção previsto para as categorias de espaço inseridas em solo rural, terão de cumprir as Medidas de Defesa contra Incêndios Florestais, definidas no quadro legal em vigor, assim como as previstas no PMDFCI.

2. Na implantação de novas edificações em parcelas que confrontam com arruamentos, há a contabilizar no afastamento legal exigido À estrema da parcela a área do arruamento."

No que concerne ao risco "Cheias" e "Movimentos de massa em vertentes", estes foram considerados quer na elaboração da REN quer no ordenamento do território e vertidos nas peças que compõem a Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes.

Salienta-se que foram integrados os sistemas, leitos dos cursos de água, zonas ameaçadas pelas cheias, áreas com risco de erosão e escarpas, na delimitação da REN, de acordo com os critérios constantes do diploma legal que consubstancia a REN, conforme se poderá constatar no Relatório de fundamentação.

Uma das premissas que esteve no estabelecimento da estrutura espacial do ordenamento foi a minimização dos riscos naturais e tecnológicos, prevenindo e corrigindo situações críticas designadamente erosão, inundação, incêndio entre outras.

Ao nível dos riscos tecnológicos é igualmente acautelado uma vez que prevê espaços de atividades económicas, o que minimiza os efeitos colaterais do incêndio se propagar para as habitações, no caso de indústria, e atente-se que Paredes detém um elevado número de empresas da indústria do mobiliário, com matéria-prima que arde facilmente, também proporciona regras na ocupação do solo, o que poderá atenuar o risco de incêndio.

As zonas de riscos são delimitadas em mais de que uma figura de servidão ou categoria do solo, nas quais se poderá incluir, REN, espaço natural, que passam a ser alvo de restrições de utilidade pública. O regulamento estabelece disposições que deverão ser aplicadas no sentido de garantir a prevenção e minimização dos riscos a elas associadas, como se poderá constatar a título de exemplo o artigo 7º - Regime.

No que concerne ao ruído e qualidade do ar, está contemplada a inclusão de duas vias, que poderão beneficiar a qualidade do ar e a diminuição do ruído uma vez no seu traçado previsto evita os centros urbanos, designadamente:

a) Circular Rodoviária Externa à Cidade de Paredes (CRECP) que circula parte da Cidade de Paredes e visa evitar que transito pesado e de atravessamento cruze a Cidade de Paredes, permitindo ainda uma ligação mais adequada ao concelho vizinho de Penafiel, assim como ao Hospital Padre Américo e à Cidade Desportiva de Paredes.
b) Variante à EN 15, entre a Cidade de Gandra e a freguesia de Baltar e visa no essencial desviar o tráfego de atravessamento e muito particularmente o de e para a A4, dos centros urbanos, assim como permitir uma maior acessibilidade à rede nacional, no caso a A4.

	Pontos Fortes	Pontos fracos	Ameaças	Oportunidades
Saneamento e Abastecimento de água	- Integração da rede de saneamento em sistemas multimunicipais, - Aumento progressivo na rede de abastecimento e de saneamento público	- Adesão da população	- Tipo de solo - Capacidade financeira	- Dotação a nível do concelho da rede de abastecimento e saneamento de água
Resíduos	- Qualidade de recolha dos resíduos - Taxa de recolha de resíduos	- Separação de resíduos		- Rentabilização de resíduos para reciclar, - Aproveitamento para produção energética e para composto orgânico
Qualidade do Ar	- Existência de monitorização	- Falta de medidas eficazes para aumentar a qualidade do ar		- Diminuição do trânsito dentro das áreas urbanas, - Criação de espaços verdes dentro das áreas urbanas
Ruido	- Existência do mapa de ruído	- Desconhecimento da população para os efeitos do ruído	- Existência de tráfego pesado no interior de áreas urbanas	- Deslocalização do tráfego pesado para vias fora das áreas urbanas

Riscos Naturais e Tecnológicos	- Controlo normativo, - Capacidade de rápida intervenção, - Existência do plano municipal de emergência de proteção civil - Existência do plano municipal de defesa da floresta contra incêndio	- Fracas ações de sensibilização - Fraca formação da população		- Criação de um mapa de riscos eficaz, - Minimização de vulnerabilidades

Quadro 56- Análise SWOT do FCD – Qualidade Ambiental

		Impactes positivos	Impactes negativos	Recomendações
Paredes Concelho Sustentável e Atrativo	Promover a imagem do Concelho como um todo	Impactes significativos atentos a que a promoção do Concelho como um todo é um reflexo da sua qualidade ambiental	Não existem impactes negativos	Enquadramento paisagístico das infraestruturas, Concertação de áreas-tampão Controlo e operacionalização das normas regulamentares e argumento de ocupação e transformação do território definidas no modelo de ordenamento do território Promoção da Imagem Paredes
	Programação da ocupação urbana	A rentabilização da utilização das infraestruturas, equipamentos, entre outras derivada da programação da ocupação urbana prespetiva um impacte significativo Condicionamento da ocupação de zonas mais ruidosas de modo a evitar conflitos de uso	Impacto negativo derivado do aumento da concentração de pessoas e bens, pelo que pode derivar um aumento de tráfego e por conseguinte uma diminuição da qualidade do ar e aumento dos níveis de ruído, maior impermeabilização nas áreas urbanas, podendo aumentar o risco de cheias rápidas e na ocorrência de incêndio os danos poderão ser de maior magnitude, bem como em outro tipo de acidentes.	Estabelecimento de critérios para a definição de prioridades
	Definição da estrutura ecológica urbana e municipal	Impactes significativos no aumento dos espaços verdes com a possibilidade de aumento de percursos pedonais e clicáveis	Não existem impactes negativos	Fomentar a educação ambiental neste âmbito e ações que promovam a biodiversidade

	Contenção da dispersão	Contribui para a contenção das áreas confinantes com espaço florestal, contribuindo para a diminuição do nº de ignições e área ardida, contenção da área a impermeabilizar, contribuindo para o controlo do risco de cheias, a contenção da dispersão minimiza a necessidade de rede de saneamento, abastecimento, recolha de resíduos.	Impacto negativo derivado do aumento da concentração de pessoas e bens, pelo que pode derivar um aumento de tráfego e por conseguinte uma diminuição da qualidade do ar e aumento dos níveis de ruído, maior impermeabilização nas áreas urbanas, podendo aumentar o risco de cheias rápidas e na ocorrência de incêndio os danos poderão ser de maior magnitude, bem como em outro tipo de acidentes.	Deve ser promovida a requalificação e a ocupação em habitação vagas em detrimento da construção nova, evitando maior índice de impermeabilização do solo
	Reforçar a identidade dos núcleos urbanos periféricos	Impacte significativo ao dotar das infraestruturas necessárias e ao valorizar as suas potencialidades, efeito visível ao nível do bem estar da população	Não existem impactes negativos	Valorizar a estrutura ecológica urbana
	Definição da estrutura viária	Impacte significativo atendendo aos ganhos na diminuição de potencial poluição junto da população bem como a diminuição de tráfego junto de centros urbanos	Impacte negativo derivado da diminuição da qualidade do ar e aumento dos níveis de ruído nos locais das infraestruturas viárias	Sem recomendações
	Consolidação da rede de equipamentos	Impactes positivo derivado do aumento e qualidade dos equipamentos desportivos e educacionais, promovendo uma melhor qualidade de vida.	Não existem impactes negativos	Fomentar a prática desportiva
	Promover a qualidade de vida	Impactes significativos ao nível da qualificação de determinantes do ambiente.	Não existem impactes negativos	Fomentar a prática desportiva e a utilização dos parques Monitorização da qualidade e nível de vida da população e dos indicaores do ambiente.
	Promover a qualidade do ambiente	Impactes significativos ao nível geral	Não existem impactes negativos	Fomentar a adesão ao abastecimento publico e saneamento de água Monitorização dos efeitos negativos para o

				ambiente decorrentes da instalação de atividades ou unidades industriais
	Potenciar o Concelho	Impactes positivos indiretos derivados de uma maior sensibilidade para as fragilidades do território	Não existem impactes negativos	Monitorizar a qualidade de vida e do ambiente
Paredes Concelho Empresarial	Potenciar a atração de empresas no Concelho	Impactes positivos indiretos derivados de aumento de emprego e consequentemente melhor qualidade de vida e de saúde	Impacte negativo derivado da diminuição da qualidade do ar e aumento dos níveis de ruído	Fomentar a utilização em tecnologias mais limpas e com menor vulnerabilidade Monitorização do contributo das atividades empresariais para o aumento da oferta do emprego Monitorização dos efeitos negativos para o ambiente decorrentes da instalação de atividades ou unidades industriais
	Dotar o Concelho de áreas de localização empresarial/industrial	Impacte significativo atendendo aos ganhos na diminuição de potencial poluição junto da população bem como a diminuição de tráfego pesado junto de áreas vocacionadas para a habitação	Impacte negativo derivado da diminuição da qualidade do ar e aumento dos níveis de ruído	Dota-las com todas as infraestruturas necessárias ao melhor desempenho no sentido da excelência Monitorização do contributo das atividades empresariais para o aumento da oferta do emprego Monitorização dos efeitos negativos para o ambiente decorrentes da instalação de atividades ou unidades industriais
	Estimular a relocalização de empresas no espaço industrial	Impacte significativo atendendo aos ganhos na diminuição de potencial poluição junto da população bem como a diminuição de tráfego pesado junto de áreas vocacionadas para a habitação	Impacte negativo derivado da diminuição da qualidade do ar e aumento dos níveis de ruído	Fomentar a utilização em tecnologias mais limpas e com menor vulnerabilidade Monitorização dos efeitos negativos para o ambiente decorrentes da instalação de atividades ou unidades industriais
	Fomentar o investimento turístico	Impacte significativo ao beneficiar o património, os valores naturais e reconversão eventual de quintas para fins	Não existem impactes negativos	Divulgar os valores existentes no Concelho e as suas potencialidades

		turísticos		
	Fomentar/Reforçar a visibilidade internacional	A visibilidade internacional passa pela atratividade do concelho, pelo que de uma forma indireta beneficiará as questões ambientais	Não existem impactes negativos	Sem recomendações
	Promover e estimular condições de proximidade entre diversos atores	Impacte indireto positivo pela difusão de conhecimento ao nível da ecoeficiência e a sua aplicabilidade	Não existem impactes negativos	Fomentar a sustentabilidade e a ecoeficiência e o mecenato ambiental
	Promover o desenvolvimento e tecnologia	Impacto indireto significativo com a eventual aplicação de tecnologias limpas, sustentáveis e com o conceito de ciclo de vida do produto ou ecoproduto	Não existem impactes negativos	Fomentar a utilização em tecnologias mais limpas e com menor vulnerabilidade
	Consolidar as áreas empresariais e promover o seu desenvolvimento	Impacte significativo atendendo aos ganhos na diminuição de potencial poluição junto da população bem como a diminuição de tráfego pesado junto de áreas vocacionadas para a habitação	Impacte negativo derivado da diminuição da qualidade do ar e aumento dos níveis de ruído	Fomentar a utilização em tecnologias mais limpas e com menor vulnerabilidade
Paredes Concelho Competitivo	Reforçar a cooperação e potenciar políticas de complementaridade	Impacto indireto significativo com a eventual aplicação de tecnologias limpas, sustentáveis e com o conceito de ciclo de vida do produto ou ecoproduto e maximização dos recursos	Não existem impactes negativos	Fomentar a utilização em tecnologias mais limpas e com menor vulnerabilidade
	Reforçar e valorizar os valores patrimoniais	Impacto significativo na minimização de riscos associados ao património, à melhoria da sensação de bem-estar	Não existem impactes negativos	Monitorizar as ações materiais e imateriais no Património
	Consolidar o posicionamento em Redes Internacionais	Impacto indireto pela importação de conhecimento de tecnologias mais sustentáveis	Não existem impactes negativos	Sem recomendações
	Promover a competitividade	Impactes positivos indiretos derivados de	Não existem impactes negativos	Monitorizar a qualidade de vida e do

		uma maior sensibilidade para as fragilidades		ambiente Monitorização dos efeitos negativos para o ambiente decorrentes da instalação de atividades ou unidades industriais
	Promover e estimular a educação e formação	Impacte significativo ao atender a maior sensibilização para as questões ambientais	Não existem impactes negativos	Promover ações de sensibilização e formação ambiental e de saúde
	Valorizar a inovação, investigação, conhecimento e tecnologia	Impacto indireto significativo com a eventual aplicação de tecnologias limpas, sustentáveis e com o conceito de ciclo de vida do produto ou ecoproduto	Não existem impactes negativos	Fomentar a utilização em tecnologias mais limpas e com menor vulnerabilidade

Quadro 57- Avaliação Estratégica do FCD- Qualidade Ambiental

QRE	Objetivos Globais	Efeitos da aplicação do PDM
ENDS	Melhor Ambiente e Valorização do Património Natural	O plano define opções estratégicas para uma a utilização sustentável dos recursos e valores naturais, prevenindo e minimizando os riscos e os efeitos ambientais negativos no território
QREN	Valorização e qualificação ambiental	Na qualificação do solo os recursos e valores e naturais mais sensíveis sob o ponto de vista ecológico integrados na EEM.
PNPOT	Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos e prevenir e minimizar os riscos	O plano define opções estratégicas para uma a utilização sustentável dos recursos e valores naturais, prevenindo e minimizando os riscos e os efeitos ambientais negativos no território
PROT	Consolidar o sistema de proteção e valorização ambiental	O plano define opções estratégicas para uma a utilização sustentável dos recursos e valores naturais, prevenindo e minimizando os riscos e os efeitos ambientais negativos no território
PNUEA	Habilitar e capacitar os agentes responsáveis pela conceção e gestão dos sistemas de abastecimento e dos equipamentos, através da produção e disponibilização de ferramentas de informação e de suporte à decisão Eliminar os desperdícios de água e reduzir para níveis aceitáveis as perdas de água nas redes, dando prioridade às iniciativas com os sistemas de natureza pública ou coletiva e onde os potenciais de redução de volumes e custos sejam mais promissores ou tenham melhores relações custos benefícios	O Plano Diretor Municipal e os seus elementos que fazem parte é uma ferramenta de apoio à decisão

PNB Douro	Proteção das águas e controlo da poluição, proteção da Natureza, Proteção contra situações hidrológicas extremas e acidentes de poluição	Os sistemas hidrológicos mais sensíveis ao risco de inundação e à poluição foram integradas em figuração de proteção e valorização ambiental como a REN, o DH e a EEM que definem regras de ocupação do solo para minimizar os riscos naturais e a degradação da qualidade dos recursos hídricos.
PROF Tâmega	Promover a requalificação dos povoamentos florestais e inverter a degradação destes, bem como, a sua subexploração, compartimentar as áreas arborizadas contínuas e/ou mono específicas através do aproveitamento da regeneração natural de espécies autóctones	Para promover a diversificação e multifuncionalidade do espaço florestal foram consideradas na nova proposta de ordenamento duas subcategorias de espaços florestais: áreas florestais de produção e áreas florestais de produção condicionada, sendo definido a nível regulamentar para as subcategorias de espaços florestais regras de uso e ocupação do solo compatíveis com objetivos previstos no PROF Tâmega
ENCNB	Promover a utilização sustentável dos recursos biológicos	Nas áreas da EEM são integradas os valores e recursos naturais mais relevantes para a sustentabilidade do território e definidas regras de usos e ocupação do solo para a sua proteção e valorização.
PNAC	Promoção da instalação de sistemas de água quente solar, implementação da Diretiva Embalagens, implementação da Diretiva Aterros - redução dos RSU destinados aos aterros	Constituem opções estratégicas do plano a adoção de medidas no sentido da sustentabilidade, e na adoção de condutas geradoras de redução de resíduos.
PERSU II	Prevenção, Qualificação e Otimização da Gestão de Resíduos,	Constituem opções estratégicas do plano a adoção de medidas para a recolha seletiva dos RSU de forma a reduzir a deposição em aterro

Quadro 58– Identificação dos efeitos para o FC Qualidade Ambiental

5 FASES SEGUINTES

5.1 CONSULTA PUBLICA E ÀS ENTIDADES

O Relatório Ambiental e o Plano serão submetidos ao parecer das entidades, às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais, possam interessar os efeitos do PDM sobre o ambiente.

Este procedimento faculta às autoridades interessadas e ao público em geral o Relatório Ambiental final da AAE, antes da aprovação do Plano, tendo em vista a sensibilização do público para as questões ambientais, no exercício do seu direito de cidadania.

Durante esta fase de consulta pública, e seguindo os princípios da boa governança, é possibilitado um envolvimento ativo e construtivo por parte de diferentes públicos-alvo que possam vir a ser estratégicos no sucesso da implementação do Plano.

Este envolvimento assegura a recolha de observações e sugestões formuladas pelos interessados que possam de algum modo ser afetados pela aprovação do Plano ou pela concretização das propostas nele consagradas.

Durante o prazo de consulta pública todos os elementos serão facultados através dos meios e canais mais adequados para o efeito.

5.2 DECLARAÇÃO AMBIENTAL

Após aprovação do Plano de Diretor Municipal, será elaborada a Declaração Ambiental, nos termos do Artigo 10º do Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de Junho.

Nesta Declaração será identificada a forma como as considerações ambientais e o relatório ambiental foram integrados no Plano Diretor Municipal. Serão de igual forma referidas as observações apresentadas na consulta pública e pelas entidades, bem como a forma como esses contributos foram ponderados na elaboração do PDM Paredes final, justificando-se eventuais situações em que não tenham sido acolhidos.

A Declaração apresentará, ainda, as razões que fundaram a aprovação do plano e as medidas de controlo dos efeitos significativos no ambiente decorrente da aplicação do Plano.

A Declaração Ambiental, será entregue à Agência Portuguesa do Ambiente a qual a disponibilizará para consulta, na sua página de Internet.

5.3 SEGUIMENTO

Esta fase tem como objetivo dar sequência a um programa de seguimento, programa de avaliação e controlo ambiental, que deverá acompanhar o ciclo de planeamento durante o prazo de vigência do Plano e concretizar a sua aplicação. Este programa permite trabalhar as múltiplas dimensões de incerteza que caracterizam qualquer processo de decisão estratégico e assegura o contributo da AAE na integração das questões de ambiente e sustentabilidade no processo de decisão.

Nesta fase a entidade responsável pelo Plano, a Câmara Municipal de Paredes, procede ao controlo dos efeitos significativos do PP no ambiente. A avaliação das consequências ambientais da aplicação do PDM e da evolução dos objetivos de sustentabilidade definidos serão acompanhados pela aferição dos indicadores definidos no capítulo Programa de Gestão e Monitorização Ambiental, sendo os resultados divulgados pelo município, na sua página eletrónica, e enviados para a Agência Portuguesa do Ambiente, entidade que disponibilizará a informação a todos os interessados.

5.3.1 PROGRAMA DE AVALIAÇÃO E CONTROLO AMBIENTAL

A monitorização e a avaliação são fulcrais, quer do ponto de vista do desempenho ambiental associado à execução das propostas, quer dos impactes das propostas sobre o ambiente.

De facto, o artigo nº 11 do Decreto-Lei 232/2007 de 15 de Junho sublinha esta questão, quando refere que “as entidades responsáveis pela elaboração dos planos e programas avaliam e controlam os efeitos significativos no ambiente decorrentes da respetiva aplicação e execução, verificando a adoção das medidas previstas na declaração ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos.”

O objetivo desta fase é o de promover o acompanhamento sistemático de um conjunto de dinâmicas em domínios que, de um modo mais direto ou indireto, influenciam as condições

ambientais e de sustentabilidade do território. Assim, neste ponto apresentam-se os princípios gerais e abordagens recomendadas para o processo de gestão e monitorização da execução das propostas da Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes, sob o ponto de vista da sustentabilidade e do respetivo desempenho ambiental, assim como as correspondentes medidas de controlo.

A monitorização das opções estratégicas do Plano será desenvolvida, pelo município, de acordo com os indicadores definidos no quadro seguinte e tendo em conta os objetivos de, acompanhar e validar a avaliação dos efeitos negativos no ambiente identificados no decurso da avaliação ambiental do plano; avaliar se a aplicação das opções do Plano contribui eficazmente para alcançar os objetivos de sustentabilidade definidos; avaliar a eficácia das orientações propostas, com vista a minimizar eventuais efeitos negativos e potenciar os efeitos positivos; promover uma maior participação e envolvimento dos agentes com responsabilidades no processo de avaliação ambiental do plano.

Os indicadores selecionados pretendem dar uma medida da progressão em direção ao objetivo estabelecido, relativamente ao aspeto crítico em análise, sem descrever exaustivamente a situação tendencial.

A seleção de indicadores foi condicionada pela dificuldade na obtenção de informação que permita o seu cálculo, atendendo a este facto, tentou-se optar por aqueles que são facilmente mensuráveis e representativos de modo a que permitam verificar o cumprimento, ou não, dos objetivos de sustentabilidade definidos.

Alguns dos indicadores refletirão tendências que não resultam exclusivamente da implantação do plano em apreço, mas para as quais o Plano Diretor Municipal também contribui.

Durante a fase de seguimento os indicadores podem ser adaptados, considerando os resultados obtidos ou, facilidade de obter dados ou informação que à data não se encontram.

Paralelamente, será apurado pelo município anualmente, o grau de implementação relativo às recomendações emanadas com abordagem às oportunidades e ameaças identificadas.

Critérios	Descrição	Indicadores	Parâmetros	Periodicidade de recolha	Fontes de Informação
Ocupação e uso do solo	Avaliação da consolidação e da dispersão da malha urbana, da alteração do uso do solo	Área de REN utilizada por intervenção de génese legal	m2	Anual	CMP
		Área de REN utilizada por intervenção de génese ilegal	m2	Anual	CMP
		Percentagem da área afeta à RAN sujeita à agricultura	m2	Anual	CMP/DRAP Norte
		Área de RAN utilizada por intervenção de génese legal	m2	Anual	CMP
		Área de RAN utilizada por intervenção de génese ilegal	m2	Anual	CMP
		Variação do território ocupado por espaços agrícolas e florestais	m2	Anual	CMP
		Índice anual de execução das UOPG, medido pelo nº de projetos previstos com início de execução no referido ano	Nº	Anual	CMP
		Percentagem da área edificada em espaços urbanizáveis e infraestruturados	%	Anual	CMP

Coesão e gestão territorial	Avaliação da racionalização das redes de infraestruturas, das condições de alojamento, acesso e cobertura das principais redes de equipamentos e serviços públicos coletivos, da mobilidade, das dinâmicas de urbanização, da programação da expansão urbana e avaliação do estado social	Taxa de implementação da Carta Educativa	%	Anual	CMP
		Variação da cobertura da rede de apoio social	%	Anual	CMP
		Variação da cobertura dos serviços de transporte público	%	Anual	CMP
		Investimento por tipo de redes de infraestruturas	€	Anual	CMP
		Capitação de espaços verdes	m2/hab	Anual	CMP
		Equipamentos desportivos	Nº	Anual	CMP
		Espaços verdes de utilização coletiva associados à prática desportiva	Nº	Anual	CMP
		Níveis de atendimento	Nº de médicos /1000 habitantes	Anual	CMP
		Variação dos conflitos legais / agressão-violação	Nº	Anual	ANPC e GNR

Biodiversidade	Avaliação da manutenção dos ecossistemas e espécies prioritárias	Evolução da ocupação florestal		Anual	CMP e ICNF
		Nº de projetos envolvendo os ecossistemas e espécies prioritárias	Nº	Anual	CMP
		Área de manutenção dos ecossistemas e espécies prioritárias	ha	Anual	CMP
		Nº de licenciamentos em área da Rede Natura 2000	Nº	Anual	CMP
Estrutura Ecológica	Avaliação da proteção e salvaguarda dos ecossistemas e zonas de maior sensibilidade biofísica, da preservação e da valorização das componentes ecológicas, ambientais e paisagísticas do território concelhio e da promoção dos sistemas de recreio e lazer	Área da EEM, por sistema biofísico preservado/valorizado	m2	Anual	CMP
		Área da REN, por sistema biofísico preservado/valorizado	m2	Anual	CMP
		Pedidos de desafetação da REN	Nº	Anual	CMP
		Nº de Projetos de proteção, salvaguarda, preservação, valorização e promoção	Nº	Anual	CMP

Património	Avaliação da requalificação patrimonial e da promoção de atividades culturais associadas à valorização do património e a afetação de equipamentos e infraestruturas socioculturais.	Variação do património classificado ou em vias de classificação	Nº	Anual	CMP
		Estado de conservação do património classificado	Bom / Razoável / Deficiente	Anual	CMP
		Investimento em património	€	Anual	CMP
		Nº de atividades culturais associadas ao património	Nº	Anual	CMP
		Nº de requalificações patrimoniais	Nº	Anual	CMP
Competitividade e dinâmica empresarial	Avaliação das atividades económicas ao nível da diversificação, da complementaridade e modernização da base produtiva numa perspetiva de sustentabilidade	Variação do Nº e tipo das atividades económicas	Nº	Anual	CMP
		Nº de referências a nível internacional	Nº	Anual	CMP
		Variação da capacidade de alojamento turístico	Nº	Anual	CMP
		Nº de empreendimentos turísticos	Nº	Anual	CMP

Atividades industriais	Avaliação da requalificação de indústrias potencialmente causadoras de poluição	Nº de intervenções por tipo nas indústrias	Nº	Anual	CMP
		Taxa de ocupação dos espaços industriais	%	Anual	CMP
		Nº de empresas e indústrias certificadas	Nº	Anual	IPQ / APA
Dimensão humana	Avaliação da qualificação dos recursos humanos, da criação e/ou aumento do emprego e da sua qualidade.	Variação da taxa de desemprego	%	Anual	IEFP
		Variação da qualificação da população	%	Anual	INE
		Variação da qualificação dos recursos humanos	%	Anual	INE
		Variação da criação de emprego (Nº) e da sua qualificação	Nº	Anual	INE

Saneamento e Abastecimento de Água	Avaliação do grau de cobertura das redes de saneamento e abastecimento de água	Taxa de cobertura da rede de drenagem das águas residuais	%	Anual	CMP /Águas de
		Taxa de cobertura da rede de abastecimento de água	%	Anual	CMP /Águas de
		Consumo de água por habitante da rede pública	m3	Anual	CMP /Águas de
Resíduos	Avaliação do sistema de recolha de resíduos	Quantidade de recolha seletiva de resíduos sólidos urbanos	ton	Anual	CMP / Ambisousa
		Quantidade e tipo de produção de resíduos/habitante	Kg/hab/dia	Anual	CMP / Ambisousa
Qualidade do Ar	Avaliação da qualidade do Ar	Nº de emissões que ultrapassam os limites	Nº	Anual	APA / CCDRN
		Variação das emissões	Vários	Anual	APA / CCDRN
Ruído	Avaliação do ruído	Quantidade de população afetada por níveis elevados de ruído	Nº	Anual	CMP
		Níveis de ruído	dB (A)	Anual	CMP

Riscos Naturais e Tecnológicos	Avaliação da suscetibilidade do território aos riscos naturais e tecnológicos.	Número de ocorrências acidentes rodoviários	Nº	Anual	ANPC / CMP
		Número de ocorrências de acidentes industria	Nº	Anual	ANPC / CMP
		Variação de área ocupada por tipologia de indústria	ha	Anual	CMP
		Número de edifícios com projeto e planos de segurança contra incêndios em edifícios aprovados e implementados	Nº	Anual	CMP/SMPC
		Variação da área florestal ardida	ha	Anual	ANPC / CMP
		Variação do número de ocorrências de incêndios florestais	Nº	Anual	AFN / ANPC / CMP
		Número de ações/programa do PMDFCI cumpridos	Nº	Anual	CMP/GTF

Quadro 59– Programa de Avaliação e Controlo Ambiental

6 SÍNTESE DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL

No quadro seguinte é realizado uma síntese geral da AAE da RPDM de Paredes com a descrição dos FCD considerados, eventuais efeitos positivos/vantagens e efeitos negativos/desvantagens no ambiente decorrente da aplicação do plano e diretrizes para a minimização ou potenciação dos efeitos.

FCD	Efeitos positivos/Vantagens	Efeitos negativos/Desvantagens	Diretrizes
Ordenamento do Território	Tratando-se de um IGT, o objetivo do plano é promover uma correta qualificação do solo rural e urbano no seu conjunto, minimizando conflitos de uso e ocupação/transformação do solo. O plano visa promover o melhor ordenamento do espaço urbano, através de uma maior equidade no acesso a bens, serviços e equipamentos fundamentais. No espaço rural o plano contribui para uma utilização sustentável dos recursos naturais, e para a proteção / requalificação do património cultural e edificado no espaço urbano.	Efeitos negativos decorrente da fragmentação e degradação ambiental de sistemas ecológicos e valores/recursos fundamentais para a sustentabilidade e equilíbrio ambiental provocada pela desafetação de áreas da REN e da RAN para a ampliação e beneficiação da rede viária.	Controlo estrito e maior operacionalização das normas regulamentares e propostas de ocupação e transformação do território definidas para as várias categorias de espaços rurais definidas no modelo de ordenamento do território. Conter a edificação difusa fora dos perímetros urbanos através de uma maior disponibilização de solos infraestruturados nas áreas urbanas consolidadas. Avaliação sistemática de alternativas para a minimização dos conflitos de usos ou das incidências ambientais provocados pela expansão da atividade extrativa e de infraestruturas em sistemas ecológicos e recursos naturais considerados fundamentais para a proteção e valorização ambiental do território. Avaliação da utilização dos recursos endógenos com

	O plano pretende assegurar uma maior coesão social, promovendo uma maior equidade no acesso da população aos equipamentos, bens e serviços fundamentais.		base em usos múltiplos, que contribuem para a diversificação das atividades produtivas que sustentam a economia local. Monitorização da eficácia das normas regulamentares e propostas de ocupação e transformação do território definidas no modelo de ordenamento do território; Monitorização da evolução das dinâmicas de urbanização em solo urbano infraestruturado.
Biodiversidade, Recursos Naturais e Patrimoniais	Minimização das dissonâncias ambientais e paisagísticas através da proposta de usos de ocupação e transformação do território em função do uso dominante. Identificação do património e definição de normas regulamentares com vista a sua proteção e valorização. Impõe condicionantes ao uso do solo	Fragmentação de habitats naturais provocados pela construção/ampliação de infraestruturas viárias.	Criar condições para a implementação das medidas definidas no PMDFCI de modo a reduzir o número e área ardida de incêndios florestais. Identificação da degradação de habitats naturais ou ecossistemas, resultante da implementação de infraestruturas ou outras atividades.

	em áreas naturais com proteção Valorização e proteção de áreas naturais através da sua integração em espaços naturais e na EEM A proteção e valorização dos recursos do território, quer sejam naturais, culturais ou patrimoniais, constitui um vetor importante para a dinamização do sector do turismo.		
Competitividade e Atividade Económica	Concentração e localização das atividades logísticas e industriais num local adequado, com boas acessibilidades, contribuindo para um melhor planeamento e ordenamento do território. Aumento da competitividade e coesão territorial, baseada nas atividades empresariais e atividades logísticas.	Aumentado dos níveis de poluição sonora, da contaminação do solo e do ar provocado pela intensificação do tráfego rodoviário. Aumento dos fluxos de tráfego das vias existentes. Possibilidade de fragilização dos restantes nichos empresariais existentes	Monitorização do aumento de oferta turística. Monitorização do contributo das atividades empresariais para o aumento da oferta de emprego. Monitorização da qualidade e nível de vida da população provocado pelo surgimento de novas atividades empresariais. Monitorização dos efeitos negativos para o ambiente decorrentes da instalação de atividades ou unidades

	Possibilidade de desenvolvimento de uma filosofia empresarial baseada no conhecimento, na informação e na procura da inovação, o que irá produzir uma nova dinâmica nas atividades empresariais. Fixação de novas áreas de negócio e atividades de valor acrescentado, criando novas dinâmicas. Dinamização e diversificação das atividades económicas no Concelho; Aumento das atividades comerciais e das mercadorias movimentadas. Criação de novos postos de trabalho para os vários níveis de qualificação; Diminuição da taxa de desemprego.	no Concelho, caso não se tenha a devida atenção no seu desenvolvimento de uma estratégia de integrada de desenvolvimento e / ou deslocalização desses nichos industriais.	industriais. Controlo estrito e operacional das normas regulamentares e propostas de ocupação e transformação do território;

Qualidade Ambiental	Integração das redes de saneamento em sistemas multimunicipais para uma maior eficiência na sua gestão Condiciona a ocupação de zonas mais ruidosas de modo a evitar conflitos de uso. Promove o ordenamento e desenvolvimento de atividades em função das aptidões e potencialidades do território. Melhoria dos níveis de atendimento da população em sistemas de saneamento, abastecimento e recolha de resíduos, promovendo uma maior qualidade de vida a população. Utilização racional dos recursos naturais acautelando usos e atividades em áreas mais sensíveis ao risco.	Aumentado dos níveis de poluição sonora, da contaminação do solo e do ar provocado pela intensificação do tráfego rodoviário.	Monitorizar os efeitos ambientais negativos decorrentes do aumento dos níveis de poluição sonora, hídrica, atmosférica e erosão do solo. Monitorização dos níveis de ruído e da contaminação do solo e da água nas zonas adjacentes aos eixos viários principais. Avaliação da eficácia das medidas de prevenção e combate aos incêndios florestais definidas pelo PMDFCI.

Quadro 60– Síntese da Avaliação Ambiental

7 PONDERAÇÃO DOS PARECERES OBTIDOS

Foram solicitados pareceres sobre o Relatório dos Fatores Críticos e sobre o Relatório Ambiental, às entidades com responsabilidades ambientais específicas às quais possam interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação, as quais foram consideradas todas as que constituem a Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes, foi também solicitado parecer relativo ao Relatório de Progresso, elaborado durante o desenvolvimento da proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal.

Os pareceres, em anexo, resultaram num conjunto de recomendações, as quais na sua generalidade foram tidos em consideração para a elaboração do Relatório Ambiental submetido a parecer pelas entidades supra referidas. Salienta-se o seguinte:

- Inclusão do FCD – Qualidade Ambiental, inclusão de cartografia referente às diversas temáticas.
- Efetuou-se a correção de lapsos e incorreções, recomendação emanada pela CCDRN, assim como detendo particular atenção ao parecer datado de 12.06.2012,no que se concerne com as considerações com a proposta do Plano, no que se concerne com o modelo territorial, a qualificação funcional o regulamento.
- No que diz respeito a discrepância de valores relacionada com a floresta, COS e IFN, os valores são da fonte e a sua discrepância poder-se-á dever à metodologia e escala adotada.
- No que concerne aos projetos com impactes relevantes previsíveis, considera-se que não se deve incluir atento a que ainda não são mais do que intenções de projeto, e que poderia causar forte especulação.

Atentos ao Parecer relativo ao relatório Ambiental emitido pela CCDRN, o presente Relatório Ambiental contempla as recomendações emanadas, nomeadamente:

- Inclusão da figura respeitante ao esquema das fases da AAE;
- Assunção dos aspetos relacionados com a saúde no critério Coesão e gestão territorial do FCD Ordenamento do Território;
- Inclusão da atividade turística;
- Apuramento, concretização e decomposição de indicadores.

- Inclusão de outras entidades no Quadro de Governança designadamente, Câmaras Municipais dos concelhos vizinhos, Turismo de Portugal, DRE-Norte e ARSN;
- Efetuou-se a correção de lapsos e incorreções no documento.

Considerando os estudos de caracterização e demais peças que constituem o presente Plano, não se considera oportuno a inclusão de uma caracterização mais aprofundada ou a inclusão de outros elementos, como as peças desenhadas das UOPG propostas, pois apenas se iria duplicar informação, tornando este documento demasiado extenso e não sucinto como deve.

8 QUADRO DA GOVERNANÇA

A governança constitui o conjunto de responsabilidades, politicas, processos e funções que as entidades e a sociedade devem assegurar no sentido de atingir a máxima eficácia na aplicação das estratégias de desenvolvimento contidas nos instrumentos de ordenamento.

Este quadro, no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes, é orientado como indicador das ações especificas de cada entidade com responsabilidades no território abrangido prlo supra mencionado PPMOT.

As ações vertidas no quadro de governança, deverão estar orientadas para os resultados e para a concretização das diretrizes propostas, com o objetivo de se atingir o melhor desempenho da Revisão do plano Diretor Municipal de Paredes, pese embora a prática habitual por parte das entidades das ações aqui referidas.

ENTIDADES	AÇÕES
CÂMARA MUNICIPAL DE PAREDES	•Manter o diálogo institucional com as diferentes entidades, com principal enfoque na CCDR-N no acompanhamento dos processos de planeamento •Controlar a dispersão urbana fora dos perímetros urbanos e as tendências de expansão em zonas de conflito potencial de uso do solo •Manter atualizadas as perspetivas de desenvolvimento da rede viária

	municipal, tendo em vista critérios de mobilidade, •Estabelecer orientações e metas de proteção e requalificação ambiental a nível municipal •Fomentar, apoiar e divulgar as atividades que potenciem os valores naturais, económicos, culturais e a imagem do Concelho •Promover a diversificação de atividades económicas, de modo a alargar o leque de setores económicos e o surgimento de novas atividades •Fomentar o uso racional e eficiente do transporte individual em meios urbanos, em especial o transito pesado •Continuar a fomentar o uso de briquetes enquanto fonte de aquecimento •Fomentar a preservação da sustentabilidade ambiental •Monitorizar os riscos naturais e tecnológicos, e utilização de SIG como ferramenta de apoio aos agentes de Proteção Civil •Monitorizar com apoio das ferramentas SIG, a avaliação ambiental estratégica e a execução e operacionalização da revisão do PDM •Promover a garantia dos padrões identitários e culturais da comunidade •Zelar pela qualidade de vida da população.
C.M. concelhos "vizinhos"	•Participar e fomentar o processo de consulta publica. •Acompanhamento da fase de Monitorização do Plano.
CCDR-N	•Monitorizar e divulgar a aplicação das orientações regionais ao nível das várias políticas setoriais. •Fomentar e apoiar os processos de participação pública. •Acompanhar a fase de monitorização do Plano. •Manter atualizados os resultados da monitorização da qualidade do ar.
Turismo de Portugal	•Fomentar o desenvolvimento turístico, promovendo a sua sustentabilidade e acompanhamento dos processos de instalação e exploração de unidades turísticas.
DRE-Norte	•Promover e incentivar o desenvolvimento de atividades económicas •Monitorizar e acompanhar o processo de licenciamento industrial subsequente ao Plano.
ANPC	•Divulgar a pedido dos agentes de proteção civil as ocorrências a nível municipal •Manter atualizada as informações sobre planos de emergência •Contribuir para o respeito pelas normas de segurança e para a criação de mecanismos de prevenção de riscos e de gestão de proteção e socorro •Desenvolvimento de ações de informação e formação da população, visando a sua sensibilização em matéria de autoproteção e colaboração com as autoridades. •Desenvolvimento de estudo e divulgação de formas adequadas de proteção de edifícios em geral, de bens culturais, de infra-estruturas, de

	instalações de serviços essenciais, bem como do ambiente e dos recursos naturais.
ICNF, I.P.	• Disponibilização de informação atualizada acerca da Rede Natura 2000 e das atividades florestais no Concelho • Zelar pelas normas de proteção aos povoamentos florestais e pela prática das orientações de gestão relativas à REDE Natura 2000 • Colaborar na definição da melhor estratégia da defesa da floresta contra incêndios
APA	• Manter atualizada a informação relativa à existência de estabelecimentos industriais classificados com o nível inferior e superior de perigosidade • Divulgar os procedimentos de AIA sobre os projetos desenvolvidos no Concelho • Manter atualizados os diagnósticos e as respetivas metas e objetivos ambientais a diferentes prazos e escalas de planeamento • Manter atualizados os índices da qualidade do ar • Garantir através dos instrumentos de intervenção previstos na Lei da Água a definição de orientações estratégicas e implementação de medidas para proteção e valorização de recursos hídricos
DGEG	• Disponibilizar toda a informação relevante relacionada com as áreas de prospeção, pesquiza e exploração de recursos geológicos no território concelhio
ARSN	• Acompanhar a fase de monitorização do Plano • Desenvolvimento de ações de informação e sensibilização para as questões de promoção da saúde.
ONG Ambiente	• Colaborar com o município para a definição de estratégias de prevenção e mitigação de impactes ambientais • Acompanhar a monitorização da implementação do PDM em matéria ambiental • Participar nos processos de consulta pública dos processos de planeamento e dos procedimentos de AIA
Sociedade Civil	• Participação ativa nos procedimentos próprios de consulta pública e recolha de opinião • Integração e dinamização de plataformas cívicas de promoção de identidade local, dos valores naturais e patrimoniais • Assumir práticas diárias de sustentabilidade no âmbito da proteção dos recursos, da prevenção dos riscos e de poupança dos recursos ambientais • Respeito pelas normas vigentes e desenvolvimento de uma postura ativa de aplicação do plano pela via dos processos particulares de licenciamento de obras

Quadro 61 –Quadro da Governança

9 CONCLUSÃO

O presente documento constitui o Relatório Ambiental da AAE da Revisão do PDM de Paredes.

Neste documento são identificados os principais efeitos, decorrentes da referida alteração, a fim de apoiar a tomada de decisão relativa à proposta de revisão do PDM e assegurar a sua sustentabilidade, através da integração de opções mais sustentáveis durante a fase de projeto e de funcionamento. Atentos ao desenvolvimento da AAE, não se constatarem efeitos ambientais que se considerassem relevantes, optou-se por manter as opções estratégicas e respetivos objetivos previamente definidos.

A análise e avaliação dos FCD permitiram fazer o diagnóstico e avaliar as tendências de evolução dos aspetos ambientais considerados fundamentais para a sustentabilidade do território, adaptados à escala de análise do plano.

Foram considerados os seguintes FCD para no âmbito da Revisão do Plano Diretor Municipal de Paredes:

FCD - Ordenamento do Território: Considera as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas da Revisão do PDM de Paredes na melhoria da articulação territorial, da consolidação e do desenvolvimento; aumento da identidade e diminuição da vulnerabilidade face aos riscos.

FCD - Biodiversidade, Recursos Naturais e Patrimoniais: Considera as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas da Revisão do PDM de Paredes na integridade da qualidade física do ambiente, na conservação, proteção, utilização sustentável e valorização das componentes biodiversidade, recursos naturais e patrimoniais.

FCD - Competitividade e Atividade Económica: Considera as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas da Revisão do PDM de Paredes no aumento e diversificação de atividades económicas competitivas, certificadas e dissociadas do consumo de recursos, aumento na criação e qualificação de emprego. Melhoria na visibilidade internacional do Concelho.

FCD - Qualidade Ambiental: Considera as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas da Revisão do PDM de Paredes na dimensão das condições e da qualidade de vida da população, incluindo os aspetos relacionados com os níveis de cobertura e a eficiência das redes de saneamento básico e resíduos, a qualidade do ar, o ruído e os riscos naturais e tecnológicos.

O programa de avaliação e controlo ambiental definido é uma peça fundamental atendendo a que ela acompanha o processo de implementação do plano de forma a avaliar, através do

cálculo dos indicadores, a evolução dos aspetos ambientais considerados e detetar situações não previstas na AAE.

10 BIBLIOGRAFIA

DGOTDU (Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano) 2003, Guia para Avaliação Estratégica de Impactes em Ordenamento do Território, Colecção Estudos 9, MCOTA-DGOTDU, Lisboa.

Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de Junho, estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna as Diretivas nº2001/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Junho, e 2003/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio.

Decreto-Lei nº 316/2007, de 19 de Setembro, altera e republica o Decreto-Lei nº 380/99 de 22 de Setembro que estabelece o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

Despacho nº 2339/2007 de 14 de Fevereiro – Aprovação do plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais para o período de 2007-2013.

Lei nº 58/2007 de 4 de Setembro, Aprova o Plano Nacional de Política de Ordenamento do Território.

Partidário, M. R. 2007, Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – Orientações Metodológicas, Agência Portuguesa do Ambiente, Lisboa.

Resolução de Conselho de Ministros nº 104/2006 de 23 de Agosto, aprova o Plano Nacional para as Alterações Climáticas – 2006.

Resolução de Conselho de Ministros nº 109/2007 de 20 de Agosto, aprova o Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável.

Resolução de Conselho de ministros nº 86/2007, de 3 de Julho, aprova o Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013.

Resolução do Conselho de Ministros nº152/2001, de 11 de Outubro, adota a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade.

Resolução do Conselho de Ministros nº 29/2006 de 23 de Fevereiro, determina a elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Norte.

11 ANEXOS

ANEXO 1 – PARECERES DAS ENTIDADES

ANEXO 2 – REGULAMENTO

ANEXO 3 – CENÁRIOS

ANEXO 4 – PLANTA DE ENQUADRAMENTO REGIONAL

ANEXO 5 – PLANTA DE ORDENAMENTO

ANEXO 6 – PLANTA DE CONDICIONANTES

ANEXO 7 – PLANTA DOS VALORES NATURAIS

ANEXO 8 – PLANTA DA ESTRUTURA ECOLÓGICA

ANEXO 9 – PLANTA PATRIMÓNIO CULTURAL